

Ética Jornalística
e Pandemia:
entrevistas com
especialistas



Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da Universidade Federal de Santa Catarina

E84 Ética jornalística e pandemia [recurso eletrônico] : entrevistas com especialistas / roteiro e produção das entrevistas Andressa Kikuti Dancosky ... [et al.] ; supervisão editorial Rogério Christofolletti ; organização Dairan Paul e Denise Becker. – Florianópolis : UFSC, 2020. 134 p. : il.

E-book (PDF)

ISBN 978-65-87206-40-0

1. Ética jornalística. 2. COVID-19. 3. Jornalismo científico. 4. Desinformação. 5. Jornalistas – Entrevistas. I. Dancosky, Andressa Kikuti. II. Christofolletti, Rogério. III. Paul, Dairan. IV. Becker, Denise.

CDU: 174:07.01

Universidade Federal de Santa Catarina

Reitor: Ubaldo Cesar Balthazar | Vice-reitora: Alacoque Lorenzini Erdmann

Centro de Comunicação e Expressão

Diretor: Arnaldo Debatin Neto | Vice-diretora: Silvana de Gaspari

Departamento de Jornalismo

Chefe: Leslie Sedrez Chaves | Subchefe: Ildo Francisco Golfetto

Programa de Pós-Graduação em Jornalismo

Coordenador: Rogério Christofolletti | Subcoordenadora: Maria Terezinha Silva

Observatório da Ética Jornalística

Líderes: Samuel Lima e Rogério Christofolletti

*O e-book **Ética Jornalística e Pandemia: entrevistas com especialistas** é uma produção do Observatório da Ética Jornalística (objETHOS), do Departamento de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Esta publicação está sob licença Creative Commons CC BY-NC, que permite que se distribua, altere e modifique o conteúdo para uso não-comercial, desde que a fonte – objETHOS – seja mencionada.*

Roteiro e produção das entrevistas: Andressa Kikuti Dancosky, Carlos Nascimento Marciano, Dairan Paul, Denise Becker, Janara Nicoletti, Juliana de Amorim Rosas, Juliana Freire Bezerra, Tânia Regina de Faveri Giusti, Livia de Souza Vieira, Rogério Christofolletti, Samuel Lima e Vanessa Pedro

Supervisão editorial: Rogério Christofolletti

Organização: Dairan Paul e Denise Becker

Projeto gráfico e diagramação: Yolanda Cardoso

Ilustração: Ariely Suptitz

Revisão final: Dairan Paul, Denise Becker e Rogério Christofolletti

Site: objethos.wordpress.com

Twitter: [@objethos](https://twitter.com/objethos)

Facebook: [@objethos](https://www.facebook.com/objethos)

Instagram: [@objethos_ufsc](https://www.instagram.com/objethos_ufsc)

Youtube: [@objethos](https://www.youtube.com/@objethos)

Newsletter: objethos.substack.com

E-mail: objethos@gmail.com



Produzido em Florianópolis, entre abril e dezembro de 2020

Sumário

Apresentação p. 7

Introdução p. 9

PARTE I Cobertura da pandemia

“Regras absolutas não servem na cobertura de acontecimentos extremos” p. 13
Márcia Amaral

“Há elementos negacionistas no discurso jornalístico” p. 21
Luiz Artur Ferraretto

Grupos midiáticos tratam a pandemia como tragédia imprevisível p. 27
Helena Martins

“Os dados são demasiadamente humanos” p. 34
Marcelo Soares

PARTE II Desinformação e transparência

“A desinformação circula em espaços diferentes dos desmentidos” p. 42
Raquel Recuero

Títulos apelativos distorcem informações sobre a pandemia p. 45
Luiza Caires

Scraping pode auxiliar jornalistas na cobertura do coronavírus p. 50
Márcio Carneiro

“Falta encarar a transparência como política de Estado” p. 53
Fernanda Campagnucci

PARTE III Jornalismo, ciência e educação

Ciência não termina no *paper*, mas na comunicação com a sociedade p. 59
Sabine Righetti e Ana Paula Morales

“Lobbies atuam intensamente durante períodos de crise” p. 66
Wilson Bueno

Novas lógicas associam verdade à autenticidade *Igor Sacramento* p. 70

“Nesta pandemia, nosso inimigo é a ignorância; nossa melhor arma é a expertise” ..
..... *Jeff Jarvis* p. 77

“Educação com exclusão é um contrassenso” *Isabel Colucci* p. 82

PARTE IV

Condições de trabalho

Ataques crescem à medida que o jornalismo cumpre seu papel *Maria José Braga* p. 90

Enaltecimento da cobertura da mídia ofusca condições de trabalho do setor *Thales Lelo* p. 96

Mulheres jornalistas são as que mais sofrem na pandemia *Roseli Figaro* p. 103

Ataques online são tentativas de censurar jornalistas *Silvio Waisbord* p. 110

PARTE V

Subjetividades no front

“Toda prática jornalística é posicionada e ideológica” *Fabiana Moraes* p. 114

“A gente precisa dar voz às pessoas comuns, a quem está sofrendo nessa crise”
..... *Yan Boechat* p. 122

“Da mesma forma que há desigualdade social, econômica e de direitos, há também de informação” *Cíntia Gomes* p. 1125

“Mídia surfou na onda das manifestações antirracistas” *Nataly Simões* p. 130

“Imprensa se deixou seduzir pela polarização da cloroquina” *Flavia Lima* p. 134

Apresentação

Lições para a próxima

Talvez você já não agüente mais falar de Covid-19.

Há meses este é o assunto que inunda os telejornais e se espalha por todas as outras formas massivas de comunicação. Há meses acumulamos informações sobre como nos prevenir ou deter o contágio, mas tudo o que vemos é o alastramento de uma doença ainda bastante desconhecida, oportunista e mortal. Há meses torcemos pelo anúncio de uma vacina salvadora, ao mesmo tempo em que contamos os mortos.

Parece que foi ontem que soubemos de uma epidemia em Wuhan, e de lá pra cá, mergulhamos em gráficos, nos familiarizamos com a terminologia de infectologistas, e resgatamos fontes de informação que estavam arquivadas em algum escaninho perdido. É, voltamos a falar com os cientistas, com os especialistas...

Essa doença nefasta nos levou a consequências totalmente inéditas para todos. Esvaziamos as ruas, fechamos fronteiras e adotamos medidas sanitárias que só víamos em filmes alarmistas de Hollywood. Não apenas alteramos as nossas rotinas; nós mudamos nosso jeito de viver, e isso não acontece todo dia. Nossa experiência de tempo também se modificou com uma quarentena auto-imposta, o que nos fez voltar a atenção para o essencial. Manter-nos sãos e salvos com os nossos mais próximos passou a ser o que mais importa. Quando prioridades mudam, muita coisa muda.

Em novembro de 2020, o planeta chegou à marca de 50 milhões de infectados e uma segunda onda de contaminação arrepiava a nuca da Europa e dos Estados Unidos. Não sabemos ainda se ela virá e como será. O que podemos esperar é que as reações de governos, empresas e cidadãos sejam diferentes de antes, e que tenhamos aprendido alguma coisa.

Sim, é possível que você não agüente mais falar da epidemia do novo coronavírus, mas não podemos adotar a tática da avestruz, que afunda a cabeça no chão pensando se proteger do perigo. Aprender com nossos erros e acertos vai nos ajudar a sobreviver e a salvar vidas. E vai nos ajudar a documentar e a contar melhor as histórias desta que parece ser a Grande História de nosso tempo.

As análises e conselhos dos especialistas nas páginas a seguir podem ser muito úteis para quem cobre o presente. Cabe a nós aprender. Mesmo que já não suportemos mais ouvir sobre essa tal Covid-19. Ninguém garante que esta seja a última pandemia que enfrentaremos. Se quiser testemunhar as próximas, é melhor abrir bem os olhos e os ouvidos.

Rogério Christofolletti
Dezembro de 2020

Introdução

Dois antídotos: jornalismo e ciência

A ideia para este e-book nasceu a partir de uma inquietação: como podemos contribuir, enquanto integrantes de um grupo de pesquisa sobre ética jornalística, para uma cobertura mais qualificada num momento tão sensível?

Uma das respostas você talvez conheça. Em julho, lançamos o [Guia de Cobertura Ética da Covid-19](#), obra digital com dicas e recomendações práticas para jornalistas. Mas antes mesmo de concebermos aquele manual, já havíamos iniciado no site do Observatório da Ética Jornalística (objETHOS) uma série de entrevistas desde abril.

A pandemia de Covid-19 desafia jornalistas, empresas de mídia e coletivos de jornalismo a uma situação extraordinária, cuja escala do desastre exige velocidade nas informações e cuidados éticos nos relatos. Foi pensando em questões como essa — somadas à análise de dados incompletos e descontraçados, à necessária sensibilidade para noticiar dezenas de milhares de mortes e ao acompanhamento contínuo dos casos — que reunimos estudiosos da academia e profissionais na linha de frente da cobertura.

De abril até setembro, foram 22 entrevistas com 13 pesquisadores — 11 brasileiros, dois internacionais — e nove jornalistas. Não chegaríamos a estes números sem mobilizar uma equipe de 11 entrevistadores no objETHOS, todos dispostos a entender um pouco mais desta complexa situação.

Cinco eixos estruturam o material que você vai ler a seguir: (1) críticas sobre a cobertura; (2) o par desinformação/transparência; (3) relações entre jornalismo, ciência e educação; (4) as condições de trabalho dos jornalistas; (5) os relatos de jornalistas que atuaram no front da pandemia.

A seção que abre o e-book traz um panorama sobre a cobertura da imprensa durante a pandemia. Para Márcia Amaral (UFSM), pesquisadora no tema de catástrofes, não há regras absolutas que solucionam dilemas éticos em acontecimentos extremos. Já Luiz Artur Ferraretto (UFRGS) alerta para discursos no rádio-jornalismo que oscilam entre a responsabilidade social e o negacionismo científico.

Especialista na área de Economia Política da Comunicação, Helena Martins (UFC) critica o apoio de alguns veículos à agenda econômica neoliberal do atual governo. E Marcelo Soares, jornalista do Lagom Data, chama a atenção para a sensibilidade que profissionais devem ter ao lidar com dados.

Na segunda parte, duas entrevistadas tratam do fenômeno da desinformação. Raquel Recuero (UFPEL) destaca como ela circula por espaços nos quais a informação jornalística raramente alcança, como grupos de WhatsApp. Mas os próprios jornais também podem desinformar, lembra Luiza Caires, editora de Ciências do Jornal da USP, especialmente quando produzem títulos caça-cliques. A seção é complementada por outras duas discussões sobre transparência e jornalismo de dados. Márcio Carneiro (UFMA) oferece técnicas de apuração para a cobertura do coronavírus. Fernanda Campagnucci, jornalista da Open Knowledge Brasil, sinaliza preocupações sobre a falta de transparência como política de Estado no enfrentamento da crise sanitária.

Jornalismo e ciência funcionam em lógicas distintas, o que suscita eventuais descompassos entre os agentes de cada campo. Três entrevistas tratam deste tema em nossa terceira parte. Wilson Bueno (USP) relembra que fontes interessadas atuam intensamente em períodos de crise — como lobbies, agências de propaganda e grupos religiosos. Igor Sacramento (UFRJ/Fiocruz) discute as razões que impulsionam o consumo de fake news entre o público. Para o pesquisador, a performance daquilo que é autêntico possibilita uma nova chave de leitura ao conceito de verdade. Jeff Jarvis (City University de New York) finaliza com dicas para a escolha de fontes responsáveis na pandemia.

A seção ainda é complementada por um tema que une jornalistas e cientistas: educação. O trabalho de Sabine Righetti e Ana Paula Morales à frente da Agência Bori aproxima mercado de universidade, disponibilizando pesquisas científicas a repórteres. Já Isabel Colucci (UFSC) discute o impacto do ensino remoto na realidade brasileira, incluindo a pressão de veículos jornalísticos pela retomada das aulas nas escolas.

Como trabalham aqueles que cobrem a pandemia é o tema da quarta seção deste e-book. Maria José Braga, presidenta da Federação Nacional dos Jornalistas, atenta para o aumento da violência física contra repórteres, enquanto Silvio Waisbord (George Washington University)

chama a atenção para ataques online direcionados aos profissionais. As condições de trabalho também se tornam mais precárias com a crise sanitária, analisa Thales Lelo (USP). E as mais atingidas são as mulheres, afirma Roseli Figaro (USP): elas conciliam o extenuante trabalho jornalístico com o gerenciamento do próprio lar.

A quinta e última parte traz relatos daqueles que estão no front e experimentam diariamente as dificuldades de uma cobertura sem precedentes. Iniciamos com uma abordagem mais teórica a partir de Fabiana Moraes, jornalista e professora da UFPE. Ela discute as implicações de uma prática jornalística necessariamente posicionada e ideológica. Em seguida, o repórter freelancer Yan Boechat avalia a importância de ouvir aqueles que mais sofrem com a crise, os cidadãos. Cíntia Gomes, da Agência Mural, destaca o jornalismo feito nas (e sobre as) periferias. No Alma Preta, a editora Nataly Simões evidencia como o aspecto racial também atravessa a cobertura da pandemia, especialmente pela eclosão de movimentos antirracistas concomitantes à crise sanitária. Por fim, Flavia Lima, ombudsman da Folha de S.Paulo, traz uma avaliação geral do trabalho feito pela imprensa até então. Ela destaca que existiram mais acertos do que erros, embora jornais tenham caído na armadilha de politizar o uso da cloroquina.

A pandemia não se encerra em 2020, e o desafio para cobri-la ainda deve nos acompanhar indefinidamente. Com este e-book, esperamos que você se sinta inspirado pelas entrevistas e que elas instiguem reflexões — seja na forma de novos problemas de pesquisa, seja como possibilidades práticas para um jornalismo mais qualificado. De nossa parte, nos cabe continuar acompanhando um jornalismo em permanente transformação.

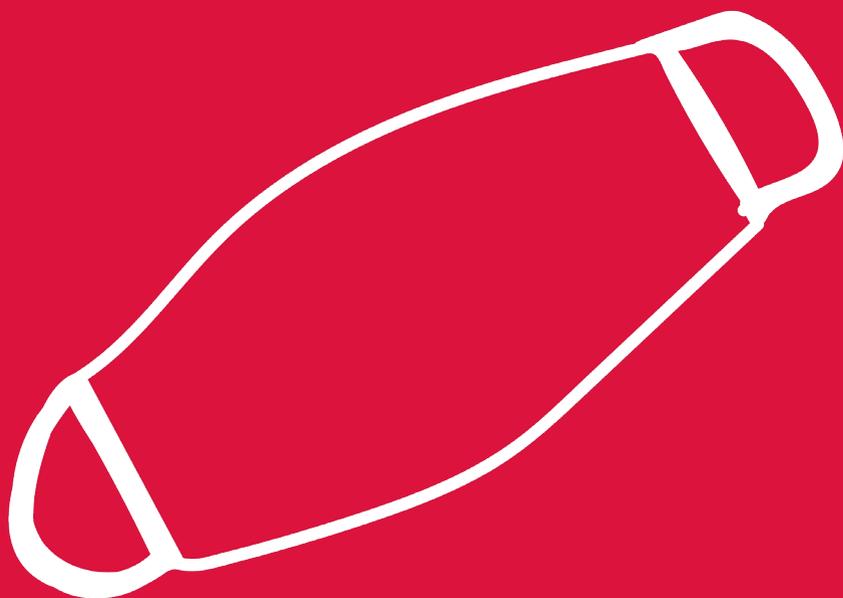
Boa leitura!

Dairan Paul e Denise Becker
Dezembro de 2020

Parte I

Cobertura da

pandemia



“Regras absolutas não servem na cobertura de acontecimentos extremos”

Mesmo para jornalistas com vasta experiência, narrar uma pandemia global não é trabalho simples ou livre de dilemas. Interferências na rotina das redações jornalísticas ocorrem à medida que profissionais passam a apurar boa parte das informações em suas casas, com limitações técnicas e sem contato físico com entrevistados.

Nem tudo é novidade, entretanto: algumas questões morais são comuns a coberturas de tragédias e surgem redimensionados no contexto de Covid-19. Quais cuidados éticos devem preocupar jornalistas? Como lidar com fontes enlutadas ou que passaram por traumas recentes? É possível escrever sobre temas delicados sem apelar para o sensacionalismo?

Para a pesquisadora Márcia Franz Amaral, nenhum profissional se torna especialista no novo coronavírus de um dia para o outro, assim como nenhum jornal consegue criar uma estrutura de cobertura de uma hora para outra. Professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (PPGCOM/UFSM), Amaral estuda coberturas jornalísticas de desastres desde 2011, e assinala que acontecimentos complexos dificilmente são previstos ou narrados em sua totalidade pelo jornalismo – embora riscos e vulnerabilidades possam ser antecipados.

Diversos fatores estão envolvidos em uma tragédia e conferem complexidade ao acontecimento, explica a pesquisadora. Os sentidos que compõem uma catástrofe modificam-se ao longo da história e “têm grande poder de afetação, pois só existem porque destroem, mas ao mesmo tempo desvelam problemas sociais, ambientais e econômicos”.

É essa multiplicidade de causas que pode colidir com a lógica das rotinas jornalísticas. “A cobertura compassada com o tempo cronológico do desastre é fundamentalmente anestésicante”, sintetiza. “Nestas condições, a apuração, que é o diferencial do jornalismo, ocorre de maneira fragilizada, superficial, em tempo real e a conta gotas”.

Temáticas outrora negligenciadas pela grande imprensa emergem nas manchetes de jornais e são destacadas nas escaladas de programas noticiosos em horário nobre da TV brasileira: o papel do Estado na crise, desemprego, trabalho informal, falta de água e de saneamento. “A desigualdade social saltou na cara do jornalismo tradicional”, reitera. Cabe à informação jornalística de qualidade articular diferentes campos – político, social, econômico –, “iluminar explicações possíveis, dotar este desastre de inteligibilidade, configurar seu passado e antever seu futuro”.

Amaral é pesquisadora CNPq, líder do Grupo de Pesquisa Estudos de Jornalismo e organizadora do livro *Periodismo y Desastres*, publicado pela Editora da Universidade Oberta de Catalunya (UOC) e o Institut de la Comunicació da Universitat Autònoma de Barcelona (InCom-UAB) em setembro de 2019.

Na entrevista, a professora discute aspectos da cobertura jornalística no Brasil, algumas lições a partir de desastres anteriores, como os casos Kiss e Mariana, e o papel desempenhado por testemunhas em situações de tragédia.

Em relação à mídia brasileira, como avalia a narrativa produzida sobre a Covid-19? Algum exemplo chamou sua atenção, positiva ou negativamente?

É difícil fazer uma avaliação generalista da cobertura midiática. De maneira geral, creio que o jornalismo está vivendo um momento de resgate de sua importância, pois a Covid-19 reconectou muitos cidadãos (inclusive os jovens) ao jornalismo. Grandes portais, jornais, rádios e emissoras de televisão batem recordes de público e aplicativos de notícia nunca foram tão procurados nestes primeiros meses de pandemia.

Mas isso não significa uma redenção do jornalismo como negócio, porque há extrema dificuldade de monetizar todas estas audiências. Muitos pequenos jornais já estão em crise e demitem seus profissionais. Em outros países que estão vivenciando esta experiência, percebe-se que o acesso ao jornalismo cresce nas primeiras semanas e, posteriormente, há uma saturação. Entretanto, podemos afirmar que há um crescimento, ao menos temporário, de audiência e de seguidores dos veículos tradicionais de comunicação.

Por outro lado, é preciso pontuar que há um deserto de notícias no país que impede certas regiões de terem acesso a informações locais, tão importantes para a vida cotidiana do cidadão comum. Cabe também lembrar do desmonte da comunicação pública no Brasil, e a necessidade de ela ser reestruturada em outras bases para que seja acionada em momentos importantes como este.

Quanto à cobertura da grande mídia, observamos certo redirecionamento. Mesmo que estas grandes empresas de comunicação tenham apoiado o projeto do governo e suas medidas econômicas, obrigam-se agora a dar um passo atrás, cobrir parte das vulnerabilidades sociais do Brasil e a defender verbas para a pesquisa. Mas também temos uma cobertura direcionada totalmente às classes média e alta, até porque há uma camada da população que pode se proteger mais do que as demais, no caso da Covid-19. Aí cabe o discurso de que não contrair o vírus só depende de nós, ou seja, há culpabilização antecipada dos futuros afetados.

Há uma grande dificuldade, tanto do jornalismo como da comunidade científica, de elaborar um discurso que leve em conta as experiências da maioria da população. Boa parte do discurso dos epidemiologistas, fontes dos jornalistas, ainda está focado na lavagem das mãos, no distanciamento social, no uso de máscaras, no pagamento de contas com cartões bancários ou nas compras virtuais ou por tele-entrega.

Neste começo de pandemia, ainda de maneira incipiente, algumas matérias jornalísticas passam a abordar a dura realidade das zonas periféricas, das comunidades indígenas e dos marginalizados. Mas tratam-se de matérias “sobre” estas comunidades e não de matérias “para” estas comunidades, direcionamento que a televisão aberta e o rádio poderiam fazer. Creio que o temor do coronavírus gerou visibilidade para alguns campos problemáticos já existentes, e que agora parecem estar sendo alçados a “problemas de todos” – a importância e a fragilidade do SUS, por exemplo, assim como a falta de estrutura do sistema de saúde das pequenas cidades.

De algum modo, o papel do Estado na crise, o desemprego, o trabalho informal, a falta de água e de saneamento tem se atravessado na cobertura. A desigualdade social saltou na cara do jornalismo

tradicional, mas de maneira ainda muito tímida, pois está enquadrada como problema gerencial, e não estrutural. Faltam abordagens de sociólogos, urbanistas, antropólogos e sanitaristas que deem conta de debater os problemas históricos do país.

Muitas questões ainda estão também acobertadas, como gênero. No caso da defesa de isolamento vertical por parte de algumas pessoas, percebe-se que é totalmente ignorado o papel das mulheres que agregam funções de donas de casa e são também trabalhadoras, compradoras de mantimentos, mães e cuidadoras de idosos, enfermos e vulneráveis.

No plano ideal, o jornalismo precisa participar efetivamente e criticamente deste momento em que o controle social e a democracia são questões tão delicadas. A crise epidemiológica, somada à crise do sistema de saúde e às crises econômicas, sociais e políticas vai exigir muito do jornalismo, já que há um enredamento bastante complexo com disputas políticas. Esta é uma grande oportunidade para o jornalismo escancarar problemas brasileiros e debater formas originais de enfrentá-los. Mas há que se duvidar que esta grande imprensa sustentará estes temas por muito tempo.

Olhando para trás, o que jornalistas podem aprender a partir de coberturas de outras tragédias recentes, como a boate Kiss, em Santa Maria, e o desastre em Mariana?

Um dos grandes desafios da cobertura jornalística é compreender quando um desastre começa, quanto tempo ele dura e quando termina. Compreender o passado de um desastre e fazer ver seu futuro (o passado do próximo desastre) é desafiador. Dar cobertura jornalística à longa duração de cada acontecimento limite também é. Como são acontecimentos que nascem publicamente por suas consequências imediatas, quando o impacto inicial se dilui, o jornalismo tende a abandoná-lo.

Outro ponto importante que a cobertura de outras tragédias nos mostra é que o acionamento das fontes jornalísticas vai se modificando ao longo dos dias, iluminando ou silenciando diferentes campos problemáticos que envolvem o acontecimento. No caso do incêndio da Boate Kiss, como foi uma tragédia com centenas de sobreviventes, o jornalismo

concedeu nas primeiras horas um grande papel às testemunhas, a quem vivenciou a experiência. Os depoimentos delas foram fundamentais na reconstituição. Neste exemplo, contrariando a lógica de privilegiar falas oficiais, as testemunhas tiveram seus depoimentos priorizados e transgrediram a função estrita de contar seus dramas individuais. Foram as testemunhas que esclareceram onde o fogo começou e quais foram as dificuldades enfrentadas para escapar da boate.

Já no desastre de Mariana a cobertura inicial foi do tipo “drone”, pois tratava-se de um acontecimento ocorrido no espaço de uma grande empresa mineradora. Os jornalistas não tiveram acesso imediato às pessoas afetadas. O que chama a atenção é o quanto o jornalismo precisa orquestrar a entrada de suas fontes de maneira a diversificar não somente o número de pessoas que falam, mas também seus pontos de vista. Como neste caso a região era muito dependente da atividade mineradora, houve situações em que as próprias vítimas falavam a favor da empresa e, então, a matéria dava conta apenas de um ponto de vista. Outro aspecto observado é que muitas pessoas afetadas apareceram na cobertura sem sequer serem identificadas. Algumas coberturas que analisamos não concederam espaço aos afetados que manifestavam o sentimento de injustiça e indignação. Assim, o testemunho das vítimas ficou restrito à experiência individual, e o potencial político das falas, que poderia colaborar com a configuração de uma questão pública, foi silenciado.

Em outras análises de cobertura sobre desastres ligados a eventos climáticos extremos, percebemos que as fontes especializadas têm uma grande importância no enquadramento das matérias jornalísticas. São elas que, muitas vezes, cobram ação do Poder Público. Até porque o papel das fontes oficiais, na ocorrência imediata dos desastres, normalmente é tergiversar e atribuir o desastre à força da natureza.

Ressalto ainda a importância, no caso da cobertura das mudanças climáticas, de o jornalismo rever seu hábito de revelar sempre o contraditório e dar a ver posições opostas. Não há motivos para dar espaço a negacionistas das mudanças se elas já foram exaustivamente provadas pela ciência. Se a matéria traz fontes que se contradizem, há também que se dimensionar a participação de cada uma delas. E se a informação ou declaração de uma fonte contraria evidências científicas, é necessário

buscar dar a contraposição na mesma matéria para não ficarmos refém de jornalismo declaratório, polêmico, gerador de *likes* que vai, entretanto, dar visibilidade para informações duvidosas ou obscurantistas.

Quais cuidados éticos (em relação à linguagem e à etapa de apuração) você destacaria para a cobertura de catástrofes e situações de desordem social?

Creio que o jornalismo participa da construção social da realidade e não é mero lugar de passagem de informações. Desta maneira, quando cobre um desastre no dia a dia, ajuda a configurar modos de inteligibilidade e formas de vivenciá-lo.

A concepção do jornalismo como espelho da realidade ainda está muito presente no senso comum dos jornalistas e acaba isentando o profissional daquilo que divulga. O que é dito sobre o acontecimento integra o desenrolar dele e tem efeitos de toda a ordem. Por exemplo, se faço uma matéria com foco em algumas prateleiras vazias de um supermercado, por mais que estejam efetivamente vazias, preciso pensar nos efeitos de sentido produzidos a partir desta notícia ou reportagem. Para um público tão diverso, ela pode dar a sensação de que há problemas de abastecimento em todas as cidades. Os cuidados éticos devem estar presentes desde a apuração até a antecipação de como tal informação vai circular e ser recebida em cada camada da população, e que efeitos pode causar.

Todos os limites são muito tênues neste momento, pois até a cobertura excessiva pode ser antiética por ser excessiva. Cenas que se tornam ícones nos desastres costumam ser reproduzidas *ad infinitum*, como o avião nas torres gêmeas ou a cena do jovem que tenta quebrar a parede da boate Kiss com uma marreta. Por vezes, a cobertura excede seu papel de agregar conhecimento ao acontecimento e pode chegar à beira do entretenimento e da fruição.

A própria denominação do acontecimento precisa ser refletida. Termos e expressões já o inscrevem numa determinada ordem imaginária do acontecimento sensacional (catástrofe, caos, tragédia, emergência, desastre anunciado, desastre natural, tsunami de lama, rio nas ruas, o rio invadiu, a chuva matou, vírus assassino, doença mortal) e criam

determinados sentidos. Por vezes, algumas vulnerabilidades e riscos que envolvem o acontecimento ficam mais evidentes na sua designação. Outras vezes, são interditados. Ou seja, a denominação pode suavizar um acontecimento, dotá-lo de dramaticidade, configurá-lo no âmbito de uma explicação monocausal ou, ainda, no âmbito da busca pela justiça. A denominação inscreve o acontecimento em determinados campos problemáticos, convoca alguns personagens e argumentos, e borra outros.

No caso do novo coronavírus, temos observado o uso de metáforas como “guerra”, “combate”, “inimigo”. Isso certamente tem determinados efeitos de sentido entre o público, como o de estarmos todos no mesmo front, defendendo-nos do mesmo inimigo.

O contato com fontes enlutadas ou que passaram por situações traumáticas é comum em casos como esse. O testemunho das vítimas afetadas é relevante para a cobertura? Quais abordagens devem ser evitadas pelos jornalistas ao contatá-las?

Em casos de tragédias, o relato da experiência dos afetados é sempre de grande valor, porque auxilia na reconstrução do acontecimento ou no conhecimento dele. Também é um recurso muito utilizado porque produz proximidade com o público do jornalismo que, muitas vezes, se considera vítima virtual (pessoas que supostamente poderiam estar no lugar dos que sofrem ou foram atingidos).

A primeira recomendação é não expor pessoas em situações vulneráveis. No caso de isso acontecer, deve-se questionar o quanto a exposição das pessoas afetadas nos auxilia a conhecer melhor este acontecimento. É difícil dimensionar a abordagem entre o público e o privado. No início da cobertura sobre a Covid-19, vimos certo exagero na individualização de quem teria trazido o vírus, com histórias de casamentos e noivados que teriam disseminado-o, ou até o local de trabalho de cada um dos primeiros infectados.

No caso de entrevistar pessoas afetadas, os manuais recomendam que o jornalista as trate com dignidade, permita-se conhecer a história da pessoa e também as condições da entrevista priorizando o bem estar da pessoa. E do ponto de vista da audiência, algumas imagens e informações sobre o sofrimento de pessoas devem ser acompanhadas de advertência prévia.

Regras absolutas não servem na cobertura de acontecimentos extremos. Em algum momento, pode ser importante mostrar à população de uma cidade que há alguém afetado pela doença, ou dar visibilidade à vulnerabilidade dos profissionais de saúde no atendimento ao público.

Roteiro e entrevista: **Dairan Paul** e **Denise Becker**
Publicado originalmente em 08/04/2020 no [objETHOS](#)

“Há elementos negacionistas no discurso jornalístico”

A opinião de âncoras e do próprio público substituiu parcialmente o uso de fontes especializadas em programas de radiojornalismo. O perigo, alerta Luiz Artur Ferraretto, é confundir estas opiniões com informações factuais. “Em algumas emissoras, temos um sujeito que abre o microfone, sai falando, lê as notícias da internet e dá as suas opiniões – corretas, incorretas, bem intencionadas, mal-intencionadas. E aí chegamos à pandemia. Estamos vendo uma situação em que há, sim, comunicadores negacionistas”, afirma o professor e pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Preocupado com as responsabilidades da comunicação na crise da Covid-19, Ferraretto escreveu um guia prático para profissionais junto de Fernando Morgado, professor da FACHA – Faculdades Integradas Hélio Alonso (Rio de Janeiro). O e-book está disponível em três línguas (português, espanhol e inglês) [no site do Núcleo de Estudos de Rádio](#), grupo de pesquisa coordenado pelos autores e vinculado à UFRGS.

Na apresentação, Ferraretto e Morgado destacam: “nunca foi tão necessário ter tanta precisão na veiculação de informações”. Essa é apenas uma das recomendações da cartilha. Outras preocupações comuns aos comunicadores incluem combater fake news, cuidar de suas próprias condições de saúde, pensar na sustentação econômica dos veículos e ter conhecimento sobre o que se divulga em agências e assessorias. O guia destaca valores como flexibilidade, responsabilidade, parceria e coragem, baseando suas recomendações éticas em documentos de entidades e nos parâmetros do ensino universitário da área.

Ferraretto atua como professor do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS. Referência nos estudos da área, é autor de livros como Rádio – teoria e prática (Summus, 2014) e Rádio – o veículo, a história e a técnica (Doravante, 2007), entre outros.

A seguir, o pesquisador discute temas como a responsabilidade na seleção de fontes, presença de negacionistas da pandemia no jornalismo e a confusão entre opinião e informação.

Jornalismo e ciência atuam em ritmos distintos de produção. Rádio, por exemplo, é marcado pela imediatividade do seu trabalho, sendo um dos meios mais próximos da população brasileira. Como aliar este ritmo veloz ao contínuo exercício da dúvida, considerando as especificidades da cobertura científica?

São três visões de mundo que se cruzam nesse processo. A primeira delas é a do senso comum, aquela média de opiniões, intenções e necessidades que a sociedade expressa em determinado momento. O impacto com uma pandemia de futuro incerto, a necessidade de determinadas posturas, as influências... Mesmo que as pessoas não admirem ou acreditem em alguém que ocupa um cargo importante – como o Presidente da República, que aparece sem utilizar máscara e tem um discurso muitas vezes negacionista em relação à Organização Mundial da Saúde –, são tipos de impulso que elas recebem. Tudo isso se mistura no senso comum: a vontade das pessoas de saírem às ruas, de aproveitar o sol no final de semana no parque, na orla, na beira da praia.

Mais trabalhado, talvez, do que o senso comum, é o senso jornalístico. O jornalista olha a realidade com base naquilo que ele vê, no que fontes representativas, responsáveis e importantes, escolhidas com ética e técnica, dizem. Ele constrói uma narrativa. E que fontes são essas? Autoridades, representantes de determinados setores, especialistas, protagonistas e as testemunhas dos fatos. Nesse processo específico da Covid-19, há problemas. Muita gente escutou como fonte o empresário que não tem representatividade no seu setor, mas que pode ser um eventual grande investidor em termos de publicidade pro veículo de comunicação. Ou um parlamentar que já passou, talvez, pela área de saúde, que tem seus próprios interesses no processo, e que fala do ponto de vista negacionista. Quando falo negacionismo, me refiro à negação da ciência e daquilo que ela recomenda numa situação de pandemia.

E existe o senso científico, mais refinado, que exige comprovação e confirmação daquilo que foi experimentado. Essas três velocidades são muito perigosas. Elas poderiam ser resolvidas se, lá no senso comum, imperasse o conhecimento. Conhecimento de onde? De um processo de ensino construído de forma efetiva e eficiente ao longo da história do país. Do ponto de vista do senso do jornalismo, com base na técnica e na ética, infelizmente também há um problema no ensino brasileiro. Nós temos

jornalistas, por esse ou por aquele motivo, com problema de formação.

A ciência, por mais problemas que ela tenha no seu desenvolvimento no Brasil, ainda é ciência. E tanto o senso comum como o jornalístico, sem formações adequadas – do ponto de vista do ensino, da técnica e da ética –, contribuem para que a ciência seja desmerecida. Ao desmerecê-la, criam sua própria lógica, que é negacionista. Não estou dizendo com isso que todas as pessoas na nossa sociedade, todos os jornalistas ou mesmo a mídia é negacionista. Felizmente, não. Temos dezenas de exemplos de responsabilidade e solidariedade vindos da sociedade como um todo, dos veículos e profissionais de comunicação.

Essas velocidades são diferentes, mas o principal não é a diferença no ritmo do senso comum, jornalismo e ciência. É um problema anterior à pandemia, de construção da sociedade com base no conhecimento dado pelo ensino.

Um dos valores defendidos no guia é a responsabilidade social dos comunicadores. No caso dos jornalistas, isso inclui a escolha de fontes. Como o senhor avalia a presença de fontes negacionistas da pandemia como contraponto a cientistas, em debates de programas jornalísticos?

Nós estamos pecando e muito ao longo desta cobertura. Primeiro, ao não escolher bem as fontes. Segundo, ao misturar opinião com informação e interpretação. É difícil definir se essa escolha equivocada parte de um erro com base no desconhecimento ético ou técnico.

Há bastante tempo, vejo confusões de jornalistas entre o que autores como José Marques de Melo chamam de gênero informativo, interpretativo, opinativo, diversional e utilitário. Existe também uma confusão em relação aos tipos de fontes – testemunha, protagonista, especialista e autoridade, para citar algumas. O que qualifica alguém como fonte? O sujeito que é um grande empresário? O sujeito que é deputado e um dia trabalhou na área de saúde? O sujeito que é médico?

Eu brinco com meus alunos na universidade para que eles procurem o boletim escolar das fontes. Qual é a média de nota do sujeito que se coloca como especialista tendo apenas um diploma universitário? O que fez com que essa pessoa se destacasse? Quantos jornalistas foram olhar o Currículo Lattes de alguns dos seus entrevistados tidos como especialistas? Especialistas por quê? Que pesquisas fizeram? Qual é o

resultado desses estudos? Ou eles estão falando apenas como políticos? Aquele empresário com um número significativo de empreendimentos representa quem? O setor do comércio e da indústria? Ou apenas ele, seus interesses, suas relações políticas e econômicas? Isto precisa ser questionado pelo profissional.

Fontes que não são abordadas de forma adequadamente refletida são também negacionistas. Temos aí um problema muito sério de saúde pública. E piora, porque alguns profissionais – se é que podemos chamar assim –, algumas pessoas no uso do microfone em rádio e televisão, utilizam espaços opinativos como se fossem informativos. Tratam a sua própria opinião ou a opinião de alguém como se fosse notícia, fato consumado.

Sobre este tema, um trecho no e-book escrito por você alerta que o conteúdo repassado ao público em programas de rádio pode se assemelhar a um bate-papo. Nestes casos, é prudente demarcar para o ouvinte a diferença entre o que é notícia e o que é a opinião pessoal do jornalista. Do que o senhor tem acompanhado em diferentes veículos, as coberturas sobre a pandemia têm sido responsáveis?

A gente tem algumas situações do que eu chamo de negacionismo. O tempo vai dizer se essas outras são totalmente irresponsáveis, se tinham algum nível de dolo ou se, usando uma linguagem jurídica, passavam mais pelo culposo – o sujeito comete o erro sem ter muita noção de que é efetivamente um erro. Eu não entro nem na questão ética, embora a gente observe algumas manifestações que não estão previstas no [Código de Ética do Jornalista Profissional](#). Não conseguimos falar o mesmo a respeito dos radialistas porque não há um código específico, e sim o [Código de Ética da Radiodifusão Brasileira](#).

Mas não quero abordar o assunto usando as expressões “ética” ou “irresponsabilidade”. O que noto é a presença de elementos negacionistas, com certeza, no discurso jornalístico. É um problema que já vem de mais tempo no rádio, principalmente a mistura entre opinião e notícia.

Nos anos 1990, ainda com o país se redemocratizando com uma Constituição recente, nós começamos a criar uma ideia de cidadania. O que aconteceu nas emissoras de rádio é que a figura do âncora começou

a ter mais destaque. É aquele sujeito que controla o processo numa rádio de jornalismo, tem uma interferência na produção, faz entrevistas, opina sobre o que está sendo noticiado pelo repórter, conversa com os comentaristas. Isso é interessante no sentido da coloquialidade. Não é quando se deixa de reconhecer os limites da especialidade e conhecimento de cada âncora, que começa a tomar o lugar dos especialistas.

Temos aí uma questão econômica que corre em paralelo. Neste século, com a consolidação da internet e o surgimento das redes sociais, começamos a falar em comunicadores com múltiplas funções. Emissoras passam a diminuir muito a quantidade de produtores – ou seja, aquele sujeito que marca a entrevista – e aumentam a participação do ouvinte, o que parece ser muito democrático em um primeiro momento. Com menos produtores, temos menos entrevistas e fontes do tipo especialista. Por quem eles são substituídos? Pelos próprios jornalistas e pelas opiniões do público.

Hoje, em algumas emissoras, não temos especialistas, comentaristas ou produtores. Temos um sujeito que abre o microfone, sai falando, lê as notícias da internet e dá as suas opiniões – corretas, incorretas, bem intencionadas, mal-intencionadas.

E aí chegamos à pandemia. Estamos vendo uma situação em que há, sim, comunicadores negacionistas. Eles têm influência porque criaram suas próprias bolhas. Pode ser que o sujeito – a maioria deles em mercados mais específicos, com algumas exceções – atue em emissoras de menor impacto. Mas são rádios que às vezes têm até dez mil ouvintes naquele horário, por exemplo.

O guia ainda toca na multiplicidade de temas a ser ofertada por jornais para além da Covid-19. Você já criticou o tempo gasto por alguns jornalistas com discussões sobre a retomada de campeonatos de futebol no país. Quais recomendações poderiam ser feitas para uma cobertura responsável em editorias como esportes, por exemplo?

Não sou estudioso da cobertura esportiva, mas a questão do futebol é muito curiosa e mereceria uma pesquisa mais detalhada. Quais são os profissionais e emissoras que estão mais preocupadas com o retorno do futebol? São as que têm maior investimento publicitário? São aquelas que têm tido condições de sobreviver e de fazer grandes coberturas

do tipo “Copa do Mundo”, extremamente caras e que dependem do pagamento de direitos sobre a sua veiculação? Por que a preocupação com a retomada do futebol se concentra na sobrevivência dos grandes clubes, e não nos pequenos?

Teria que se ver pelo ponto de vista econômico, mas também pelo cultural. Futebol é um negócio para grandes emissoras e clubes. De resto, é quase um trabalho social. Clubes pequenos reúnem em torno de si as comunidades, pequenas emissoras dão conta das notícias deles e fazem parcerias com o comércio local para viabilizar essas transmissões.

A recomendação que eu daria – e tenho visto muita gente responsável na abordagem do futebol – é de refletir sobre o impacto em termos comunicacionais na liberação dos jogos. Porque por mais que se diga o contrário, passa a ideia para a população de que existe um “novo normal”. Se flexibiliza o futebol, pensa o leigo, por que eu preciso usar máscara? Por que não posso fazer um churrasquinho enquanto assisto ao jogo?

Temos que considerar que não existe uma unicidade em torno da comunicação a respeito da pandemia. Isso deveria emanar da autoridade maior, o governo federal, mas o Presidente da República convive bem com a ideia de que não existe um Ministro da Saúde há tempos, e de andar sem máscara mesmo que haja recomendação da ciência. Tudo isso, na cabeça das pessoas, pode fazer um enorme estrago. Essa reflexão tem que ser feita por quem faz comunicação.

Roteiro e entrevista: **Dairan Paul**

Publicado originalmente em 16/07/2020 no [objETHOS](#)

Grupos midiáticos tratam a pandemia como tragédia imprevisível

Tão desafiador quanto o registro diário de mortes por Covid-19 pelos jornais é o exercício de olhar para trás, em busca de explicações sobre a origem estrutural da pandemia. Esta visão complexa e interrogativa ainda falta aos meios de comunicação tradicionais, afirma Helena Martins, professora da Universidade Federal do Ceará. Em entrevista ao objETHOS, ela defende que a crise sanitária não é fenômeno de ocasião, mas tragédia anunciada.

Para a pesquisadora, é preciso buscar outras saídas que vão além da vacina contra o novo coronavírus. Na falta da discussão – que deveria ter como cerne a ação humana destrutiva sobre a natureza, afirma Martins –, a possível consequência é a possibilidade de mais pandemias no futuro, como já alertam epidemiologistas e ambientalistas.

É por isto que a crise atual não deixa de ser também espaço de disputas, o que inclui a participação de grupos midiáticos. Como exemplo, Martins identifica contradições no discurso da Rede Globo: “se, por um lado, há críticas sobre como o governo lida com a pandemia, por outro, a mesma emissora adere ao discurso ultraliberal de Paulo Guedes”. O problema, reforça a entrevistada, é que política e economia não são áreas indissociáveis.

Autora de Comunicação em tempos de crise (Expressão Popular, disponível online) e uma das organizadoras de Desinformação: crise política e saídas democráticas para as fake news (Veneta), ambos publicados neste ano, Martins é doutora em Comunicação Social pela Universidade de Brasília e também atua à frente do Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, integrando o conselho diretor.

A seguir, a pesquisadora se vale dos estudos em Economia Política da Comunicação para discutir diferentes temas: o impacto causado pela concentração de oligopólios midiáticos na cobertura da pandemia, plataformas e sua aliança com a indústria da desinformação, e a proteção de dados pessoais enquanto direito fundamental às sociedades democráticas.

Seus trabalhos se detêm sobre a arquitetura dos sistemas de comunicação, o papel estratégico das tecnologias e a concentração em monopólios e oligopólios midiáticos. Como você avalia a cobertura sobre a pandemia considerando as trajetórias históricas de interesses e relações de poder que afetam, em alguma medida, a ética e a prática jornalística?

No início da pandemia, verificamos uma cobertura muito tensionada. Vários grupos econômicos, que também são midiáticos, se posicionaram de forma mais crítica ao isolamento social. Sobretudo em relação ao possível agravamento da crise, que já estava em curso. [O Intervezes fez um levantamento](#) sobre algumas coberturas e verificou que veículos ligados a igrejas e ao fundamentalismo religioso, assim como programas policiaiscos, diminuíram a gravidade da crise sanitária.

Outra questão é a forma como a pandemia é apresentada e quais saídas a ela são discutidas. Grupos midiáticos, no geral, a tratam como algo ocasional, uma tragédia não-previsível. Na minha opinião, não se trata disso. Vários estudiosos, como epidemiologistas e ambientalistas, discutem as transformações no próprio sistema capitalista a partir do avanço sobre a natureza e a destruição das áreas verdes. A crise ambiental que temos vivenciado é compreendida como fruto essencialmente da ação humana – o antropoceno. Por isso, esses pensadores e pensadoras têm alertado que a pandemia é uma expressão da própria crise do sistema capitalista, e de sua dissociação entre sociedade e natureza. A globalização neoliberal, a mistura de culturas – e, portanto, também de alimentos, bactérias, vírus –, tudo isso precisa ser analisado como parte de uma totalidade social, e não como algo ocasional ou surpreendente. Tanto é que alguns autores também apontam para a possibilidade de outras pandemias com o passar do tempo.

Essa visão mais complexa e interrogativa sobre as origens estruturais do problema que estamos vivendo não aparece nos meios de comunicação tradicionais. Em geral, há uma cobertura centrada no número de casos, na medida de segurança, de saúde, na oposição ou apoio ao próprio governo Bolsonaro... mas que não consegue nem se interrogar sobre as origens da pandemia e, derivado disso, também se questionar sobre outras saídas para além da vacina. Há toda uma transformação estrutural na sociedade que precisaria ser discutida.

Para tornar isso mais concreto, acho que valeria falar da questão econômica. A pandemia mostrou a necessidade de o Estado ter investimentos sólidos em saúde e educação. Ela desnudou vários argumentos do neoliberalismo que são constantemente defendidos pela mídia tradicional, Rede Globo à frente. É o caso do limite de investimentos públicos, que ficou conhecido aqui no Brasil como teto de gastos.

Como estamos diante de uma crise econômica profunda, sem nenhuma possibilidade de recuperação em curto prazo, o debate que é feito segue sendo de corte de gastos, de reformas administrativa e de criminalização – eu coloco nestes termos, inclusive – dos servidores e servidoras públicas, como se eles fossem caros e gerassem o problema da falta de recursos do próprio Estado. Não se coloca em questão, por exemplo, as grandes fortunas e a dívida e pagamento para bancos. Então há temas que acabam não vindo à tona no debate público, deixando de pautar discussões na sociedade, porque limitados pela mídia.

No caso da Globo, isso contradiz o próprio posicionamento que ela, em geral, tem adotado diante do governo Bolsonaro. Se por um lado há uma crítica ao governo – denúncia de corrupção envolvendo Jair Bolsonaro e sua família, como o presidente lida com a pandemia e diminui sua gravidade etc. –, por outro, este mesmo grupo acaba aderindo ao discurso ultraliberal de Paulo Guedes [atual ministro da Economia]. Entram num conflito, porque pode criticar politicamente o governo, mas apoia a sua agenda econômica. E política e economia não podem ser separadas.

Há especialistas que apostam na valorização do jornalismo e da informação de qualidade em momentos de crise. Como você situa o papel da instituição jornalística em meio à pandemia?

Durante a última década, visualizamos no Brasil um processo que chamei na minha [tese de doutorado](#) de “dispersão da audiência”, seguindo a convergência midiática e os estudos sobre televisão, particularmente do professor [César Bolaño](#) (Universidade Federal de Sergipe). Continuamos a ter uma audiência bastante concentrada nos veículos de comunicação tradicionais. Mas, se no começo dos anos 1990 a TV Globo tinha mais de 70% da audiência, desde 2014 ela

estacionou na casa dos 30, 34 pontos. E muito desta audiência perdida foi para canais novos, menores, locais, e também outros dispositivos e formas de acesso, como o streaming.

Além do processo de dispersão da audiência, também vivenciamos, como parte de uma crise política mais ampla, uma profunda crise da própria instituição midiática. Ela é bastante atacada e descredibilizada por discursos reacionários, que buscam superar a mediação de instituições por meio de um contato direto entre agente político e população. É o caso de expressões da ultradireita, como o bolsonarismo e o próprio Donald Trump.

Mas destaco que a crise midiática também deriva da própria atuação da mídia. Tivemos muitos exemplos de práticas tendenciosas, de invisibilização de sujeitos, movimentos, regiões e culturas inteiras do nosso próprio país. Acho que esta perda de credibilidade tem muita conexão com o que ocorreu no Brasil nos últimos anos – particularmente, desde 2013, quando houve uma crítica muito contundente à cobertura daquele momento [em referência às Jornadas de Junho]. E, depois, com o golpe de 2016. Então sim, acho que a mídia também atuou para perder essa credibilidade.

Agora, a internet também não é um espaço apenas de pluralidade e diversidade. Embora isto exista, há a atuação de agentes políticos e econômicos de maneira coordenada, o que influencia o debate nas redes e diversos processos de *fake news*. Em síntese, eu diria que também na internet se disputam sentidos da vida social, como visibilidade e verdade.

Este caldo todo faz com que o momento de pandemia seja também uma disputa entre agentes: por um lado, meios de comunicação tradicionais querem se arvorar como donos da verdade, mais confiáveis, e muitas vezes generalizam o que existe na internet como não-profissional. Por outro lado, a própria mediação da tecnologia fortalecida neste momento tem feito com que muitas atividades de trabalho e debates políticos migrem para as redes sociais.

Acho que é uma disputa de rumos, e por mais que os dados mostrem que o brasileiro ficou, em média, uma hora a mais do que já ficava na frente da televisão, temos visto um crescimento da busca de conteúdos em outros espaços, como aplicativos e *streaming*. A pandemia, de forma geral, intensifica e acelera o processo de penetração das mediações tecnológicas nas atividades sociais.

Outra questão é o agravamento da exploração de trabalho sobre jornalistas durante a crise sanitária. Como você percebe as alterações na rotina do profissional da imprensa?

A inserção da tecnologia na sociedade, infelizmente, tem sido guiada por um viés hegemônico de intensificar a precarização e a exploração do trabalho. Exemplos mais conhecidos desta mediação por plataformas são Uber e Rappi. Vemos cada vez mais a tecnologia sendo utilizada para flexibilizar contratos – ou mesmo para afirmar a inexistência deles.

Não é diferente no caso do jornalismo, cujo trabalho já vinha sendo alterado pelos processos de digitalização e convergência midiática. Trabalhadores e trabalhadoras fazem pautas para rádio e impresso, gravam podcast, entram ao vivo em alguma rede, enfim. Isto é intensificado durante o processo de pandemia.

Outra questão é a própria colonização do tempo livre das e dos trabalhadores por parte das empresas. Quem pode fazer *home office* está trabalhando o tempo todo. A empresa cobra respostas mesmo fora do horário específico da tua jornada de trabalho.

Também me parece relevante o fato de que muitas empresas não garantem a saúde dos trabalhadores. Aqui no Ceará houve muita denúncia em relação às condições de trabalho – inclusive casos de Covid registrados em redações. Acho que existe toda uma lógica de desconsiderar esse trabalhador como sujeito de direitos, para sempre explorá-lo ao máximo dentro de suas capacidades.

Você também organizou recentemente um e-book sobre desinformação, numa parceria do Intervozes com a editora Veneta. O combate às fake news passa necessariamente pela aliança do jornalismo com plataformas como Google e Facebook? Há outros caminhos possíveis ou desejáveis?

O combate às *fake news*, na minha opinião, passa por garantir mais pluralidade, diversidade e educação para a mídia. Para isso, precisamos mudar a economia política das comunicações – particularmente, das plataformas digitais. Não acredito que a parceria do jornalismo tradicional com Google e Facebook seja capaz de resolver o problema da desinformação. Ela pode gerar informação, sim, mas uma informação muito monopolizada, e nós sabemos que, em geral, ela

tem objetivos políticos e econômicos. Não à toa, há inúmeros casos de desinformação ao longo da nossa história, de modo que eles não foram criados com a internet.

Acho que as plataformas devem ser cobradas para fazer educação para a mídia e promover informações, mas sobretudo para garantir transparência. Hoje o problema da desinformação relaciona-se com a forma como as plataformas desenham algoritmos e operam, capturam e comercializam dados. Parece-me que nossa agenda tem que ser no sentido de garantir mais transparência para que não seja consolidada uma lógica de que os donos da mídia – os tradicionais e os novos – sejam os fiéis da balança da verdade na sociedade.

A pandemia parece tornar ainda mais clara a disparidade no acesso à internet, discussão que o *Intervozes* articula ao direito à comunicação. Quais desafios integram uma agenda pela democratização das comunicações?

O que a pandemia revela de forma muito bruta é o fato de que a desigualdade social não apenas é reafirmada, mas se amplia a partir do critério do acesso. Se a pessoa não possui internet, não tem educação, cultura, lazer e até trabalho.

Uma matéria da *Folha de S.Paulo* mostra que o *home office* é o novo indicador da desigualdade econômica no Brasil. Trabalhadores mais qualificados, em regiões mais prósperas, puderam trabalhar em casa devido à disponibilidade de acesso, ao contrário de outros. O *Intervozes* também realizou uma pesquisa junto à Conaq [Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas], mostrando como as comunidades quilombolas estão desprovidas de acesso. Dados da TIC Domicílios indicam que essa questão é marcada por vieses de classe, raça e território. Sem dúvida, é uma pauta central.

A utilização de dados também se revelou de forma muito dramática na pandemia. Iniciativas de monitoramento, georreferenciamento e acesso aos nossos corpos para saber se estamos com febre são baseadas em tecnologias de informação e comunicação. Práticas de captura e tratamento de dados sob um viés de vigilância são outro exemplo. O risco é naturalizá-las como certo solucionismo tecnológico, reafirmando uma perspectiva, da qual discordo, de que há neutralidade nas tecnologias. Precisamos afirmar a proteção de

dados pessoais como direito fundamental, e não apenas individual, para que possamos ter uma sociedade minimamente democrática.

Roteiro e entrevista: **Dairan Paul**

Publicado originalmente em 10/09/2020 [no objETHOS](#)

“Os dados são demasiadamente humanos”

No Brasil, desde o primeiro caso confirmado pela Covid-19 em 26 de fevereiro, a “matemática do achatamento da curva” figurou entre as principais manchetes da imprensa. Números são uma linguagem global, essenciais para a construção de informações jornalísticas. O jornalismo de dados faz parte das habilidades técnicas da profissão e, nos últimos anos, são notáveis os avanços na área. Aos poucos, a profissão ganha jornalistas estatisticamente preparados para dar sentido aos dados.

Para o jornalista Marcelo Soares, a previsão de casos de Covid-19 no Brasil depende, principalmente, do “modelo e da qualidade dos dados que são colocados nele”. A demora dos estados e municípios em informar novos casos, a falta de testagem para o coronavírus e a instabilidade das informações fornecidas pelo Governo Federal não obedecem a um padrão – são desorganizadas, o que pode comprometer a precisão.

Especialista e um dos pioneiros no estudo e prática do jornalismo de dados no país, Soares vem desempenhando, desde o dia nove de março, um vigoroso trabalho estatístico na plataforma [Lagom Data](#) sobre a evolução da pandemia no Brasil. Ele, que há mais de vinte anos conversa com os dados, é fascinado pelo ‘jornalismo de precisão’ — expressão do professor estadunidense Philip Meyer —, sua fonte de inspiração. Uma das principais referências em dados no Brasil, Soares faz o monitoramento diário dos números fornecidos pelas secretarias estaduais de Saúde. Suas análises estão no circuito das notícias servindo como fonte para [BBC Brasil](#), [Estadão](#), [UOL Notícias](#). Em março, participou da bancada do programa [Roda Viva](#) ao entrevistar o biólogo Átila Iamarino.

Marcelo Soares é graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e atua há 22 anos com jornalismo de dados. Dirige a empresa Lagom Data, que faz coleta, análise e narrativa com dados para empresas jornalísticas e organizações da sociedade civil. Foi um dos fundadores e o primeiro gerente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). É membro do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ).

Nas redações, foi correspondente no Brasil do jornal *Los Angeles Times* durante cinco anos e o primeiro editor de audiência e dados da imprensa nacional em *Folha de S.Paulo*. Durante as eleições de 2010, apresentou comentários políticos semanais na *MTV Brasil*.

Seus projetos em jornalismo de dados ganharam prêmios Esso (2006, com a Transparência Brasil, o primeiro prêmio para um trabalho de jornalismo de dados no país), Petrobras (2017, com a *Folha*) e INEP (2018, com a *Folha*). Com o ICIJ, colaborou em quatro projetos vencedores de 12 prêmios internacionais.

Mais recentemente, Soares se dedica a estudar como “a noção de incerteza em dados epidemiológicos entra no debate sobre a subnotificação dos casos de coronavírus”, no Programa de Pós-Graduação Científica e Cultural (PPG-DCC) – nível de mestrado do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Ao **objETHOS**, o entrevistado discute a faceta de uma prática jornalística que existe há décadas, porém, se mal utilizada, pode comprometer a credibilidade jornalística e colocar vidas em risco. Recomenda o agnosticismo para projeções sobre o futuro, “até porque todas as projeções de futuro podem mudar de acordo com as nossas ações”. E orienta: “ouça mais os estudiosos do que os políticos. Vale para tudo, mas vale ainda mais quando vidas estão em jogo”.

Diante de um cenário de tantas incertezas na pandemia, como utilizar dados de forma responsável no jornalismo? É possível fazer projeções seguras?

O jornalismo tem um fascínio grande por números, na mesma medida em que jornalistas são muitas vezes despreparados para lidar com eles. Tendemos a lidar mal com a incerteza, e é isto o que temos de mais concreto sobre o novo coronavírus. Ao mesmo tempo, autoridades têm pressa, por motivos legítimos. Então, muitas vezes elas dão declarações que visam um determinado efeito, como tranquilizar a população. A esfera política tem mais dificuldade com a incerteza do que o jornalismo. Jornalistas de política, esporte, cultura e outras editorias tradicionais sabem que muitos dos seus entrevistados têm limitações ao que podem ou querem dizer. Os melhores sabem lidar com isso e checar afirmações com outras fontes.

Quando se trata de dados, porém, muitos chegam pouco prevenidos porque acreditam que dados são frios, objetivos, exatos. Mas, na verdade, são fontes tão cheias de limites quanto as fontes humanas. Isto porque lá na ponta os dados são humanos até demais. Quem atenta ao contexto em que eles são produzidos consegue extrair muita coisa deles, tanto pelo que dizem quanto pelo que não dizem.

Por exemplo: todos sabem que os dados divulgados diariamente pelo Ministério da Saúde e pelas secretarias não são a verdade completa da incidência da doença. Faltam testes, e nessa situação a orientação é testar principalmente os casos graves. O resultado pode demorar, porque depende de recursos humanos para processar uma fila que cresce mais a cada dia. Um caso positivo que é testado hoje só vai aparecer na contagem daqui a alguns dias. As mortes levam até duas semanas para serem confirmadas. Existem casos que podem ser de coronavírus, mas foram diagnosticados erroneamente como outras síndromes respiratórias.

Hoje essa noção já entrou no debate público. Sistemas de saúde estão mais atentos, e algumas cidades têm confirmado mais casos do que as secretarias estaduais reconhecem para o local. Em parte, isso ocorre porque há vários tipos de teste em uso, com graus de qualidade variados. Então, é preciso ver o que compõe o número anunciado pelo governo todo final de tarde. É algo bem trabalhoso, e quem faz jornalismo diário é cobrado principalmente pela agilidade.

Projeções são outro problema. No meu primeiro manual de programação, que veio com meu CP-400 nos anos 80 [computador doméstico de 8 bits produzido no Brasil em meados da década de 1980], aprendi uma frase em inglês: *“garbage in, garbage out”*. Ou seja: trabalhar com dados ruins leva a resultados ruins. Isso porque uma projeção depende de parâmetros conhecidos. Por exemplo: para quantas pessoas em média cada infectado transmite a doença? De todos os que são infectados, qual é a proporção que morre? Qual é a proporção dos infectados que não apresenta sintomas, mas transmite? E por aí vai. Para doenças já conhecidas, esses parâmetros já estão estabelecidos. No caso da Covid-19, os indicadores estão sendo descobertos ao mesmo tempo em que se está tentando tratar os casos conhecidos. Ele pegou o mundo de calças curtas.

A recomendação de isolamento social é funcional nesse caso, mesmo com todas as consequências econômicas. Quanto mais contatos

as pessoas têm no dia, maior a chance de quem tem a doença passar a quem não tem. O isolamento reduz o número de contatos, desacelerando a carga no sistema de saúde. Agora: até quando vai durar? Ninguém sabe. É preciso ver como vai se comportar a doença com as pessoas voltando às ruas. Estudiosos do assunto dizem que é possível que tenhamos várias fases de isolamento até a população estar imunizada.

Além disso, no Brasil, temos o agravante de que a maior autoridade do país joga contra as medidas de prevenção. Em Palácio, boicotou a atuação do Ministro da Saúde [em referência ao ex-ministro Luiz Henrique Mandetta demitido no dia 16 de abril pelo presidente Jair Bolsonaro], única pessoa no governo que fala “lé com cré” a respeito da doença. Nas redes sociais, estimulou que seus apoiadores saíssem às ruas e exigissem a reabertura do comércio.

Como o público pode diferenciar informações enganosas de análises e projetos consistentes na visualização de dados?

É uma boa pergunta, para a qual não tenho respostas definitivas. Como consumidor de informação, minha principal preocupação é a procedência. Quando vejo uma análise de especialista, procuro descobrir em que a pessoa é especialista. Há muitos especialistas em economia fazendo o papel de epidemiologistas amadores, o que pode ser um problema. Naquele programa famoso daquela nova emissora a cabo [*O Grande Debate*, da CNN], o debatedor mais folclórico reclamou que só os infectologistas estavam sendo levados a sério quando falam a respeito de uma doença infecciosa.

Outra coisa que procuro verificar é se a afirmação está sendo demonstrada. Há afirmações de todo tipo sendo feitas a partir de dados e gráficos. Torturados, os números dizem qualquer coisa. Um ex-ministro e atual candidato a ministro tem sido “useiro e vezeiro” de dar exemplos disso, chutando números futuros e usando gráficos sem indicação da escala dos eixos, ou que vão só até a data mais conveniente.

Também é saudável manter certo agnosticismo em relação a projeções sobre o futuro. Eu não as tomo a ferro e fogo, até porque todas as projeções de futuro podem mudar de acordo com as nossas ações. Projeções epidemiológicas são feitas para ter ideia de qual seria o cenário mais grave e, em seguida, tomar medidas para evitar que ele ocorra.

Uma última dica: ouça mais os estudiosos do que os políticos. Vale para tudo, mas vale ainda mais quando vidas estão em jogo.

Como você avalia a qualidade jornalística da cobertura da pandemia, considerando a produção de conteúdo das grandes empresas do país (*Grupos Globo, Folha, Estadão, Band, SBT, Record etc.*) nas suas diferentes plataformas?

Assisto pouca televisão há muitos anos e sequer tenho aparelho em casa. Qualquer avaliação que eu possa fazer da qualidade geral das emissoras de TV é praticamente sem base. Como não assino o *Estadão* e *O Globo*, e seus sites têm paywall, tenho poucos subsídios para avaliar o trabalho que têm feito. Na *Folha* eu trabalhei por muitos anos, sou amigo de vários repórteres que produzem por lá, então sou suspeito para falar. Então, falo mais em geral.

Ainda em março, o coronavírus e seus temas conexos superou o presidente Bolsonaro como tema mais frequente de títulos nos principais jornais brasileiros. Em alguns dias, chegou a 80%. Logo após, em abril, deveria estar perto de 100%, porque é um assunto que condiciona todos os outros temas.

Tenho visto excelentes reportagens sobre a pandemia, e é gratificante ver quantas delas vêm de meios de comunicação pequenos e independentes. A cobertura do dia-a-dia às vezes trata questões de fato como questões de opinião, gerando falsas equivalências. A saga da cloroquina tem sido coberta na mesma chave com que se cobre qualquer outra bobagem que o presidente fala – publica-se, com espaço semelhante, opiniões a favor e opiniões contra.

Sou assinante do *New York Times*, fui assinante do *Le Monde*, leio toda semana *The Economist*. Tenho visto alguns artigos e colunas publicados na imprensa de referência brasileira, que aspira a um lugar na mesa dos grandes jornais do mundo, que seriam impublicáveis por qualquer outro comensal.

Mas, ressalte-se, tem havido reportagens excelentes e esclarecedoras. Poderíamos passar com menos artigos opinativos, especialmente de políticos falando do que não entendem, mas na economia da atenção opinião forte é o que mais atrai clique. Também é o que mais desinforma, mas enfim. Todas as empresas que dão espaço ao osmar-terraplanismo estão no *Trust Project*, então podem dormir sossegadas com a certeza de que combatem *fake news*.

Nesta perspectiva, como o uso dos recursos do jornalismo de dados poderia contribuir para a qualidade da informação e fortalecimento da relação entre público e jornalistas?

Trabalhos com visualização de dados têm sido parte de algumas das melhores reportagens, e são importantes para contextualizar as magnitudes envolvidas na pandemia. Nunca vi um gráfico ter tanta influência no debate público quanto o das curvas sem e com achatamento.

Mas o trabalho com dados, muito embora seja minha seara, não é uma panaceia, não serve para tudo. Na expressão “jornalismo de dados”, a língua portuguesa deu a precedência ao que mais faz a diferença: o jornalismo.

É importante mostrar como estão se virando os mais pobres, atingidos, de um lado, pela ameaça sanitária, e de outro, pela ameaça econômica. Mas isso não cabe numa planilha. Vai demorar meses para haver dados sobre o desemprego causado pela crise, porque o Ministério da Economia parou de publicar os dados da CAGED [Cadastro Geral de Empregados e Desempregados] e o IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística] mudou a forma de coleta da PNAD [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios] Contínua [[dados trimestrais](#) foram divulgados no site do IBGE]. É crucial cobrir o funcionamento dos sistemas de saúde, até para entender o contexto dos dados.

No fim, o que ganha a confiança do público disposto a ouvir é um trabalho bem feito.

Em uma sociedade de dados onde os indivíduos são cada vez mais quantificados, quais cuidados éticos um jornalista deve ter?

Não dá pra esquecer que, lá na ponta, os dados são demasiadamente humanos. São produzidos por pessoas e se referem a pessoas. A maior questão ética que tenho visto ultimamente é o aumento da coleta dos dados de cidadãos, especialmente no monitoramento de celulares para captar padrões de deslocamento em grandes cidades. Ao fim e ao cabo, estamos tratando de vigilância sobre pessoas inocentes.

Os dilemas éticos entre um bem e um mal são fáceis de resolver: é só evitar o caminho do mal. Onde o bicho pega é o dilema ético entre dois valores positivos. No caso, a prevenção de uma doença mundialmente letal e a preservação da privacidade. Estão sendo abertas portas perigosas para a privacidade das pessoas. É preciso que haja transparência sobre

quais e como os dados das pessoas são coletados pelos governos, e é preciso garantir que esses dados não sejam usados para outros fins.

É possível conceber quem ache razoável o uso de dados de monitoramento de celular para garantir o isolamento social, e isso já está sendo usado, apesar de muitos serem contra. Essa porta já foi aberta. A grande questão está em saber o que mais passa por essa porta, coibir os abusos e descobrir como fechá-la depois que sua utilidade epidemiológica se esgotar.

Roteiro e entrevista: **Denise Becker** e **Samuel Lima**

Publicado originalmente em 23/04/2020 [no objETHOS](#)

PARTE II

Desinformação e transparência



“A desinformação circula em espaços diferentes dos desmentidos”

Em meados de abril, mais uma fake news elegia uma cura súbita para a pandemia: água tônica. Uma nota emitida pelo Twitter alertou usuários sobre a ineficácia do produto contra o novo coronavírus. No entanto, a mesma rede social que desmente o factóide também serve de palco para um alto volume de desinformações.

Raquel Recuero, professora da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), fez um teste: [analisou tweets sobre coronavírus](#) de maior repercussão (compartilhamentos) em 23 de março. Seus resultados indicaram uma “guerrilha informativa entre governo federal, estados, municípios e o próprio Ministério da Saúde”, contribuindo para a polarização da rede.

Como agentes que também produzem desinformação, atores políticos emprestam sua credibilidade ao conteúdo enganoso e “lavam” a origem duvidosa das *fake news*. Para a pesquisadora, são fatores que explicam como a desinformação circula com amplitude cada vez maior.

Autora de diversos artigos e livros sobre mídias sociais, Recuero tem se dedicado a estudar tanto soluções no combate às *fake news* como o papel desempenhado pelos filtros-bolha na circulação de informação. Além de lecionar na UFPel, é também vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

[Em um de seus artigos mais recentes](#), Recuero aborda de que forma núcleos ideológicos limitam parte das desinformações que circulam no Twitter. [Outra pesquisa](#) analisa conteúdos enganosos disseminados nas eleições de 2018, observando como o viés da moralidade também serve de estratégia para legitimar esses discursos.

A seguir, a pesquisadora conversa com o **objETHOS** a respeito das *fake news* que circulam sobre o novo coronavírus e a lógica da desinformação em diferentes plataformas:

Suas análises da Covid-19 se detiveram, até então, na desinformação. Do que você observa nas redes, esse conteúdo enganoso consegue disputar espaço com mídias jornalísticas tradicionais?

Sim, até porque boa parte deste conteúdo é produzido e reproduzido por veículos que se dizem análogos à mídia tradicional. Por exemplo, veículos hiperpartidários que reproduzem conteúdo alinhado com o seu discurso político.

Mas o principal é que a desinformação circula em espaços diferentes dos desmentidos. Assim, se temos uma teoria da conspiração explicitando que o coronavírus foi criado pela China para acabar com a economia mundial, esse discurso vai circular em um espaço onde o discurso científico – que prova que esse vírus não foi criado em laboratório – não vai andar.

Você menciona que a participação de autoridades contagia a desinformação e mobiliza outras pessoas. Isso se reflete nas disputas discursivas entre grupos no Twitter?

Sim, foi exatamente isso o que tentei mostrar.

Como há discursos diferentes – e que, por vezes, são antagônicos – eles tendem a seguir a polarização da época das eleições.

Suas análises do coronavírus foram feitas a partir das conversações realizadas no Twitter. Existem particularidades na circulação de conteúdo enganoso em outras redes, como WhatsApp e Facebook, ou a lógica da desinformação é semelhante?

Nós temos também alguns artigos sobre o WhatsApp. A lógica é diferente. Enquanto o WhatsApp circula a informação por grupos privados, principalmente (grupo de família, de amigos etc.), é mais difícil conseguir que a informação que desmente esse tipo de conteúdo circule nos mesmos espaços.

Já o Twitter e o Facebook, por serem um pouco mais públicos, circulam mais desmentidos. O WhatsApp, por exemplo, tende a ter muita teoria da conspiração e informação fabricada, enquanto nas outras redes (ao menos em seus espaços mais públicos), circula mais informação manipulada, ou seja, baseada em fatos, porém com algum tipo de distorção.

Em artigo anterior, você observa que a avaliação moral é uma das estratégias de legitimação das informações falsas ou distorcidas. Como o sistema de valores da moralidade potencializa a circulação dessas informações?

O discurso do bem contra o mal continua muito forte, principalmente por conta da polarização. Ele se associa muito ao discurso religioso, mas não apenas. É caracterizado principalmente por uma narrativa de heroísmo e antagonismo.

Roteiro e entrevista: **Dairan Paul**

Publicado originalmente em 16/04/2020 [no objETHOS](#)

Títulos apelativos distorcem informações sobre a pandemia

Promessas falsas de tratamentos contra a Covid-19, somadas à ansiedade pela vacina, são prato cheio para títulos apelativos. Conhecidos como *clickbait*s, ou caça-cliques, os recursos costumam servir de isca para atrair mais público. Do ponto de vista ético, é uma conduta questionável, especialmente quando há forte distorção de informação.

Foi o que aconteceu com alguns veículos durante a pandemia, conforme analisa a jornalista Luiza Caires, editora de Ciências do *Jornal da USP*. Por outro lado, boas coberturas cumprem o papel de aproximar leitores em um momento crítico – “um laço muito corroído pela polarização política e falta de liderança de quem está no governo”, afirma.

Caires tem experiência em divulgação científica e já produziu conteúdo de ciência e tecnologia para publicações da Editora Abril e *Folha de S.Paulo*. Atualmente, coordena a equipe do *Jornal da USP* dedicada à pandemia de Covid-19. Assim como outras redações, jornalistas também passaram por dificuldades no *home office*, desde sobrecarga de trabalho até o medo coletivo pelo vírus. No entanto, como comenta a entrevistada, “sabíamos da nossa responsabilidade sendo comunicadores de ciência, no meio de uma crise sanitária, e que não dava simplesmente para reduzir o ritmo naquele momento”.

Além dos *clickbait*s, um cuidado ético adicional nas coberturas sobre Covid é a repercussão de estudos *preprint* – aqueles que ainda não foram submetidos a periódicos científicos e, portanto, não possuem revisão por colegas cientistas. “Inicialmente, ficamos inseguros sobre noticiá-los, mas percebemos que não era uma escolha nossa”, argumenta Caires, lembrando que os próprios pesquisadores comentavam os resultados dos manuscritos científicos com certa empolgação nas redes sociais. Buscar fontes da mesma área ou de outras instituições para discutir as conclusões do estudo pode ser uma solução. “Coisas que, sozinho, um jornalista não consegue fazer”.

A entrevistada acredita que o interesse por temas sobre ciência aumentou durante a pandemia, mas não deve permanecer tão em voga após o ápice da crise sanitária. Ainda assim, destaca a necessidade de incorporar boas práticas de checagem na cobertura diária. “O jornalismo

precisa ficar mais analítico”, defende, o que perpassa a inclusão de mais fontes científicas para dar contexto aos fatos.

Na entrevista a seguir, Luiza Caires comenta os desafios que a equipe do *Jornal da USP* enfrentou no começo da pandemia, como percebe o consumo de ciência pelos leitores e os erros e acertos na cobertura da Covid-19.

Passado um tempo desde os primeiros casos de Covid no Brasil, como você avalia as dificuldades iniciais para cobrir a pandemia, a partir de sua experiência no *Jornal da USP*? E como a equipe se adaptou a elas?

Em primeiro lugar, assim como todos (inclusive os governos), demoramos para nos dar conta da gravidade da situação. Fizemos uma reportagem sobre a epidemia na China, entrevistei brasileiros que moravam lá para relatar a situação, além de especialistas aqui do Brasil para analisar as questões científicas. Mas não imaginava que a coisa iria crescer a ponto de ter que voltar toda a nossa cobertura científica para isso. Logo que voltei de uma viagem (a última que fiz antes dos aeroportos não serem considerados seguros, assim como outros espaços públicos), a discussão já era se e quando trabalharíamos remotamente, assim que começaram a aparecer os primeiros casos na USP.

Daí em diante, fomos todos para casa, mas o trabalho em si mais que dobrou. A segunda grande reportagem que fizemos a respeito falava sobre a situação da Itália, e o que deveria ser feito para o Brasil não ficar na mesma situação. Vendo em retrospecto, era uma pergunta inocente: meses depois, superamos a Itália em números absolutos e também no impacto relativo que a pandemia teve/está tendo em cada país.

Organizar-se para trabalhar em *home office* também não é fácil. Agora, estamos todos mais ou menos habituados. No começo, parte do excesso de trabalho vinha de problemas de comunicação – não poder recorrer a simples idas até a mesa de um colega esclarecer algum ponto tornava as coisas mais cansativas; e-mails longos dificilmente são lidos com atenção na íntegra; e-mails curtos não esclarecem totalmente; mensagens por WhatsApp eram, talvez piores, invadindo fins de semana e horários que, em tese, não deveriam ser de trabalho. Tudo isso, aliado ao medo coletivo, deixou a equipe mais estressada. Tivemos, ainda, as perdas humanas por Covid-19: colega da rádio, esposo de colega do setor

de arte e, pessoalmente mais impactante pela proximidade, mãe do nosso estagiário. Duas delas ocorreram na véspera de encontros virtuais que tínhamos marcado apenas para confraternizar, para deixar o clima mais ameno. Encontros que foram cancelados nas duas vezes, obviamente.

Enfim, essas foram algumas das dificuldades objetivas e subjetivas que foram obstáculos a serem enfrentados. Apesar das mensagens que líamos na internet dizerem “não se cobre ser produtivo, você está numa situação atípica”, sabíamos da nossa responsabilidade sendo comunicadores de ciência, no meio de uma crise sanitária, e que não dava simplesmente para reduzir o ritmo naquele momento.

Nas redações, jornalistas sem especialização em ciência e saúde se viram obrigados a cobrir o tema. Como você avalia os erros e acertos na cobertura feita até então pelos jornais?

Muitos erros foram cometidos por alguns veículos pelo fato de a cobertura em ciências ser feita por um profissional sem experiência na área, ou que, pelo menos, não fosse orientado por um profissional com experiência na área. E sabemos que essa é a realidade de muitas redações. Mas na minha opinião, o mais problemático foram os veículos que distorciam a informação intencionalmente – ao menos pelo que parecia, é claro que não posso provar. Para mim, era clara a prática do *clickbait* em títulos apelativos, conclusões precipitadas (ou que não podiam ser tiradas só pelo que os entrevistados disseram), promessas falsas sobre novos tratamentos e vacinas, sensacionalismo sobre a doença – esse último coberto por uma aura de boas intenções (“as pessoas precisam ficar com medo para se prevenir”), mas que desconfiamos ser apenas um recurso para atrair mais público.

Vimos, por outro lado, coberturas muito boas. No Brasil, destaco o jornal *O Globo* e o programa *Fantástico*, além do *Jornal Nacional*. É até curioso destacar esses noticiários tão óbvios ao espectador e tão tradicionais – há muito tempo eu não acompanhava de perto a TV aberta, mas não posso deixar de mencioná-los. De fato, a cobertura de alguns produtos da Globo foi digna de elogios e, além das boas informações, ajudou a manter o laço entre os brasileiros nos piores momentos da pandemia – um laço muito corroído pela polarização política e pela falta de liderança de quem está no governo, e que seria essencial numa crise dessas.

No exterior, além do *The New York Times* (de quem sempre se espera muito, também), destaco o *The Atlantic*, pelo teor analítico, fuga do senso comum, e ser o primeiro a trazer questões sobre as quais ninguém estava falando.

A pandemia também gera certa ansiedade na busca por curas e soluções rápidas. Nesse sentido, diversos estudos *preprint* sobre a Covid têm sido lançados e repercutidos pelos jornais. Quais cuidados o jornalista deve ter ao noticiar essas pesquisas?

Sobre tratamentos, não sou cientista ou médica, mas uma coisa que todo mundo precisa saber é que vírus são um dos agentes que mais desafiam a medicina há séculos. É altamente improvável descobrirmos rapidamente alguma medicação que seja cura para um vírus. Então sempre devemos desconfiar se ouvir falar em tratamento farmacológico eficaz contra o coronavírus. Tratamento da Covid-19, por enquanto, são medidas de suporte para que seu corpo combata o vírus com recursos que já têm – pode sim ser auxiliado por algumas medicações, mas sempre com acompanhamento médico e em casos bem específicos (remédios que não funcionam para todos os casos e em alguns podem até piorar o quadro). E nenhuma dessas medicações é milagrosa.

Um dos principais cuidados ao noticiar *preprint* é explicar o que ele é e relativizar suas conclusões, mais como um indicativo de potencial do que como um resultado. E explicar isso de uma maneira muito, muito simples mesmo. Nada de dizer “Ainda não foi revisado por ‘pares’”.

No *Jornal da USP*, inicialmente ficamos inseguros sobre noticiar estudos ainda sem revisão. Mas percebemos que não era uma escolha nossa. A mídia externa encontrava a pauta e noticiava, às vezes até pelos próprios pesquisadores comentarem os resultados, muitas vezes empolgados, nas suas redes sociais. Outro imperativo é encontrar pesquisadores da mesma área, e de preferência de outra instituição, para comentarem o artigo e ajudar a dimensionar aquelas conclusões – coisas que, sozinho, um jornalista não consegue fazer.

Você acredita que o interesse do público pelo consumo de informações sobre ciência pode se manter após o período mais agudo da Covid-19? E sobre a relação entre jornalistas e cientistas, acredita que ela tende a ser mais próxima?

A pandemia está afetando nossa vida de uma maneira muito direta, e é natural que seja o tema que domine as pautas das notícias e das nossas conversas. Assim, o interesse em informações sobre ciência cresceu. Certamente não vai se manter o mesmo após a pandemia, mas serviu para um público que nunca lê nenhuma notícia sobre ciência ao menos entrar em contato com o tema.

Serviu também aos próprios jornalistas considerarem mais os cientistas como fontes quando estiverem cobrindo pautas diversas. Praticamente toda pauta tem lugar para um cientista ser entrevistado (mesmo que não seja o principal entrevistado). Por exemplo: ao falar sobre desabamento de casas construídas em áreas de risco, por que não entrevistar engenheiros, cientistas sociais, urbanistas ou geógrafos urbanos, para falar, por exemplo, do déficit habitacional na região? Ao invés de falar somente com prefeitura, moradores e Corpo de Bombeiros.

O jornalismo precisa ficar mais analítico e os cientistas, sejam das ciências duras ou humanas, podem e devem ter espaço nele. Entendo que há noticiários mais focados nas *hard news*, mas não entendo que todos os principais só façam isto. E uma pontinha que seja de análise em uma reportagem já é melhor que nenhuma. Informar sobre contexto é necessário, e a formação de senso crítico é uma das funções da imprensa.

Roteiro e entrevista: **Dairan Paul**

Revisão e edição: **Dairan Paul** e **Janara Nicoletti**

Publicado originalmente em 17/09/2020 [no objETHOS](#)

Scraping pode auxiliar jornalistas na cobertura da pandemia

Utilizar dados no jornalismo é uma forma de dar credibilidade ao conteúdo abordado. Com o avanço da pandemia do novo coronavírus, lidar com números tem sido uma constante na rotina jornalística.

No entanto, muito se tem falado sobre a disparidade existente entre os dados publicados oficialmente pelos órgãos do governo e a realidade de algumas cidades, com hospitais lotados e corpos entulhados nos corredores, de modo que jornalistas precisam ampliar as fontes para divulgarem informação mais precisas e coerentes.

A técnica do *data scraping*, popularmente conhecida como raspagem de dados, é um método que pode contribuir nesse cenário, permitindo que o repórter não fique refém apenas dos boletins governamentais. O desafio profissional é grande, mas não inatingível.

Enquanto dados oficiais chegam mastigados para integrarem as matérias, quando se utiliza o *scraping* é necessário mais expertise do jornalista. Ele precisará de ferramentas ou habilidades de programação para extrair os dados dos sites e repositórios, interpretar os números, moldá-los em uma linguagem simples que permita o cruzamento das informações e, então, utilizá-los nas reportagens. Embora relativamente complexo, o processo costuma resultar em matérias e infográficos mais robustos, com referências e contrapontos que ampliarão o debate retratado.

“Onde a tragédia pode ser ainda maior” é um trabalho que aborda justamente como o *scraping* foi utilizado para gerar conteúdo sobre o crescimento do número de casos do novo coronavírus desde o primeiro registro. O material foi produzido por Márcio Carneiro dos Santos, doutor pelo programa de Tecnologias da Inteligência e Design Digital – TIDD da PUC-SP –, coordenador do LABCOM – Laboratório de Convergência de Mídias – e criador das ferramentas LNEWS e LTWEET para extração de dados na web por pesquisadores da comunicação.

Professor do Departamento de Comunicação na área de Jornalismo em Redes Digitais, professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), onde responde pela disciplina de Jornalismo Guiado por Dados, e do

programa de Pós-Graduação em Design, ministrando a disciplina de Design de Sistemas Imersivos, Márcio Carneiro é uma das referências atuais quando se fala em pesquisas com jornalismo de dados.

Ao **objETHOS**, ele explica as particularidades do scraping e os cuidados éticos que se deve tomar ao utilizar o método.

Dentro dos procedimentos de apuração jornalística, como podemos caracterizar o *scraping*? Qual o diferencial dessa técnica em relação aos métodos tradicionais já utilizados no jornalismo?

Em termos gerais, a abordagem que propomos resume-se às seguintes etapas:

Etapa 1 – Identificar a estrutura que contém os dados que precisamos. Algumas possibilidades apresentam-se com mais frequência:

a) Bases de Dados que permitem consultas amigáveis via preenchimento de formulários ou procedimentos simples. Exemplo: portais de transparência governamentais onde é possível requisitar dados sobre determinado tema e período.

b) APIs (*Application Programming Interface*, conjunto de rotinas, padrões e instruções de programação que permite a criação de aplicativos) que exigem requisições estruturadas no formato que estabelecem, ou seja, respeitando sua sintaxe própria. Exemplo: APIs do *Twitter* e do *Facebook* que precisam ou de uma aplicação específica para solicitar conteúdo, como os aplicativos que as acessam em nossos celulares, ou de um código customizado que consiga estabelecer tal diálogo e coletar as informações que a API entrega a partir de cada tipo de requisição.

c) Conteúdo disponível em páginas de internet que podem ser extraídos diretamente via técnicas de *scraping* (raspagem de dados). Como textos de matérias em portais jornalísticos ou tabelas e informações gerais publicadas, tais como previsão do tempo, cotação do dólar e resultados de competições esportivas.

d) Informações protegidas em ambientes fechados, acessadas apenas por usuários cadastrados e que contam com mecanismos de proteção como encriptação de dados e outros. Tais ambientes eventualmente podem ser acessados por técnicas de *hacking*.

Etapa 2 – Formatar a consulta ou requisição de dados alinhada ao tipo de repositório onde eles se encontram de acordo com as opções acima.

Etapa 3 – Analisar os dados coletados a partir do processamento possível partindo do que foi efetivamente conseguido.

Como o *scraping* pode contribuir na cobertura da pandemia do coronavírus?

O *scraping* pode ser útil em qualquer site da internet que contenha dados públicos sobre a estrutura de saúde ou dados específicos sobre o coronavírus em determinado lugar, mas que não estejam em um formato tipo portal de transparência, criado para prover dados de forma direta. A técnica é utilizada quando os dados estão no site, mas não há um caminho direto para fazer baixa-los.

Quais os cuidados éticos que devem ser considerados ao trabalharmos com o *scraping*?

Em sites públicos, em tese, as informações são públicas e podem ser acessadas. Em outros sites, é bom consultar para ver se há alguma página do tipo <https://www.google.com/robots.txt>.

O robots.txt é uma espécie de declaração colocada pelo administrador da página explicitando o que não é permitido acessar (Disallow:/). Se existir, o robots.txt, deve ser respeitado para que o acesso não seja considerado desrespeitoso, invasivo ou até ilegal.

Digamos que um profissional ficou sabendo agora sobre o *scraping* e deseja utilizá-la nas próximas apurações. Quais são suas dicas para ele começar? Onde ele pode conseguir mais informações para aprimorar a técnica?

A internet está cheia de ferramentas e técnicas de *scraping*. Você pode começar com as extensões que podem ser instaladas no próprio Chrome, depois ir para outras mais complexas ou, se souber programar, criar suas próprias ferramentas em casos de necessidades específicas para coletar muitos dados de forma automatizada. Eu, por exemplo, uso Python. Mas muita coisa você resolve de forma bem mais simples.

Roteiro e entrevista: **Carlos Marciano**

Publicado originalmente em 30/04/2020 [no objETHOS](#)

“Falta encarar a transparência como política de Estado”

“Não é a hora de quebrar termômetros”, tweetou Fernanda Campagnucci, no mesmo dia em que a *Open Knowledge Brasil* (OKBR), na qual atua como diretora executiva, lançava a primeira versão do Índice de Transparência da Covid-19. O termômetro serviu de analogia para um importante aliado na qualidade das informações sobre a pandemia: dados públicos.

Desde então, a OKBR – uma Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos, também conhecida como Rede pelo Conhecimento Livre – desenvolve ferramentas para tornar mais visíveis os dados da Covid. O Índice é um exemplo. Em sua segunda versão, apresenta um ranking dos estados brasileiros conforme seus níveis de transparência, a partir de 26 indicadores. Boletins semanais também são emitidos pela *Open Knowledge* com interpretação dos dados.

Para Campagnucci, problemas na abertura de dados são de ordem política e devem ser encarados como tal. É complementar ao posicionamento da OKBR, que não defende a transparência como um fim em si mesma, mas como instrumento para revigorar a democracia. E se as fragilidades do que costumávamos chamar de sociedades democráticas estão cada vez mais expostas, não surpreende a centralidade no cenário atual ocupada pela informação transparente.

A seguir, Campagnucci avalia como a imprensa brasileira utiliza bases de dados, quais problemas técnicos acompanham o trabalho de monitoramento de casos de Covid, e a falta de articulação do governo federal no investimento em tecnologias abertas.

Naturalmente, a pandemia não estava nos planos da *Open Knowledge*. Que tipo de mudanças internas vocês precisaram fazer para ajustar o foco e se dedicar tanto a isso neste ano?

A *Open Knowledge Brasil* possui três eixos de atuação, organizados em programas: 1) Escola de Dados, 2) Ciência de Dados Para Inovação Cívica e 3) Advocacy e Pesquisa. É principalmente no âmbito deste último que estamos fazendo as ações de incidência sobre o tema da Covid-19. De fato, não tinha como prever a pandemia, mas já havíamos

definido, em nosso planejamento estratégico, que o ano de 2020 teria como meta estruturar e ampliar o programa de Advocacy para monitorar e evitar retrocessos na transparência pública.

Nos primeiros meses, foi preciso um grande esforço de nossa pequena equipe para absorver esse trabalho de avaliação dos estados com relação à abertura de dados da Covid-19, que segue intenso desde abril. Mas fomos também estabelecendo parcerias para tornar a iniciativa mais sólida e poder sustentar o processo por mais tempo. Nos últimos meses, se tornaram parceiros a Hivos, o Instituto Galo da Manhã, a PCDaS/Fiocruz e o Instituto de Governo Aberto. Com isso, conseguimos ampliar a carga horária da equipe e dobrar o número de indicadores avaliados, passando a olhar também para todas as capitais.

Denunciar a falta de transparência de governos é uma parte importante do trabalho da organização. O que mais está ao alcance de vocês para sensibilizar a sociedade e as autoridades da necessidade de dados públicos num momento como este?

Antes de criarmos o Índice de Transparência da Covid-19, os entes não tinham parâmetros básicos sobre quais dados deveriam tornar transparentes, nem em que formatos e meios deveriam fazê-lo. A falta de liderança do governo federal sobre esse tema foi flagrante. Com a avaliação, os estados e prefeituras tiveram uma baliza importante para guiar seus processos de abertura. Nesse período, trocamos mais de 350 mensagens com gestores públicos de estados e capitais para orientação, além de realizar videoconferências com equipes de secretarias estaduais e municipais.

Começamos a fazer entrevistas com gestores para compreender, de maneira mais qualitativa, o impacto do Índice na abertura de dados. Também produzimos orientações mais técnicas, porque entendemos que é preciso ampliar as capacidades de estados e prefeituras para lidar com a transparência. Além do próprio Índice, disponibilizamos, até o momento, um [guia para publicação de microdados](#), que conta com dicas para abrir, proteger quando necessário, encontrar e organizar dados relacionados à pandemia, além de uma planilha-modelo para a padronização e a publicação de microdados.

Então são diversas as estratégias para incidência nesse tema. Com a cobertura da imprensa, o Índice funciona como um incentivo político

para que governadores e prefeitos abracem a transparência, numa competição saudável pelo “topo do ranking” — sob pena de receberem duras críticas e aumentar a desconfiança do público.

Nas redes sociais, também mobilizamos as pessoas para fazer esse acompanhamento e cobrança, além de envolver nossa Rede de Embaixadoras de Inovação Cívica, que é bastante engajada.

Por fim, buscamos destacar as boas práticas de gestores que estão fazendo um bom trabalho nesse tema.

Você acredita que a desorganização do governo federal, dos estaduais e municipais, observada nesta crise sanitária, escancarou o problema da falta de transparência pública no Brasil?

Como uma situação de pandemia demanda mais precisão e agilidade na disponibilização dos dados, os velhos problemas da falta de transparência se agudizam, claro. São problemas de ordem política, de falta de governança, de falta de investimento em uma infraestrutura tecnológica aberta. De forma geral, falta encarar a transparência e a abertura de dados como uma política de Estado, que demanda planos, ações, como qualquer outra política pública. Os estados que já vinham desenvolvendo algo nesse sentido se saíram melhor neste momento.

Como mencionei, a falta de articulação do governo federal com os demais entes atrapalhou muito o processo de coleta e divulgação dos dados. Em um modelo federativo como o nosso, era preciso que o governo federal, por meio do Ministério da Saúde, assumisse a liderança oferecendo os parâmetros básicos, orientando a máxima transparência e os cuidados para proteger dados pessoais. Mas não foi isso que observamos, pelo contrário.

Apesar da falta de coordenação, os estados fizeram um trabalho mais razoável, com poucas exceções. De forma geral, depois que passamos a acompanhar, o avanço foi rápido. Em [21 de agosto](#), 100% dos estados alcançaram pelo menos o patamar “Bom” da avaliação. Infelizmente, não podemos dizer o mesmo das prefeituras. No boletim de [28 de agosto](#), mostramos que mais da metade ainda não chega a esse nível minimamente satisfatório.

Isso pode ter acontecido por vários motivos: porque acompanhamos as capitais depois, a partir de junho; porque a imprensa não cobrou as

prefeituras da mesma forma que cobrou os estados, e também porque o período pré-eleitoral começou a ocupar mais a agenda; mas também porque era um ente com menor capacidade para implementação.

Que dificuldades são específicas deste período da pandemia para o trabalho da *Open Knowledge*?

Acredito que a maior dificuldade para a transparência não seja técnica, mas política. Falta ainda a visão de que os dados abertos contribuem inclusive para maior eficiência dos governos. Nos últimos anos, tivemos muitos avanços institucionais no Brasil para aumentar a transparência pública. A Lei de Acesso à Informação foi um grande avanço, houve legislação específica para as despesas públicas também. Mas ainda falta melhorar a disponibilidade de dados sobre as políticas públicas em si, como saúde, educação, segurança pública, meio-ambiente. Temos dados coletados para estatísticas anuais, mas ainda faltam dados para acompanhar o dia-a-dia da gestão.

Por exemplo, na área da saúde, temos uma tradição de coleta de dados importante com o DataSus, mas com grande defasagem de tempo que não permite monitorar a situação na ponta. Não temos dados disponíveis sobre a situação de ocupação de leitos, de insumos e equipamentos disponíveis, de pessoal. Esses são problemas técnicos: os sistemas criados pelo governo federal servem-se tanto para coletar estatísticas gerais, mas não se integram e, sobretudo, não são boas ferramentas de gestão para secretários estaduais e municipais. Muitas vezes esses sistemas sequer permitem que eles extraiam relatórios, e eles acabam tendo que desenvolver outras ferramentas paralelas.

Mas é aí que as questões técnicas e políticas se misturam: em vez de investir no desenvolvimento de tecnologias abertas, que possam ser compartilhadas entre os entes e integradas, o governo federal, os estados e os municípios investem bilhões de reais para criar soluções diferentes e fechadas para os mesmos problemas, e que não se conversam. Uma mesma empresa que recebeu dinheiro público para desenvolver um sistema para um estado pode estar cobrando de novo para implementar em outro estado.

Vocês consideram que o seu trabalho é bem utilizado pelos jornalistas e meios? Que análise vocês fazem da cobertura sobre a Covid-19 pela mídia brasileira?

Como em poucos momentos de nossa democracia recente, vimos a imprensa cobrar números e bases de dados, discutir gráficos, indicadores e relatórios de uma política pública forma tão intensa e abrangente, em todo o território nacional. E não foi um assunto restrito aos jornalistas de dados, os dados e suas visualizações ganharam o noticiário com grande destaque nos últimos meses. Vejo isso com bons olhos, e espero que esse interesse permaneça e ganhe espaço, pois precisamos cobrar mais o uso de evidências nas políticas públicas. Espero que jornalistas passem a cobrir mais a falta de transparência, não só na saúde, mas também nas outras áreas.

A repercussão que a imprensa fez de nosso trabalho de avaliação foi fundamental para aumentar a resposta dos estados. Como falei anteriormente, não observamos a mesma atenção para as capitais, mas acredito que isso se deva a um problema maior que é o desgaste do assunto “pandemia”. Foram meses muito intensos de cobertura e vejo uma tendência de arrefecimento, infelizmente. O problema é que este período ainda é crítico, e os dados são mais necessários do que nunca para orientar e monitorar os processos de reabertura das atividades e da economia. Em muitos locais, esse debate foi feito de forma muito inconsequente, sem respaldo em dados confiáveis.

O campo ainda tem muito a melhorar na compreensão sobre os limites dos dados existentes e de suas interpretações. Há muitas armadilhas porque os dados são incompletos e imperfeitos, há muita incerteza envolvida, e nem sempre o jornalismo faz as ressalvas necessárias. Mas esse amadurecimento é um processo, e acredito que todos estamos aprendendo muito com as necessidades que essa crise nos impôs.

Roteiro: **Rogério Christofletti**

Produção e edição: **Dairan Paul**

Publicado originalmente em 02/09/2020 [no objETHOS](#)

Parte III

Jornalismo, ciência e educação



Ciência não termina no paper, mas na comunicação com a sociedade

A ciência embasa todas as decisões e pautas alusivas à pandemia da Covid-19. É por conta dessa onipresença que *Agência Bori* foi criada no início de 2020, defendendo que o jornalismo científico não deve estar restrito a uma única editoria. Ana Paula Morales e Sabine Righetti são as jornalistas e cientistas por trás do empreendimento mantido pelo Instituto Serrapilheira.

Bori tem por objetivo aumentar a presença da ciência e dos estudos brasileiros em qualquer área da mídia nacional. Por meio de conteúdo com alto impacto e materiais de apoio, a equipe tem realizado um trabalho de destaque inspirado pela plataforma americana Eurek!Alert, que disponibiliza artigos em vias de publicação a jornalistas. Já o nome é uma homenagem à pesquisadora Carolina Bori, primeira mulher a presidir a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), na década de 80.

Na rotina de funcionamento da agência, estudos brasileiros que acabaram de ser publicados (ou estão em vias de publicação) são levantados através de bases de periódicos acadêmicos. Em seguida, aqueles de interesse social são escolhidos para divulgação na *Bori*. As jornalistas produzem *releases* sobre os estudos e preparam cientistas interessados em divulgação científica para atender à imprensa.

Com a pandemia, a equipe concentrou esforços no apoio a jornalistas, lançando um banco de apoio à cobertura da pandemia. Médicos, economistas, cientistas e outras fontes estão reunidas na plataforma e prontas para atender à mídia. Para ter acesso, os profissionais de mídia devem se cadastrar no site. Além do material gratuito, *Bori* também realiza seminários em vídeo discutindo resultados de pesquisas.

A seguir, você confere uma entrevista realizada com as jornalistas Ana Paula Morales e Sabine Righetti. Em pauta, a importância da divulgação científica, como aproximar a linguagem de jornalistas e cientistas, e as especificidades na cobertura do jornalismo científico.

Vocês lançaram a *Agência Bori* às vésperas do início da epidemia no Brasil. Como está o trabalho da agência atualmente? O foco ainda é a Covid-19 ou vocês mesclam divulgações científicas sobre outros temas?

Sabine: Tínhamos lançado a *Bori* há duas semanas. No dia que teve a primeira confirmação do coronavírus no Brasil, alguns jornalistas que já estavam cadastrados na plataforma entraram em contato com a gente, na Quarta-feira de Cinzas, porque as instituições estavam fechadas. Ana e eu, no mesmo dia, fizemos uma chamada pelas nossas redes para cientistas que topassem falar. Montamos o banco de fontes e ele cresceu muito. Hoje tem todos os artigos, pesquisas e autores brasileiros sobre a Covid – são 35, mais ou menos. Fontes são mais de 200. Esse material acabou virando o centro do nosso trabalho, no momento.

Nessas duas semanas de *Bori*, antes da pandemia, tivemos um impacto super grande por conta de um estudo que saiu na *Folha de S.Paulo* e foi o mais lido daquele dia. O que a gente vê, desde então, é que agora trabalhamos muito em função da demanda do jornalismo. A gente não pode se desconectar do que o jornalismo precisa. Percebemos que a imprensa inteira, não só o jornalismo de ciência, está falando sobre a Covid. Fizemos experimentos, divulgamos estudo de astronomia, biologia, com foco em plantas, mas a repercussão foi muito pequena. Nós até avisamos aos cientistas que podemos testar outros assuntos, mas é o coronavírus que será coberto.

Ana Paula: Desde a concepção do projeto, queríamos mostrar a ciência na mídia, e não apenas em uma editoria. Ciência não é só aquela *hard* que todo mundo pensa: biologia, astronomia etc. Queremos que a produção do conhecimento brasileiro esteja em todos os cadernos. Nosso banco de fontes tem desde virologistas e infectologistas até farmacêutico para falar de álcool em gel, e economistas para abordar o impacto da pandemia. É preciso unir estudos de diversas áreas, e não só as ciências *hard* que estão pautando a imprensa.

A equipe de *Bori* é composta por profissionais de Tecnologia da Informação (TI), Estatística e Jornalismo. Já a ideia da fundação da agência veio de uma jornalista e uma biomédica e divulgadora científica, ambas com experiência em pesquisas científicas. A união dessas áreas foi importante para a realização do projeto?

Sabine: Nós duas somos jornalistas e cientistas – a Ana não tem formação em Jornalismo, mas tem pós [em Jornalismo Científico, pela Unicamp] e trabalhou com jornalistas também. A diferença é que ela sempre fez um jornalismo mais especializado, enquanto o meu é factual, porque trabalhei na *Folha*.

Ana Paula: Esses aspectos de formação contam muito, já que a formação primeira da Sabine é jornalista e a minha primeira é como cientista [é graduada em Ciências Biológicas – Modalidade Médica]. As duas acabaram jornalistas e cientistas, mas é também da nossa vivência.

Estive muito tempo na área da comunicação científica, mas no lado institucional e acadêmico, tentando fazer essa ponte da universidade para fora com projetos de divulgação científica. Já a Sabine tem essa vivência no jornalismo diário, da rapidez de acessar a fonte.

Tanto a formação como a experiência profissional ajudam a observar dificuldades e lacunas para entender os mecanismos de funcionamento da academia. Como é o dia a dia de pesquisadores, como eles pensam e reagem. Do mesmo modo, no lado da mídia: qual é a necessidade, a dinâmica das redações.

Quais são as principais dificuldades na tradução da linguagem científica e no acesso aos cientistas feito por jornalistas?

Sabine: Isso se mantém e é difícil. Com nosso trabalho, chegamos a uma estatística, a partir da abordagem que fizemos. Entramos em contato com a fonte, dissemos que o estudo é interessante e será publicado na sexta-feira da próxima semana, por exemplo. Nós queremos fazer a divulgação, temos uma equipe altamente capacitada para escrever sobre essa pesquisa e colocaremos de graça na plataforma, disponibilizando o acesso para mais de 800 jornalistas.

Um em cada cinco dos cientistas que procuramos falam que não estão a fim. Não querem falar com o argumento de que o estudo já foi publicado em uma revista científica, e eles acham que não precisa chegar à sociedade. Ainda é muito difícil e estamos trabalhando para melhorar isso.

Ana Paula: Apesar das dificuldades que ainda existem, há interesse de ambas as partes em muitos casos. *A Bori* foi lançada antes da pandemia, num período de crise na ciência brasileira, de cortes sucessivos no financiamento e vários outros tipos de ataque, como movimentos anticientíficos – não só no Brasil, mas no mundo.

Há todo um contexto que valoriza a divulgação científica pelos cientistas, mas é algo que sempre foi abstrato. Embora eles considerem importante, é como se o trabalho do cientista fosse somente até a publicação do artigo – “divulgação científica é legal, mas não é prioridade. Não sou eu que vou fazer”.

Nesse contexto de crise, a divulgação acabou se tornando, de certa forma, prioridade, porque cientistas passaram a enxergar a real necessidade de se comunicar com a sociedade para mostrar o valor da ciência.

Há precarização de trabalho nas agências de divulgação científica das universidades – um dos fatores que resulta na cobertura baixa da ciência brasileira. Há também a falta de diálogo entre pesquisadores e jornalistas, como vocês já expuseram. Como esses canais de divulgação para a imprensa podem ser fortalecidos?

Sabine: Em alguns periódicos internacionais, quando o trabalho é submetido e aprovado, você recebe um termo no qual se compromete, enquanto pesquisador, a falar com a imprensa e divulgar o estudo. Se você não se comprometer, o trabalho não é publicado na revista científica. Isso ainda não existe no Brasil.

Se os periódicos se posicionassem antecipadamente, dizendo que o cientista se compromete a divulgar aquele estudo para a sociedade, ele não poderia dizer à imprensa que “a pesquisa já foi publicada e não precisa chegar à sociedade”. Falar com a imprensa deveria ser institucionalizado. Deveria fazer parte das revistas científicas e até da avaliação dos cientistas. Ainda estamos longe disso.

Ana Paula: Nos Estados Unidos, a avaliação para um pesquisador receber verba para pesquisa não passa só pela publicação, mas também pela exposição e disseminação à sociedade. Um cientista americano já está acostumado a falar com a imprensa. É muito mais fácil entrevistar um pesquisador dos Estados Unidos do que daqui. Você manda um e-mail e eles respondem rapidamente, já faz parte da cultura deles. Isso que a Sabine colocou de institucionalizar a antecipação por parte dos periódicos ajudaria a mudar essa cultura, para tornar os cientistas mais acessíveis.

Sabine: É super complicado. Antes da quarentena, estivemos na Universidade Federal de Pelotas falando da *Bori*. A equipe da Pró-Reitoria

questionou o que poderiam fazer para melhorar a divulgação científica de lá. Respondemos que o primeiro passo é ter uma decisão institucional: a prioridade é ter uma agência científica.

Em segundo lugar, é preciso seguir protocolos de divulgação, e não a agenda do reitor. Jornalistas são desviados o tempo todo para fazer agendas institucionais e atender a pequenos eventos que não têm repercussão na sociedade. Equipes são pequenas, muitas vezes com estagiários e alunos em formação, desviados para essas funções.

Várias universidades relatam isso: o professor mandou uma tese de um aluno, pede divulgação, a equipe de jornalistas percebe que ela é complexa e precisa ser lida para entender do que se trata. Até aí, já se perdeu muito tempo e se responde que não será viável, o que gera uma situação de briga e desconforto. Então precisa ter protocolo do que é divulgável, de como é esse processo. Muitas vezes, jornalistas dessas agências estão sobrecarregados e ansiosos. Você precisa de protocolos explicando como as agências funcionam.

No início da *Bori*, fizemos estudos e constatamos que assessorias de imprensa não sabem o que pesquisadores de universidades estão fazendo. Elas não conseguem acompanhar em tempo real. Olhamos bases de periódicos e descobrimos que as próprias comunicações das universidades não acompanham a produção científica de seus pesquisadores.

Jornalistas também recebem muita demanda e não conseguem projetar para fora das universidades o que está acontecendo. Esse processo de realizar uma curadoria e acompanhar pesquisas para descobrir se elas são relevantes ou interessantes acaba não sendo prioridade. Não há uma linha institucional clara, as pessoas não têm tempo. Isso, claro, quando tem agência – há várias universidades sequer com equipes de comunicação no Brasil. Então sempre falamos: precisa ter equipe, precisa ter protocolo, e agora com a pandemia isso fica evidente.

Quais são os desafios dos jornalistas brasileiros, num cenário político onde o Presidente da República adere a discursos negacionistas, contesta evidências científicas e incentiva fake news? Quais são os riscos para a saúde pública a partir dessas atitudes?

Sabine: A cada declaração do governo, jornalistas vêm pra *Bori* pedir ajuda para encontrar pessoas para comentar. As matérias acabam

sendo muitas vezes para “desmentir” algo que o governo está falando, ou desinformando cientificamente, do que para trazer como a ciência está caminhando. É um desafio a mais.

Por exemplo, Marcos Pontes [atual Ministro de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações] deu, em uma coletiva, que o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM) tinha atestado uma droga com 94% de sinal de positivo contra a Covid. Meu pai, que é leigo, me ligou falando que acharam a cura do coronavírus. Fui atrás nas bases, nos estudos e descobri que era uma pesquisa com célula. Essencialmente, só 7% de pesquisas com células dão resultado em humanos. Poucos jornalistas sabem disso. Chamei um colega e escrevemos um artigo para a *Folha*.

É meio desesperador você ver o governo falando. Muitos jornalistas não estão preparados para receber aquela informação e entender. Lembrando que nem todo jornalista que está na cobertura da Covid-19 é de ciência – a imensa maioria não é –, e a gente tem uma educação de ciência de base no Brasil muito ruim. Quem que sabe que a pesquisa em célula não significa resultado em humano? Minoria. É uma cobertura muito difícil.

Ana Paula: São especificidades do jornalismo científico, da divulgação de ciência, que estão transbordando para outras editorias, de novo. Em muitas áreas, o jornalismo é “fulano deu tal declaração”. Esse é o *lead*, não interessa se aquilo é verdade ou não. O Ministro declarou e isso é a notícia. Só que quem cobre ciência sabe que existe um método, um teste, que depois sai da pesquisa básica e vai para o teste clínico, quando é medicamento. Tem muitas etapas. É mais complexo, e o desdobramento disso é que dá mais trabalho. Mas evidenciar o método científico também precisa ser feito. Então acaba indo para outras áreas, e por isso há poucos jornalistas especializados em ciência no Brasil.

Sabine: Nesse caso a maioria dos jornalistas que escreveu sobre eram de política. O Ministro falou e os jornalistas escreveram o texto. Imagina a complexidade disso? É uma cobertura muito difícil que está pegando todo mundo mesmo.

Eu falo que ciência é difícil, mas, por exemplo, a primeira vez que tive que fazer uma matéria policial na vida, eu quase cometi um erro gravíssimo. Eu não sabia que você não pode divulgar em uma reportagem o nome da testemunha que aparece em Boletim de Ocorrência, por

exemplo. Quando você cai na cobertura que não é sua área – como eu, jornalista de ciência escrevendo sobre crime –, a dificuldade é a mesma.

Ana Paula: É um desafio quando o negacionismo da ciência é endossado por quem está governando, ou por figuras públicas, porque ganha muito mais força. Quando está na boca de alguém que tem status, que teoricamente chancela aquela informação. Pensa o leitor ver que Bolsonaro fala que a cloroquina é a salvação. Ou quando Marcos Pontes fala que tem um novo medicamento que cura. Às vezes, a pessoa lê aquela notícia e é aquela informação que ela vai pegar. A próxima que sair, dizendo que não é bem assim, talvez nem chegue nela. Por isso, é uma cobertura de muita responsabilidade.

Qual a importância da divulgação científica para a sociedade?

Sabine: O que sempre defendemos é que a divulgação científica tem que acontecer para que embase decisões, com as informações disponíveis naquele momento. E por diversos outros motivos: a ciência é financiada por recursos públicos, então divulgar é também uma espécie de prestação de contas. A gente entende e defende que a divulgação científica deve ser encarada como parte da própria ciência. Ela não termina no *paper*, mas na comunicação com a sociedade.

Ana Paula: Essas tomadas de decisão não são apenas em termos de política pública, mas de decisões pessoais. Quando um governo precisa fazer campanha de vacinação, tem que ser baseada em evidência. O cidadão também, porque se ele não quiser comparecer àquela campanha, vai ter pouco efeito. Em todos os níveis, decisões têm que ser tomadas a partir de evidências.

Sabemos que a educação científica brasileira é muito ruim. Na avaliação internacional do Pisa, estamos lá embaixo entre os países. Não é que o jornalismo tenha uma função de educação – ele não vai suprir isso. Mas é uma forma de entrar na vida das pessoas, de entender como os resultados são alcançados para que elas também possam tomar decisões.

Roteiro e entrevista: **Tânia Giusti**

Publicado originalmente em 05/05/2020 [no objETHOS](#)

“Lobbies atuam intensamente durante períodos de crise”

Rotinas jornalísticas costumam exigir respostas rápidas para questões complexas. A situação não melhora quando há audiências sedentas por respostas sobre uma pandemia global. Na falta de informações imediatas, o vácuo pode ser preenchido por teorias conspiratórias que indicam soluções milagrosas e fáceis de assimilar. É o que a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou em 2020 como uma infodemia.

Para combater o quadro, um alerta feito pelo pesquisador Wilson Bueno [há quase vinte anos](#) ainda se prova útil: o jornalismo científico deve “vestir o uniforme do ceticismo” e desconfiar de qualquer informação que recebe. É preciso investir no senso crítico, [argumenta](#). Assim, fontes interessadas – como *lobbies*, agências de propaganda e grupos religiosos – são mais facilmente identificáveis, em meio à disputa entre conhecimento científico e pseudocientífico.

Wilson da Costa Bueno é professor sênior da Universidade de São Paulo (USP), com mestrado e doutorado pela mesma instituição. Já publicou artigos e livros sobre comunicação organizacional e empresarial, jornalismo científico e especializado em saúde. É ex-presidente da [Associação Brasileira de Jornalismo Científico](#) (ABJC) e diretor da [Contexto Comunicação e Pesquisa](#).

Na entrevista a seguir, discute as tensões entre os campos do jornalismo e da ciência, o surgimento de grupos negacionistas e a divulgação científica em tempos de infodemia:

Você defende que é preciso politizar o jornalismo científico, para além de uma leitura apenas técnica da ciência. De forma geral, como avalia a cobertura do coronavírus na imprensa brasileira até então?

Particularmente, sempre defendi a necessidade de contemplar a ciência, tecnologia e inovação como mercadorias associadas a interesses de toda ordem, inclusive políticos. O Jornalismo Científico, e a divulgação científica de maneira geral, estão, como outras modalidades do Jornalismo (em Saúde, Rural, Ambiental), submetidas a constrangimentos ou tensões, em virtude

de *lobbies* agressivos e que não estão, muito pelo contrário, comprometidos com o interesse público.

A cobertura do coronavírus evidencia este cenário. É preciso identificar facilmente as tensões derivadas de pressões de natureza política e de ações identificadas com os interesses, por exemplo, da indústria da saúde.

Cobrir o novo coronavírus parece representar um desafio inédito ao jornalismo, mesmo a profissionais especializados em saúde. Experiências anteriores, como o surto do zika vírus ou da febre amarela, podem ensinar algo aos repórteres, em termos de cuidados éticos na linguagem e apuração?

Deveríamos já ter aprendido que os *lobbies* atuam intensamente durante períodos de crise, notadamente porque grandes corporações e setores empresariais vislumbram oportunidades de garantir e ampliar os seus privilégios, como a indústria farmacêutica e o sistema financeiro, para só citar dois casos neste momento. Não é possível contemplar nem mesmo a Organização Mundial da Saúde como um organismo acima destes interesses, assim como não se pode ingenuamente acreditar que a atual direção da ANVISA esteja comprometida com o interesse público, tendo em vista, nestes dois casos, a influência decisiva de instâncias políticas e empresariais.

Movimentos negacionistas da ciência, como grupos antivacinas, ganharam força nos últimos anos. Visibilizá-los é importante? Quais recomendações o senhor daria a jornalistas que apuram pautas como essa?

Há relatos importantes sobre a ação destes movimentos negacionistas também na crise do coronavírus. Os jornalistas devem estar atentos, evitando cair em armadilhas colocadas por instituições (religiosas ou não) que pretendem, a todo momento, negar a ciência como protagonista, difundindo ideias e teorias absurdas, como o terraplanismo e o criacionismo, ou demonizando alternativas já consagradas, como as vacinas.

Cortes de verba e ataques à autonomia universitária são frequentes no atual governo, reacendendo uma discussão sobre

a importância da ciência. Você considera que a divulgação científica é satisfatória no jornalismo brasileiro? Quais tensões existem na relação entre repórteres e cientistas que atuam na condição de fontes?

Há uma massa crítica importante no jornalismo científico brasileiro, seja pela capacitação gradativa de profissionais de imprensa (muitos deles com mestrado e/ou doutorado em determinadas áreas da ciência – meio ambiente, física, biologia, química, dentre outras) seja pela parceria estabelecida com universidades e institutos de pesquisa de inegável competência e credibilidade.

Boa parte das empresas ou instituições científicas e de pesquisa de ponta têm equipes de comunicação competentes (Embrapa, Fiocruz, as três universidades paulistas, universidades federais, Ipea, IPT e muitas outras). Não podemos generalizar, no entanto, porque há várias imprensas brasileiras com perfis e objetivos distintos, e porque, em boa parte dos casos, prevalece a ausência de espírito crítico e são privilegiados compromissos extra científicos que se sobrepõem à cobertura qualificada em ciência, tecnologia e inovação. Não se pode ignorar a ação nefasta das autoridades brasileiras, especialmente a nível federal, que negam o valor da ciência, tecnologia, inovação e da educação de maneira geral e reduzem drasticamente os investimentos.

Há tensões reais entre jornalistas e cientistas, inclusive porque eles estão inseridos em sistemas de produção distintos, com metodologias de trabalho e objetivos distintos. Mas é preciso reconhecer que estas tensões têm se atenuado de maneira significativa nos últimos anos em virtude da experiência mais intensa de relacionamento e da capacitação de um conjunto amplo de divulgadores da ciência.

Quando jornalistas e cientistas assumem a importância da democratização do conhecimento científico e, para isso, estabelecem parcerias produtivas, o jornalismo científico alcança níveis de excelência. Essa aproximação pode ser percebida na cobertura da crise da Covid-19 com uma relação estreita e cordial entre especialistas da área de Epidemiologia, Infectologia, Psicologia, Medicina etc., e os jornalistas. Posso citar, sobretudo, a experiência da *Globonews* [na cobertura do coronavírus].

Como você menciona, jornalismo e ciência atuam em tempos de produção distintos. Nesse sentido, quais saídas recomendaria aos jornalistas que lidam com audiências ansiosas por resposta imediatas?

Não há como negar a aceleração da informação e seu fluxo intenso nos dias de hoje, mas é necessário ter espírito crítico, não reproduzir, instantaneamente, informações ou teorias que não têm fundamento, ainda que, *a priori*, possam fazer sentido. Nem sempre aquilo que gostaríamos que fosse verdade se confirma na prática e, sobretudo, os jornalistas e comunicadores devem ter compromisso com a circulação de informações qualificadas. Notícias que propagam grandes descobertas e resultados de pesquisa que se mostram surpreendentes, contrariando teorias já estabelecidas, costumam ser inverídicos.

Antes de aceitar qualquer informação, sobretudo propagada pelas mídias sociais, verifique as fontes que a veicularam, faça buscas no Google para checar o que e quem se refere também a estas informações. Se uma fonte informa que alguém descobriu a vacina para o Covid-19, os institutos de pesquisa, as universidades e mesmo os periódicos confiáveis, com certeza terão divulgado essa informação em primeira mão e é preciso acessá-los para a devida confirmação. Procuro me basear no seguinte pressuposto: tudo que parece novidade demais, “cientistas” que prometem curas milagrosas ou revolucionam, com suas pesquisas, o mundo da ciência, tecnologia e inovação merecem a nossa suspeição. Seja cético, até segunda ordem. Não acontecem coisas espetaculares todos os dias.

Roteiro e entrevista: **Dairan Paul**

Publicado originalmente em 14/04/2020 [no objETHOS](#)

Novas lógicas associam verdade à autenticidade

Por que pessoas acreditam que vacinas comprovadamente eficazes podem representar um perigo à saúde? Foi com essa questão em mente que o pesquisador Igor Sacramento (UFRJ/Fiocruz) entrevistou usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), em dois centros cariocas, entre setembro e novembro de 2017. Eles aguardavam sua dose de vacina para a febre amarela, já que o número de casos da doença aumentou progressivamente naquele ano. No entanto, informações oficiais sobre o problema de saúde pública concorreram com *fake news* que minimizavam a questão ou mesmo desacreditavam a eficácia da vacina. Sintoma de uma crise de confiança mais generalizada sobre instituições, ciência e o próprio jornalismo, casos como este nos ajudam a entender a pandemia atual de Covid-19.

Publicado no primeiro semestre deste ano, [o estudo](#) conduzido por Igor Sacramento é uma parceria entre o Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde (Fiocruz) e o Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC/UFRJ), coordenado pela professora Raquel Paiva, que também assina o artigo. A partir das mediações culturais, os autores buscam entender como os diferentes sistemas de crença dos entrevistados interferem no seu grau de confiança em relação à vacina.

Um dos resultados mais recorrentes nas respostas é a emergência de autoridades como pastores e bispos, tidos como líderes de opinião. Sacramento e Paiva destacam que o credo religioso representa uma “âncora de segurança e de proteção diante de tantos paradigmas, informações, verdades e mentiras em constante profusão”.

Intimidade é outro aspecto que colabora para uma relação de mais confiança com as fontes de informação – se elas são parentes ou pessoas conhecidas, por exemplo. Na falta do elemento, pode-se performatizá-lo. Sacramento menciona áudios de WhatsApp que simulam revelações íntimas, de sofrimento, sobre como a vacina afeta o cotidiano de famílias.

Soma-se ao valor da intimidade uma outra lógica: a autenticidade. É o valor que se confere à verdade não como evidência, mas testemunho.

Vale menos a comprovação científica e mais o “eu vi”, “eu estive lá” – mesmo que totalmente encenados.

Como o jornalismo pode lidar com desinformações deste tipo? Sacramento afirma que não basta apenas checar o uso ineficaz de cloroquina no tratamento da Covid-19. Deve-se cobrar uma postura mais firme. “É muito curioso: o jornalismo quer se configurar como metassistema perito no momento em que a perícia é questionada”, avalia. “Ele quer validar, quase num sistema cartorial, o que é verdadeiro ou falso, mas não se posiciona. Fica nessa pretensa dimensão de ouvir os dois lados”.

Igor Sacramento é pesquisador da Fiocruz e professor no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ. Organizou livros como *Dispositivos de subjetivação: saúde, cultura e mídia* (Multifoco, 2019), com Julio Cesar Sanches, e *Saúde e jornalismo: interfaces contemporâneas* (Editora Fiocruz, 2014), ao lado de Kátia Lerner. Pesquisa comunicação e saúde, regimes de verdade, televisão e discursos sobre doenças, entre outros temas.

A seguir, Sacramento comenta os principais resultados do estudo que assina com Raquel Paiva. Discorre ainda sobre o lugar ocupado pela instituição jornalística em meio às teorias conspiratórias contra a saúde pública, critica a cobertura ético-moral da Covid-19 e aponta três paradoxos principais no jornalismo brasileiro.

Você e Raquel Paiva pesquisaram o consumo de informações sobre saúde por usuários do SUS, na época da vacinação contra a febre amarela. Quais particularidades foram possíveis de se observar na circulação de *fake news* a partir das respostas dos entrevistados? Como elas impactam suas tomadas de decisão em relação à saúde?

A pergunta que observamos muito é “o que o jornalismo, especialmente de grandes corporações, pode fazer diante do fenômeno das *fake news*?”. Nossa questão é outra: “por que as pessoas acreditam no que acreditam?”. Está relacionado ao sistema de crença e às mediações socioculturais que envolvem o processo de consumo, apropriação, disseminação, circulação e produção de informação online. A pergunta se desloca dessa perspectiva do âmbito profissional do jornalismo para uma dimensão cultural em que estão inseridos os consumidores de notícias e as informações.

Percebemos que as pessoas confiam naquilo em que já há uma pré-disposição a se confiar. O que eu quero dizer com isso: se confia baseado em outras figuras de autoridade. Primeiramente, você tem a dimensão dos líderes religiosos, como pastores e bispos. Isso é muito importante. Eles são como os principais líderes de opinião e de confiança, sem dúvida. Outra característica que observamos é a questão da intimidade como fator de confiança no que é informado, se a pessoa é minha amiga, prima, sobrinha, namorada. Não só a intimidade do enunciador em relação ao enunciatário (quem envia a mensagem), mas a intimidade com uma ritualidade performada. Ou seja, muitos áudios, por exemplo, performatizam essa intimidade por meio de revelações de sofrimento, de dados ou informações pessoais, na “mostração” do cotidiano dessas pessoas e do efeito que o uso da vacina teve nas suas vidas ou de seus filhos.

O valor da intimidade se associa a outro que é fundamental na produção da verdade no contexto contemporâneo: a lógica da autenticidade. Eu diria que essa dimensão atravessa todas as outras pelo seu caráter de experiência e testemunho. A performatização da autenticidade confere valor a algo que está sendo visto por mim mesmo. É a minha experiência, o meu lugar de verdade por si só, o que interdita a compreensão da verdade como evidência. Então a gente tem um conjunto de relatos de experiência com pessoas falando sobre os “danos” das vacinas, por exemplo.

Um dado que não está no artigo é sobre as empregadas domésticas entrevistadas. Elas contam que eram incentivadas, quando não obrigadas, pelas patroas e patrões a se vacinarem naquele momento, mesmo que não quisessem. É como elas falavam. Não colocamos no texto porque é uma discussão muito complicada e sensível ao campo da saúde.

Segundo nossa Constituição, a vacinação não é direito individual, mas coletivo. Todos têm que se vacinar quando são instados a. É gravíssimo, do ponto de vista da saúde pública, declarações do atual presidente sobre o direito individual à vacinação, reforçadas por um órgão oficial, a Secom. Não se trata de um direito individual, como quer o neoliberalismo frankenstein que a gente vive no Brasil, onde parece que tudo é uma questão de escolha. É algo muito complexo e que pretendemos escrever em outro texto.

No contexto de desordem social impulsionado pela pandemia da Covid-19, somado à concorrência discursiva com *fake science* e teorias conspiratórias, o jornalismo ainda ocupa um lugar de autoridade relevante para as pessoas que consomem informações sobre saúde?

No Brasil, o jornalismo, pelo menos aquele realizado por grandes empresas, vive três paradoxos. O primeiro é entre a verdade e os diversos lados que compõem um acontecimento. Como é possível dar a ver o outro lado de alguém que afirma a eficiência de panaceias como cloroquina, ozonioterapia ou própolis? Acho muito complicado que o jornalismo não se posicione duramente em relação a isso e fique numa postura de checar essa informação. Isso é muito pouco para o que a gente está vivendo.

Outras medidas devem ser tomadas, e eu não vejo no jornalismo, particularmente, esse lugar, porque ele ainda quer se reforçar em práticas tradicionais de checagem e apuração, quer se configurar como metassistema perito num momento em que a perícia está sendo questionada. É muito curioso: ele quer validar e autenticar, quase num sistema cartorial, o que é verdadeiro ou falso – mas não se posiciona em relação à verdade. Não só na saúde, mas também na política, por exemplo. Fica nessa pretensa dimensão de ouvir dois lados, ao mesmo tempo que isso é uma constituição ideológica, porque ouve os dois lados quando convém. Quando não, impõe uma única verdade.

Outro paradoxo é em relação à crise econômica e o resgate da autoridade diante de inúmeras fontes de informação e formas de comunicar presentes na cultura contemporânea, particularmente na digital. Essa crise econômica impõe que o jornalismo crie assinaturas e *paywall*. Se, por um lado, isso permite algum tipo de lucro para as empresas, por outro reforça uma lógica de buscar informações em outras fontes que podem ser boas ou não. É um paradoxo importante a ser considerado em uma sociedade como a nossa, com tantas desigualdades. As pessoas mal têm acesso a saneamento básico e vão se preocupar com assinatura de *Folha*, *Globo*, *Estadão* ou qualquer outro que o valha?

Por fim, mais um paradoxo que se entranha no jornalismo é o público e o privado em relação à informação. No contexto de desdemocratização do governo Bolsonaro, como podemos pensar a comunicação pública, que se tornou quase um relações públicas

da presidência? Essa tensão público-privado também se configura no jornalismo, como na dimensão da maior parte das fontes de informação. Empresas jornalísticas privadas atendem a interesses financeiros e econômicos de grupos específicos – podemos acompanhar em coberturas que vão desde saúde até a reforma administrativa, trabalhista e da previdência. Não se questiona, em nenhum momento, a idoneidade e a credibilidade deste tipo de informação. Mas o quanto os interesses do patronato são colocados como sendo do jornalismo? Sou favorável a um jornalismo público, muito mais do que esse produzido por empresas de comunicação que têm interesses evidentes com o bloco histórico do poder atual.

Ao tratar dos motivos para a baixa adesão à vacina da febre amarela, você menciona que um dos desafios no campo da saúde é abandonar o “paradigma acusatório da falta” – como a “falta de informação”, traduzida em contrapartidas como o letramento midiático, por exemplo –, e apostar na compreensão dos porquês “para a escuta, para o corpo a corpo”. Como essa lógica pode afetar o “sistema perito” do jornalismo, em sua cobertura da Covid-19 e dos próprios movimentos anticientíficos?

Primeiramente, vou colocar qual é o lugar do jornalismo e de instituições públicas como a Fiocruz e o Ministério da Saúde. Tem sido muito comum a postura do paradigma acusatório da falta de informação, ou ruído de comunicação. Além de autoritárias, são abordagens preguiçosas, porque não muito complexas. Elas partem do pressuposto de que há uma falta de informação nas pessoas que acreditam em *fake news*. Isso é completamente equivocado. Em relação à saúde, vivemos, pelo menos desde os anos 1990, no Brasil e no mundo, a formação de um conjunto de pacientes cada vez mais imersos, que buscam na internet sobre enfermidades que possuem ou acham que podem ter. Alguns autores chamam de entropia informacional essa enxurrada, esse excesso de informações.

Acho que é uma questão de educação, e não pura e simplesmente o acesso à informação. Falo de uma educação midiática – para, nas e com as mídias –, embora também seja preciso pensar em formas de transformar o próprio processo educativo. Isso talvez faça sentido

em países nórdicos. No Brasil, temos desafios tão grandes, como a alfabetização, que não tem como culpar o consumo de *fake news* sem considerar o enorme contingente de pessoas analfabetas. E também pessoas que precisam acreditar – porque as *fake news* têm uma dimensão de levar tanto pavor como conforto, constituindo grupos ou comunidades em torno de teorias conspiratórias, por exemplo. Elas podem produzir um conjunto de explicações para aquilo que não é explicado, como “quando vamos sair da quarentena” ou “quando a Covid vai acabar”. Uma postura negacionista de que é só uma gripezinha também produz certo conforto para a total incerteza sobre a vacina.

Aqui, no Rio de Janeiro, estamos em uma situação muito grave porque a maioria esmagadora da população não se preocupa mais com a pandemia. A preocupação maior é com a liberdade, o bem estar e o “direito à cidade”, à praia, e não o dever coletivo pela saúde. Isso certamente é estimulado pelo poder central, representado pelo presidente. Estamos perdendo de lavada a concorrência discursiva colocada pelo governo federal nesse momento. O ambiente já se estabilizou: vamos ignorar a pandemia e nos acostumar com mil mortes diárias até a vacina, se houver.

Acho que o jornalismo, no início, fez o seu papel de alerta e de mobilização ético-afetiva. Mas é preciso outras pautas com o transcorrer da pandemia. Como o jornalismo brasileiro comercial não é independente, nunca houve um debate profundo sobre as consequências do modo como o governo federal está conduzindo essa crise. Houve muito mais uma comoção em relação ao número de mortes, mas não uma responsabilização pelos mortos. O jornalismo se isentou de adentrar em questões profundas, e ficou numa dimensão mais ético-moral sobre o sofrimento dos casos, sem ir até a raiz dos problemas.

Não à toa, nós e os Estados Unidos somos os países com maior número de mortes e que não conseguem sair da pandemia, seguidos do Reino Unido. São governos marcados por um neopopulismo de direita, que se valem de uma lógica de guerra permanente não contra o vírus, mas aos esquerdistas, ou o que eles queiram dizer com isso. E o jornalismo, sendo um dos responsáveis pela ascensão do presidente, se vê numa postura complicada de oposição, quando os próprios seguidores de Bolsonaro desconfiam dos jornais e entendem que eles são feitos por comunistas, o que nos faz voltar à questão da educação.

Em outro artigo, dessa vez assinado com a pesquisadora Kátia Lerner, vocês analisam as narrativas autobiográficas registradas no jornal *O Dia* durante a pandemia da Influenza H1N1. Identificam uma maior abertura à alteridade – inclusive do ponto de vista moral, remetendo ao cuidado de si e também do outro. A partir de casos como esse, como o jornalismo pode construir novos “pactos de referencialidade” com seus leitores em meio à cobertura do coronavírus? Quais cuidados éticos perpassam essa relação?

Se pensarmos nas estratégias do jornalismo focadas em experiências pessoais de mortes, o que Kátia e eu observamos no contexto de Influenza H1N1 ainda vale, de certa maneira. Desde o começo da pandemia de Covid, *Jornal Nacional* traz depoimentos de profissionais de saúde, por exemplo. O pacto de referencialidade não está mais no mundo objetivo, mas sobretudo associado à subjetividade. Essa é a questão que a gente já observava desde lá: a experiência pessoal da realidade como o lugar da verdade.

Mas agora, em meio a uma concorrência discursiva tão grande, e também diante do negacionismo, o jornalismo teve que buscar as respostas na ciência. Em relação ao coronavírus, há uma oscilação no paradigma referencial subjetivo, com outro mais calcado na evidência científica, digamos.

Precisaríamos de pesquisas para saber de que maneira as fontes ligadas à ciência ainda têm autoridade diante do público. Algumas pesquisas, [como de Luísa Massarani](#), indicam que cientistas e instituições de pesquisa são vistos pelos consumidores como confiáveis, ainda mais quando são desassociados do governo. Mas tenho dúvidas sobre isso no contexto da pandemia. Para o jornalismo, é um desafio muito grande sucumbir a esse pacto compassivo de referência subjetiva. Acho que é um caminho sem volta, especialmente no telejornalismo, em que o repórter ressalta sua experiência em frente às câmeras. A questão é como utilizar essa retórica a favor da verdade e da saúde das populações.

Roteiro e entrevista: **Dairan Paul**

Publicado originalmente em 15/09/2020 [no objETHOS](#)

“Nesta pandemia, nosso inimigo é a ignorância; nossa melhor arma é a expertise”

Em um ecossistema de informações abertas, onde as pessoas obtêm notícias diretamente de fontes – algumas boas, outras não –, jornalistas devem perguntar como agregam valor a esse fluxo. Foi exatamente isso que [Jeff Jarvis](#) decidiu fazer: a fim de ampliar vozes qualificadas durante a crise do coronavírus, o professor da Escola de Jornalismo Craig Newmark da City University de Nova York criou no Twitter a [lista Covid-19](#), reunindo especialistas ativos nas redes sociais com relevante experiência. Com mais de 500 nomes, a lista ganhou tanta importância que o Twitter o procurou para obter ajuda na concessão do selo de verificação para alguns deles.

Colocar os estudos de experts em contexto é um dos maiores desafios para os jornalistas. “Ao cobrir ciência, jornalistas têm o péssimo hábito de tomar a palavra mais recente como a final. Precisamos apresentar a ciência como ela é: um processo de constante descoberta”, afirma.

Nesta entrevista, Jeff Jarvis dá dicas sobre como encontrar o especialista certo para cada assunto, como relatar as conclusões de estudos *preprint* sem espalhar desinformação e também como cobrir discursos presidenciais enganosos sobre a pandemia. “Especialmente com governantes autoritários, devemos verificar e desbancar suas reivindicações; adicionar contexto; e não devemos normalizar suas insanidades, ignorância e mau comportamento”, enfatiza.

Em um de seus artigos recentes, você argumenta que, em um ecossistema de informações abertas, o jornalismo não fornece mais notícias; elas já foram entregues. Embora isso possa ser visto como um problema para os veículos jornalísticos de referência, você diz que também é uma oportunidade de aprender a ouvir o público de novas maneiras. Que maneiras são essas?

Na Escola de Jornalismo da CUNY, onde leciono, ajudei a desenvolver um novo curso em Jornalismo Social. Não começamos imaginando ideias de histórias para atrair um público. Em vez disso, começamos observando, ouvindo, refletindo e criando empatia com as

comunidades para entender suas necessidades, e só depois decidimos como podemos ajudá-las com o jornalismo de várias formas.

É nosso trabalho estar informados e ajudar a melhorar o debate público. Assim, mudei minha definição de jornalismo para: “convocar comunidades a uma conversa respeitosa, informada e produtiva”. A internet permite que essa conversa ocorra de novas maneiras e nos fornece novas formas de ouvir.

Precisamos perceber que as pessoas obtêm informações por conta própria, diretamente de fontes – algumas boas, outras não – e nós, no jornalismo, devemos perguntar como agregamos valor a esse fluxo. Como tornamos as informações mais abertas e transparentes? Como ajudamos a organizar e facilitar as informações relevantes para as pessoas encontrarem? Como ajudamos as pessoas a julgar a credibilidade das informações?

Tudo isso significa que precisamos repensar o papel do jornalismo em uma nova realidade. Não basta dizer que queremos preservar e proteger o que costumávamos fazer, especialmente agora, especialmente nesta crise. Precisamos reconhecer a nova realidade da rede e entender como podemos agregar valor às comunidades de novas maneiras.

Na cobertura desta pandemia, você também disse que não é trabalho do jornalista contar histórias concluídas e que o conhecimento não vem na forma de uma palavra final, mas como um processo, uma conversa. Você acha que a transparência com a comunidade surge como um valor jornalístico relevante nesse contexto? Como isso pode ser feito na prática, de maneira ética?

Ao cobrir ciência, os jornalistas têm o péssimo hábito de tomar a palavra mais recente como a final. Precisamos apresentar a ciência como ela é: um processo de constante descoberta. Precisamos colocar o estudo mais recente no contexto de estudos anteriores e de perguntas ainda não respondidas. É enganoso escrever uma manchete sobre um único estudo como se fosse uma resposta definitiva. Os cientistas nunca diriam que sabem tudo o que precisam para chegar a uma conclusão final. Por que nós faríamos isso?

Agora estamos trabalhando em um ecossistema de informações abertas. Isso é verdade não apenas para nós, cidadãos comuns. Também é

verdade para os cientistas. Nesta crise da Covid-19, é incrível ver cientistas compartilharem abertamente artigos, pesquisas e dados sobre os chamados serviços de *preprints* – ou seja, sites onde eles podem postar artigos antes de serem revisados por pares e publicados em revistas científicas. Essa tem sido uma maneira incrível de os cientistas obterem informações mais rapidamente. Milhares de artigos sobre a Covid-19 já foram publicados. Claramente, alguns estudos são melhores que outros; alguns podem ser perigosos se param nas mãos erradas (como o artigo questionável que influenciou Donald Trump a pressionar a hidroxicloroquina como tratamento).

O que é fascinante para mim é que médicos e cientistas estão usando as mídias sociais para revisar estudos na velocidade da internet. Apenas algumas horas após a publicação de um artigo controverso sobre anticorpos Sars-CoV-2, vi meia dúzia de cientistas altamente respeitados desafiando-o, ponto por ponto, com dados, no Twitter. Os cientistas têm trabalhado com revisão por pares desde a época de Cícero. Eles se adaptam aos tempos e usam as ferramentas disponíveis. Agora, estão usando a web para serem transparentes com suas pesquisas e dados; estão usando as mídias sociais para revisar pesquisas e julgar uns aos outros; e também para explicar descobertas complexas ao público.

Eu celebro a internet aberta porque ela fornece um local para o público ter uma conversa aberta e um local para compartilhar informações. Novamente, nós no jornalismo precisamos aprender como agregar valor a esse novo processo.

Relatar as conclusões de estudos *preprint* é realmente um desafio para os jornalistas que estão cobrindo a Covid-19. Para não cometer erros e tomar más decisões editoriais, o que os jornalistas devem fazer?

Entrevistei alguns cientistas sobre como os jornalistas deveriam cobrir a pandemia. Eles me deram algumas boas regras para trabalhar. Quando se trata de trabalhos científicos *preprint*, eles disseram que um jornalista deve citar diversas vezes o autor do trabalho. O jornalista deve sempre buscar a opinião de outros cientistas com credenciais relevantes – e hoje isso é muito mais fácil de fazer online – citando pelo menos dois a três pontos de vista adicionais. Eles também devem fornecer um contexto sobre a pesquisa que veio antes e a pesquisa ainda necessária. E devem examinar a reputação dos autores do artigo.

Você criou no Twitter a lista Covid-19, reunindo especialistas ativos nas redes sociais com relevante experiência. Por que você decidiu fazer isso e o que de mais interessante descobriu neste processo? Você poderia dar algumas dicas sobre como encontrar especialistas no Twitter?

Na última crise da mídia – a que veio com campanhas de desinformação, ajudando a eleger governantes autocráticos em mais de um país –, nossa arma era a verificação de fatos (*fact-checking*). Nesta pandemia, nosso inimigo é a ignorância e nossa melhor arma para combater isso – como sempre – é a expertise. Eu encontrei cientistas e médicos incríveis falando no Twitter e, por isso, decidi fazer uma curadoria deles: epidemiologistas, virologistas, médicos de doenças infecciosas, geneticistas, médicos da linha de frente, autoridades de saúde pública e alguns jornalistas científicos. Tem sido inestimável para mim poder ver o que os cientistas estão relatando, o que estão questionando, a reação deles ao que nossos políticos muitas vezes desinformados estão dizendo, e assim por diante. Eles até tiram um tempo para responder minhas perguntas.

Foi surpreendentemente fácil montar a lista. Eu verifiquei as credenciais dos cientistas para garantir que eles tivessem conhecimento e experiência relevantes. Olhei para os *feeds* deles para ver a qualidade do que estão postando. Tomei as recomendações de outros médicos e cientistas que conheço e respeito. Nesse processo, o Twitter me procurou para obter ajuda na concessão do selo de verificação para alguns deles; e também verificou se seus e-mails eram das instituições onde trabalham. A maioria dos cientistas é muito boa. Retiro algumas pessoas da lista quando vejo que estão retuitando estudos questionáveis e estão se esforçando demais apenas para obter atenção e cliques.

Amplificar as vozes dos experts é uma boa maneira de evitar as mesmas fontes oficiais antigas, como os políticos, por exemplo. Nesse sentido, você criticou um artigo de opinião no New York Times que defendia que a cura pode ser pior que a doença. No Brasil, algo semelhante aconteceu quando a Folha de S.Paulo destacou trecho de uma entrevista com o presidente de uma empresa do mercado financeiro dizendo que “o pico de Covid-19 nas classes altas já passou; o desafio é que o Brasil tem

muita favela". Essa afirmação, além de acentuar o preconceito entre classes sociais em um país tão desigual quanto o Brasil, também contradiz o que foi dito pelos cientistas sobre a situação do país. E a fonte não era um especialista em Covid-19. Quais são as consequências desse tipo de informação? Podemos dizer que é uma desinformação?

Quando entrevistei os cientistas, eles deixaram claro que os jornalistas deveriam procurar especialistas com credenciais relevantes: não cite um pediatra sobre um vírus; se você quiser saber sobre epidemiologia, procure um epidemiologista de doenças. O *New York Times* dedicou um espaço importante aos médicos que fazem dieta para falar sobre epidemiologia; a TV já convidou um cirurgião de coluna para falar sobre a pandemia. Não. Confie apenas nos conhecimentos relevantes. Comecei todas as entrevistas com os cientistas perguntando: qual é a sua experiência; que tipos de perguntas você está qualificado para responder? Eles são muito bons em responder a essa pergunta. Você descobrirá que uma fonte responsável dirá quando não sabe de algo ou não está qualificada para responder. Não confie em alguém que acha que sabe tudo. Não confie em alguém que usa um título para promover uma agenda.

No Brasil, assim como nos EUA, temos um presidente que nega a seriedade da pandemia, é contra o isolamento social e ataca a imprensa diariamente. Como os jornalistas podem reportar eticamente os discursos do presidente, sem espalhar desinformação?

Nos EUA, a TV cometeu o erro de transmitir ao vivo os boletins de atualização e conferências de imprensa de Donald Trump – eles eram realmente apenas pequenos comícios para a TV. Nosso trabalho é informar o público e não fazer nada que o informe mal. Trump estava desinformando o público. Era errado transmiti-lo ao vivo, sem verificação de fatos e contexto. Ponto. Especialmente com governantes autoritários, devemos verificar e desbancar suas reivindicações; adicionar contexto; e não devemos normalizar suas insanidades, ignorância e mau comportamento.

Roteiro, entrevista e tradução: **Lívia Vieira**

Publicado originalmente em 14/05/2020 [no objETHOS](#)

“Educar com exclusão é um contrassenso”

Cerca de três meses. Foi o tempo entre o primeiro caso da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, na China, e a declaração de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Após o anúncio, países do mundo inteiro tomaram medidas que alteraram, da noite para o dia, a vida e o cotidiano de bilhões de seres humanos em todo o planeta. Crianças não poderiam ir à escola, pais não poderiam deixá-las na creche – pois não haveria creche. Vários pais e mães passariam a trabalhar remotamente de casa e, ao mesmo tempo, cuidar dos filhos que estariam em casa. Cinemas fechados, bem como a maioria dos restaurantes. Universidades sem aulas, bibliotecas cerradas, hospitais cheios, leitos ocupados. Rotinas transformadas de repente. Quarentena e isolamento social eram as principais recomendações para o não-alastramento do vírus.

No Brasil, vimos, além da interrupção de vários serviços que visavam a não-aglomeração e dissipação do vírus, problemas na condução dos sistemas social e de saúde, declarações e manifestações contra o isolamento. O resultado trágico foram milhares de mortos e caos no sistema de saúde de vários locais. Passados meses de quarentena e isolamento social – ainda que nem sempre cumpridos por todos –, aumentou a cobrança pela volta à normalidade ou de solução para algumas atividades. Cresceu a pressão pelo ensino remoto ou a distância, mesmo sem a expertise ou infraestrutura necessárias.

“Eis que chega o coronavírus e todo mundo é obrigado a adotar alguma estratégia de *homeschooling*. E todo mundo está odiando. A tal da socialização, argumento número um a favor do ensino presencial na escola, faz hoje parte de um passado mítico e feliz. Muita gente está percebendo que educar não é uma tarefa intuitiva. Ao contrário: requer enorme preparo e estudo. Entram em cena conhecimentos tão variados quanto os da filosofia, da psicologia (do desenvolvimento, da infância e da adolescência), da sociologia (geral, da educação, da infância), da história (geral, das Ciências, da profissão docente, da educação moderna e contemporânea), da cultura (corporal, brasileira, do brincar), da didática (geral e específica), saberes específicos (currículo, avaliação,

gestão de sala de aula), inclusão (deficiência intelectual, superdotação, libras) – e, claro, da área base de cada disciplina”, [argumenta](#) o jornalista e professor universitário Rodrigo Ratier.

Para refletir sobre o assunto, conversamos com a jornalista e pesquisadora Isabel Colucci, doutora e mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Ela é membro do grupo de pesquisa Comunic, que atua desde 1998 em pesquisas sobre educação e tecnologia, e participa do Conexão Escola-Mundo: espaços inovadores de formação cidadã, projeto de pesquisa financiado pelo CNPq, onde se investiga a educação em direitos humanos na cultura digital, por uma perspectiva crítica do uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC). O projeto atua no Colégio de Aplicação da UFSC e no Instituto Central de Educação Isaías Alves, em Salvador (BA).

A pesquisadora ressalta que o conteúdo da entrevista foi baseado, além de sua formação, em construções como membro do grupo e do projeto. “São ideias, debates que fazemos coletivamente. O grupo é bem interdisciplinar e como meu foco de pesquisa não é EAD, mas sim educação e mídias, aprendo tudo isso junto com eles”, afirmou.

Isabel participou de dois projetos de extensão nesta área durante sua formação na UFSC. Ainda que o foco da entrevista não seja discutir a modalidade, iremos refletir sobre questões prementes que estão em pauta no jornalismo e trazidas à tona durante a pandemia. O ensino remoto é uma delas, bem como o modo como a sociedade pode abordá-lo.

Mesmo antes da atual pandemia, já existiam modalidades de ensino a distância (EAD). E estas foram sendo ampliadas ao longo do tempo e especialmente apoiadas pelo atual governo federal, algo que gerou críticas. Você poderia falar, primeiramente, sobre o histórico do EAD no Brasil, suas vantagens e desvantagens pedagógicas?

De fato, o ensino não presencial não é nenhuma novidade. Ele já ocorria antes mesmo da criação da internet, por correspondência, ou por teleaulas, inclusive aqui no Brasil. Porém, para começarmos essa conversa, a gente precisa abordar essa polifonia em torno do termo EAD.

A EAD é uma modalidade de ensino com tradição no Brasil e sobre a qual paira um certo preconceito. Muitas vezes porque esse

debate solapa uma discussão anterior: de que EAD estamos falando. A educação na EAD não deve ser uma mera virtualização do ensino presencial. Ela deve ser muito bem planejada, para que contemple dimensões importantes do processo educativo, como a interação entre as pessoas que compõem aquela comunidade de ensino.

O problema que eu vejo na forma com que a EAD está sendo incentivada – e a pressão que se faz para que as instituições públicas de ensino migrem para essa modalidade em razão da pandemia – é a compreensão de EAD que fundamenta esses projetos. A UFSC, por exemplo, tem graduações na modalidade a distância há mais de 15 anos, com muita expertise na área. Uma das vantagens mais evidentes é a democratização do ensino, porque você consegue contemplar pessoas distantes dos grandes centros e trabalhadores, que ganham flexibilidade de horário.

Esses cursos, porém, são planejados por meses antes de serem iniciados. Além disso, há toda uma etapa de formação de professores e, muito importante, eles contemplam uma carga horária, em geral, de 30%, presencial. Uma boa EAD precisa de encontro (virtual ou presencial). Precisa de atividades e recursos para o diálogo entre alunos e professores. Se a gente resgatar o grande Paulo Freire, ele já nos dizia que educação não é mera transmissão de conhecimento, é construção de conhecimento, pelo encontro entre sujeitos. Então, pensar a EAD envolve isso. Do contrário, estamos falando apenas de uma virtualização do conteúdo transmitido pelo professor. E isso não é suficiente.

Também com a situação corrente, se começou a ouvir mais sobre o ensino infantil doméstico (em inglês conhecido como *homeschooling*), algo proibido no Brasil. A prática é legalizada em vários países, como Estados Unidos, Áustria, Bélgica, porém, proibida em outros, como Alemanha e Suécia. Alguns políticos, especialmente da ala conservadora, defendem que esta modalidade seja legalizada no Brasil. Como está a discussão no país? Que benefícios e malefícios ela poderia trazer?

Essa discussão ganhou fôlego recentemente pela ala conservadora, em razão da acusação de que as escolas promoveriam doutrinação política, ideológica e até mesmo sexual. É muito baseada em *fake news* que circularam principalmente no período eleitoral, como o “kit gay” e a

absurda mamadeira com bico em formato de pênis, que, alegam, seria usada em creches públicas. Essa educação domiciliar, nesse momento, é defendida para que os pais possam proteger seus filhos de uma pretensa doutrinação que chamam de esquerdista. Há uma relação profunda com a ideia, já barrada em diferentes momentos pelo Superior Tribunal Federal por ser inconstitucional, da Escola Sem Partido (que exige dos professores uma impossível neutralidade em relação ao conteúdo. Digo impossível porque fazer um plano de ensino já é um percurso permeado pelas subjetividades do docente).

Essa ala conservadora e esses pais entendem que o conteúdo de algumas disciplinas, como História, Sociologia, entre outras, doutrina as crianças. Eles negam avanços pedagógicos importantes, como uma educação crítica, que incentiva o pensamento, e não a decoreba. O *homeschooling*, em outros países, é uma realidade muito diferente, baseada em liberdades individuais (o direito da família de decidir sobre a educação da criança).

No Brasil, temos uma realidade muito distinta. Primeiro: é importantíssimo que países que adotem o *homeschooling* tenham mecanismos para acompanhar o processo educativo das crianças, porque a educação é um direito delas. Segundo: é fundamental que em um país tão desigual como o nosso, o Estado tenha obrigação sobre a educação das crianças. E a educação escolar obrigatória, a partir dos 4 anos de idade, é o que garante a todas as famílias do país o direito de colocarem seus filhos na escola.

Terceiro: é na escola, na grande maioria das vezes, que casos de maus tratos, negligência ou vulnerabilidade da criança ou da família são identificados. A casa das crianças é o lugar mais frequente de ocorrências de abusos sexuais, por exemplo. Eu, pessoalmente, sou partidária das liberdades individuais e posso entender que alguns pais queiram ter o direito de não serem obrigados pelo Estado a enviar seus filhos a uma determinada instituição. Mas nossos dados, a nossa realidade, nos mostram que, nas circunstâncias atuais, privar as crianças da escola é danoso para elas.

Como você vê a adoção do ensino remoto em escolas e universidades? É possível fazer as adaptações necessárias para a educação nas plataformas online?

Sim, é possível, mas não na velocidade que as famílias, alguns veículos jornalísticos e personalidades políticas vêm cobrando. Participo de muitos grupos ligados à educação, seja por pesquisar na área ou por ser mãe de crianças em idade de Educação Infantil e Fundamental 1. Muitas pessoas falam: se todos tiveram que se reinventar do dia para a noite, por que a escola/universidade não fez o mesmo ainda? Uma coisa que é preciso que fique muito clara para a sociedade: a escola/universidade é uma instituição extremamente complexa, principalmente as públicas.

Precisa contemplar a realidade de muitas famílias, porque não podemos escolher um modelo que deixe alguns para trás. Há uma primeira barreira muito séria nesse debate: as condições de acesso à internet são extremamente desiguais no país (a [TIC Domicílios 2018](#) mostra que 33% dos domicílios brasileiros não têm conexão). Mesmo quem tem acesso à rede, muitas vezes só tem por celular. É abissal a diferença para o planejamento de uma boa aula o tipo de equipamento em que os alunos fazem o acesso. Além disso, os estudantes estão vivendo realidades muito diferentes. Enquanto alguns têm condições de estudar, outros estão ajudando no cuidado com irmãos menores, ou mesmo trabalhando, lidando com toda sorte de dificuldades. Então, a primeira coisa é a realização de um mapeamento e a busca por soluções para integrar aqueles que não têm acesso à rede, ou que estão enfrentando outras dificuldades.

Educar com exclusão é um contrassenso. Isso deveria ser uma obviedade, infelizmente, estamos longe disso. Outra questão é que quando falamos em “educação”, estamos falando de diferentes segmentos de ensino: infantil, fundamental (anos iniciais, primeiro ao quinto anos; anos finais, sexto ao nono anos), médio e superior (que ainda pode ser técnico). Cada um desses segmentos tem particularidades muito importantes. Para educação infantil, não consigo ver opções para a mediação com tecnologias diretamente com os alunos. Talvez nesse primeiro momento, a aposta possa ser na relação da escola ou dos professores com os pais, em orientá-los e conversar sobre o desenvolvimento infantil.

Nos outros segmentos, é preciso refletir sobre aquilo que é viável em cada série. E esse debate não pode ser massificado. Cada professor precisa fazer essa reflexão sobre o seu grupo. Mas, a nossa tradição de pensar integração de tecnologias e educação é pela massificação.

Plataformas, manuais, modelos, políticas públicas que chegam de cima para baixo, que não são construídas com o professor: está errado. Seria ótimo se nesse momento isso fosse invertido. Mas pressupõe aceitar que o processo é complexo e exige tempo e estrutura – precisamente o que sempre é negado aos professores.

Diante do cenário de necessidade de isolamento ou distanciamento social, novas formas de aulas estão sendo pensadas. A educação repensará seus métodos, fará grandes mudanças ou se adaptará esperando a possível volta à “normalidade”?

O momento atual, que ninguém sabe quanto tempo vai durar, exige que a gente esteja longe uns dos outros, para nos protegemos. Essa não é uma realidade negociável. Será preciso repensar, sim, a forma de estarmos com nossos alunos para continuar nosso trabalho. O que pode nos aproximar nesse momento são as tecnologias.

Mas eu acredito que uma pergunta deveria nos orientar: que educação faz sentido em tempos de pandemia? Será que a gente deveria focar em “vencer o plano de ensino” para poder dar a disciplina por encerrada ao fim do ano letivo? Acho que se esse for o foco agora, vamos fazer algo paliativo, e não de fato educativo.

O ideal seria que agora houvesse investimento na formação dos professores para isso (e no acesso dos alunos). Para que eles possam se apropriar dessas tecnologias de forma crítica e criativa; possam pensar sobre as peculiaridades dos seus grupos. Mesmo que, para isso, os alunos ficassem sem aula por um período. As soluções rápidas só poderão ser rasas, porque serão, necessariamente, massificadas e desconsiderariam o que há de mais precioso para o processo educativo, que são as pessoas que compõem cada comunidade de aprendizagem.

As tecnologias podem sim nos aproximar, mas para isso é preciso conhecê-las, saber de suas contradições (por exemplo, o que elas significam em relação à privacidade de dados dos alunos/professores). E, claro, precisa que toda turma esteja conectada. É importante, para a gente ter uma EAD de qualidade, que os professores saibam escolher os momentos de entrega estática de conteúdo, de contatos síncronos com os alunos, de espaços de discussão assíncrona, etc. Sobre como a educação atravessará esse momento, não haverá unidade. A realidade

da educação é muito diversa. Há escolas particulares de diferentes abordagens pedagógicas, há escolas públicas com realidades muito distintas, há as universidades com cursos de humanas, artes, saúde.

Roteiro e entrevista: **Juliana Rosas**

Publicado originalmente em 28/05/2020 [no objETHOS](#)

PARTE IV

Condições de trabalho



Ataques crescem à medida que o jornalismo cumpre seu papel

Mês a mês, a rotina dos jornalistas brasileiros está mais precária e exposta a riscos. Com a crise sanitária provocada pela pandemia da Covid-19, intensificou-se desemprego, baixos salários e condições de trabalho inadequadas. Ao mesmo tempo, denúncias de corrupção, lavagem de dinheiro e a crise política tornam o exercício dos profissionais da imprensa ainda mais difícil. Para a presidenta da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), Maria José Braga, o quadro atual expõe profissionais a situações de risco e violência eminente.

De acordo com a entrevistada, o ataque verbal é o principal tipo de violência sofrido pelos jornalistas brasileiros, conforme mapeado pela entidade que representa. Apesar de não ter sido verificado um crescimento significativo nos ataques a jornalistas brasileiros durante o primeiro semestre de 2020, Braga afirma que o negacionismo se tornou mais um pretexto para agredi-los, ao mesmo tempo em que se busca desacreditar o conteúdo trazido pela mídia sobre o tema. “Dessa forma, na atualidade, o principal risco que os jornalistas sofrem, excluída a questão da saúde, é de se tornarem alvo dos ataques (a maioria verbais e virtuais) e perseguições do presidente da República e seus seguidores”.

De janeiro a junho, FENAJ mapeou 245 ataques feitos pelo chefe de Estado brasileiro contra jornalistas. Para Braga, Bolsonaro e seus seguidores, ainda que não sejam as únicas causas, despontam como estopim nas agressões contra a imprensa brasileira. As violências afetam especialmente a saúde mental dos jornalistas, que estão “permanentemente apreensivos e sob estresse”.

A pandemia do coronavírus fragilizou as já precárias condições de trabalho dos jornalistas? Quais as principais situações de risco verificadas ou reportadas para a FENAJ?

A categoria dos jornalistas foi uma das primeiras a sofrer a precarização das relações de trabalho no Brasil. Antes mesmo da contrarreforma trabalhista, aprovada no governo Temer e em vigor desde 2017, os jornalistas já enfrentavam problemas nas relações de trabalho, como

a chamada pejetização (profissionais obrigados a criar uma empresa – pessoa jurídica – para serem contratados), os trabalhos temporários (*freelancer*) e desrespeitos à jornada de trabalho contratada. Além de problema nas relações de trabalho, também enfrentavam e continuam enfrentando problemas nas condições: sobrecarga, pressões variadas, assédios etc, que geram estresse e adoecimentos físicos e mentais.

Com a pandemia provocada pelo novo coronavírus, tanto as relações quanto as condições de trabalho foram ainda mais pioradas. Nas relações de trabalho, o governo brasileiro autorizou a redução das jornadas com diminuição de salários, num momento em que os profissionais estão trabalhando mais. Várias empresas de comunicação, inclusive de grande porte, fizeram o corte de 25% nos salários e na jornada, mas sabemos que muito dificilmente a redução na jornada será respeitada, mantendo-se somente a redução salarial.

O governo, a pretexto de preservar empregos, também autorizou a suspensão de contratos, sem qualquer remuneração ao trabalhador por parte das empresas, apenas com recebimento do equivalente ao seguro-desemprego, pago pelo governo, que acarreta grande perda de renda. Mas, mais grave ainda, são as demissões pura e simples que estão ocorrendo, deixando os profissionais em total desamparo.

Pesquisa realizada em abril pela Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ), com participação expressiva dos jornalistas brasileiros, revelou que 2/3 dos jornalistas, empregados e *freelancers* sofreram cortes salariais, perda de empregos ou tiveram suas condições de trabalho pioradas durante a pandemia. A situação é a mesma em quase todos os países do mundo.

Há, ainda, as questões de saúde relacionadas diretamente à pandemia. Jornalistas continuam trabalhando, em muitos casos, presencialmente, indo às ruas. Com isso estão expostos ao risco de infecção pelo novo coronavírus. Os Sindicatos de Jornalistas pediram medidas de proteção e segurança sanitária às empresas empregadoras, mas nem todas adotaram e temos casos de infecção e morte entre a categoria.

Durante a pandemia de coronavírus, manifestações públicas contrárias aos jornalistas são cada vez mais comuns, motivadas por discursos negacionistas e ataques diretos contra veículos e profissionais. Como você avalia esta situação em relação

ao cenário pré-coronavírus? Houve alguma intensificação do quadro no Brasil? Quais os principais riscos aos quais os jornalistas brasileiros estão expostos?

Não identificamos um crescimento significativo no número de agressões a jornalistas em razão da cobertura jornalísticas da pandemia provocada pelo novo coronavírus. A cobertura jornalística passou a ser mais um pretexto de grupos/pessoas identificadas com o bolsonarismo e que seguem o presidente também na sua postura de negar a ciência e, neste caso específico, de negar a necessidade de medidas governamentais para a contenção da pandemia e proteção da população. Antes da pandemia e em todo seu curso, qualquer crítica ou cobertura jornalística que não fosse favorável ao governo era motivo de reação dos grupos bolsonaristas.

Dessa forma, na atualidade, o principal risco que os jornalistas sofrem, excluía a questão da saúde, é de se tornarem alvo dos ataques (a maioria verbais e virtuais) e perseguições do presidente da República e seus seguidores.

Dentre as diferentes formas de violência contra jornalistas, como agressões físicas e verbais, assédios, ataques virtuais e ameaças, há alguma predominante no caso do Brasil atual?

A violência predominante na atualidade é a agressão verbal, seja desferida presencialmente, seja por meio virtual, especialmente por meio das redes sociais. Jornalistas estão sendo xingados e, em alguns casos, tendo dados pessoais e familiares expostos publicamente, numa clara tentativa de intimidação.

Ameaças aos jornalistas brasileiros possuem as mesmas motivações em todo o país ou elas diferem de região para região? Há algum lugar onde os profissionais da mídia sofrem mais riscos? E quem são os principais agressores?

A motivação para as agressões verbais e ameaças a jornalistas é sempre o descontentamento com o trabalho jornalístico. Ele cresce na medida em que o jornalismo mais cumpre o seu papel de levar informações de interesse público à sociedade. Na maioria das vezes, o jornalismo revela que interesses privados estão sendo privilegiados, e isso desagrade os beneficiários dos privilégios. É o interesse privado tentando se sobrepor ao interesse público, não importando se para isso é preciso passar por cima da legalidade.

Se a motivação é o descontentamento, o objetivo quase sempre é a intimidação e o cerceamento à difusão das informações de interesse público. Mas, com a ascensão do bolsonarismo, identificamos um aspecto diferenciado: muitos ataques, cometidos pelo presidente ou por seus seguidores, têm o objetivo claro de desacreditar a imprensa e os jornalistas.

O [Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa](#), da FENAJ, identificou como principal agressor o próprio presidente da República, que adotou como tática atacar a imprensa genericamente e jornalistas individualmente para tentar desacreditar o trabalho jornalístico. O objetivo do presidente é um só: fazer com que seus seguidores não deem crédito às informações de interesse público que são produzidas pelos jornalistas e divulgadas pelos meios de comunicação, e continuem se informando por meio das “bolhas” bolsonaristas, nas quais o discurso é de apoio total ao presidente, independentemente do que ele fale ou faça.

E não há um local, região, estado ou município onde os profissionais estejam totalmente protegidos, embora o Sudeste e, em especial, São Paulo, tenham reportado o maior número de casos de violência nos últimos anos. Em 2019, a região Centro-Oeste passou à condição de segunda mais violenta, pelos constantes ataques a jornalistas por parte do presidente e a maioria ocorridos em Brasília.

Como a crescente violência contra os jornalistas afeta o trabalho realizado pela imprensa brasileira e a informação veiculada para a sociedade?

A violência contra os jornalistas afeta, principalmente, sua saúde emocional. Os profissionais estão permanentemente apreensivos e sob estresse. Em muitos casos, chegam ao adoecimento e desenvolvem sofrimentos mentais como síndrome do pânico, que se tornou comum nas redações brasileiras. Mas o senso de responsabilidade dos profissionais jornalistas tem feito com que a violência não afete a qualidade do jornalismo produzido e veiculado para a sociedade. O que afeta visivelmente a qualidade da informação jornalística é, principalmente, o enxugamento das redações e a piora das condições de trabalho. O corte no número de postos de trabalho tem como consequência a sobrecarga para os que continuam empregados e a produção de notícias apressadas, muitas vezes sem a apuração e o aprofundamento necessários.

As pressões políticas, econômicas e sociais sobre os jornalistas podem desencadear situações de censura e autocensura da imprensa. A FENAJ observa esse tipo de condição no Brasil? Como ela ocorre? Houve algum crescimento no número de ocorrências durante a pandemia?

Pressões políticas e econômicas acarretam censura e autocensura nas redações. Para citar como exemplo, no dia 23 de maio, o empresário Silvio Santos, dono do *SBT*, censurou integralmente o principal telejornal de sua emissora. O *SBT Brasil* não foi ao ar e, segundo denúncias dos trabalhadores, a decisão do empresário foi em razão de reclamação de integrantes do governo Bolsonaro da cobertura feita no dia anterior, sobre a divulgação de vídeo da reunião ministerial ocorrida em abril, citada pelo ex-ministro Sérgio Moro, como prova da interferência do presidente na Polícia Federal.

As pressões políticas e econômicas ocorrem de diversas maneiras, mas geralmente são tratadas diretamente pelas cúpulas das empresas de comunicação. As redações geralmente só são comunicadas que determinado assunto não será tratado ou terá de ser abordado de uma maneira pré-determinada.

Mas essa censura (ou autocensura) quase nunca chega ao conhecimento da FENAJ e dos Sindicatos de Jornalistas, porque existe um medo muito grande em denunciá-la. É o tipo de violência contra jornalistas e contra a liberdade de imprensa que menos chega ao conhecimento da sociedade. E não temos nenhum relato de caso relacionado diretamente à pandemia.

Há algum perfil de profissional que sofre mais pressões? E com relação aos grupos de pressão à livre expressão jornalística, quais os principais opressores?

Se a censura quase nunca é denunciada, não conseguimos identificar o perfil do profissional que mais é censurado ou que mais se autocensura. Acreditamos, entretanto, que os jornalistas dedicados às coberturas de economia e/ou política estejam mais suscetíveis às pressões e à censura, justamente pelas suas áreas de cobertura jornalística. Mas insisto que a censura, por pressões políticas e econômicas, é sempre velada.

Infelizmente, temos no Brasil casos de censura explícita do Poder Judiciário, que tem determinado a exclusão de conteúdos jornalísticos,

impedido a cobertura de determinados assuntos e até mesmo a citação de nomes de pessoas, sempre impondo a observância das decisões judiciais (inconstitucionais) por meio de pesadas multas.

Em relação à defesa da liberdade de imprensa, ela é feita pelas entidades sindicais representativas dos jornalistas (FENAJ e Sindicatos dos Jornalistas), por entidade sindicais dos demais trabalhadores da comunicação, pelas instituições de ensino do Jornalismo, por ONGs que trabalham questões da comunicação/jornalismo e por diversas outras entidades da sociedade, quando são instadas a se pronunciarem.

Não há opositores declarados. Existem grupos profascistas, que não se revelam como tais, mas agem claramente contra a liberdade de imprensa, principalmente atacando jornalistas. Por isso, é preciso atenção por parte dos cidadãos e das cidadãs.

Em caso de ataques ou censura a jornalistas, como é possível denunciar?

A FENAJ e os Sindicatos de Jornalistas do Brasil orientam os jornalistas a denunciar qualquer caso de violência contra categoria ao Sindicato, que vai tornar a denúncia pública e apoiar o jornalista na formalização da denúncia criminal.

Ressaltamos que é importante registrar ocorrência policial em todos os casos de agressões, mesmo as virtuais, porque os agressores precisam ser identificados e punidos. Quando um agressor nem mesmo é chamado a responder pelo seu ato de violência, de alguma forma ele se sente autorizado (pelo Estado e pela sociedade) a continuar agindo violentamente. A impunidade é combustível para a violência.

Roteiro e entrevista: **Janara Nicoletti**

Publicado originalmente em 27/08/2020 [no objETHOS](#)

Enaltecimento da cobertura da mídia ofusca condições de trabalho do setor

Enquanto o mundo busca soluções para combater a pandemia do novo coronavírus e restabelecer a convivência social, jornalistas ampliam seus esforços para informar a população e, ao mesmo tempo, garantir a sua própria segurança. No Brasil, profissionais da imprensa têm em média 52% de risco de contrair o coronavírus, conforme o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Este dado é evidenciado por Thales Vilela Lelo, doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) com pesquisa focada nas reestruturações produtivas no mundo do trabalho dos jornalistas. Ele comenta os impactos da cobertura da Covid-19 sobre a saúde e a dinâmica de trabalho dos jornalistas brasileiros.

No dia 13 de abril, o editor de imagens do *SBT* do Rio de Janeiro, José Augusto Nascimento, de 57 anos, não resistiu à batalha contra a Covid-19. Antes de morrer, denunciou o ambiente insalubre que facilitou o contágio da doença entre os trabalhadores da empresa. Lelo salienta que “só no último dia sete de abril, *Globo* confirmou 13 casos, a maioria deles no Rio de Janeiro”, ressaltou.

Durante a pandemia, esses profissionais, que já tinham sua jornada de trabalho estendida para o seu tempo livre, passam a viver disponíveis 24 horas para a cobertura, que agora é feita por muitos dentro de casa. A medida de distanciamento social, se por um lado ajuda a proteger a saúde de trabalhadores e trabalhadoras, pode ampliar a precariedade laboral. Lelo acredita que as novas rotinas adotadas neste momento podem repercutir na intensificação de tendências do trabalho digital, “com reflexos na flexibilização de contratos e no enxugamento de cargos e salários”.

Segundo o pesquisador, “os custos psicológicos deste período de quarenta serão muito maiores para as mulheres jornalistas”, uma vez que, em geral, são elas que assumem a sobrecarga da educação dos filhos e do serviço doméstico. Além disso, nesta entrevista para o **objETHOS**, ele reflete sobre o sofrimento ético do profissional da mídia frente aos desafios da cobertura da Covid-19.

Quais os riscos que a convivência diária com tragédias, exposição a perigos físicos, sobrecarga de trabalho, violência e assédio relacionadas à cobertura da Covid-19 apresentam para a saúde dos jornalistas? Que cuidados precisam ser tomados por parte das organizações de mídia e pelos profissionais?

Considerado um dos setores essenciais neste período, o jornalismo tem desempenhado uma cobertura ativa da crise e diversos profissionais continuam se expondo a situações de risco para realizarem a apuração de pautas. Embora muitos veículos de imprensa tenham adotado políticas de isolamento, liberando funcionários dos grupos de risco e reduzindo o fluxo de trabalhadores nas redações, já surgiram denúncias de profissionais que tiveram contato com funcionários testados positivos para a Covid-19 e que não foram afastados de suas empresas.

É preciso levar em consideração que o histórico de descumprimento de leis trabalhistas e de degradação das condições laborais nas organizações jornalísticas cria, mesmo sem a pandemia, um ambiente insalubre para os comunicadores do ponto de vista físico e mental. A crise de saúde pública só agrava esse quadro. Mas, mesmo se pensarmos nos repórteres que foram autorizados a trabalharem de suas casas, a intensa demanda por notícias, especialmente em veículos que realizam cobertura factual, gera um excesso de trabalho aos profissionais em um contexto já delicado devido ao sofrimento causado pelo isolamento social.

Uma série de levantamentos recentes vêm apontando como a quarentena tem alterado os hábitos de consumo de mídia dos brasileiros, com um [aumento expressivo na busca por informações jornalísticas](#). O problema é que as empresas podem aproveitar este contexto de alta demanda para sobrecarregarem suas equipes com a justificativa de que o período exige uma entrega total ao jornalismo. A crise oferece uma oportunidade de a imprensa reconquistar, além de sua credibilidade, alguns anunciantes que decidiram nos últimos anos investir exclusivamente em plataformas digitais. Se o efeito dela for uma aceleração ainda maior nos ritmos de produção da notícia, os efeitos para a saúde dos jornalistas serão catastróficos, com aumento nos casos de transtornos psicossomáticos, lesões por esforço repetitivo, entre outras doenças decorrentes do excesso de trabalho.

Idealmente, as organizações deveriam, além de atender às recomendações das autoridades sanitárias, oferecer o devido suporte

aos seus funcionários neste período, mantendo seus cargos e salários, promovendo jornadas e escalas de plantão adequadas aos acordos coletivos da categoria e oferecendo assistência médica, jurídica e psicológica. Contudo, este tipo de política de proteção ao trabalhador é praticamente inexistente nas empresas de mídia do mundo todo, como frequentemente atestam os relatórios internacionais sobre o assunto. Reflexo dessa cultura de descaso ao comunicador é que muitos veículos de imprensa continuam promovendo demissões coletivas em meio à pandemia. Ou seja, além de não receberem amparo, muitos profissionais irão adoecer em meio a esta crise e serão abandonados à própria sorte, isto se não forem demitidos.

Você acredita que a polarização ideológica em torno das formas de lidar com a Covid-19 pode gerar sofrimento ético para os jornalistas que cobrem o tema? E de que forma isso afetaria o trabalho realizado pelos profissionais?

Como é típico de governos autoritários e antidemocráticos, o Poder Executivo Federal no Brasil é hoje uma fonte de constante ameaça à liberdade de imprensa, contido somente pelo sistema de freios e contrapesos garantido pela separação entre os poderes. E este desrespeito à imprensa se manifesta, recorrentemente, como um desrespeito aos próprios jornalistas, como as perseguições a Patrícia Campos Mello e Vera Magalhães bem ilustram.

A questão é que o governo não persegue somente comunicadores que investigam as violações explícitas do presidente às regras do estado democrático de direito. Se a polarização ideológica que o governo representa se encerrasse aí, somente os jornalistas especializados em coberturas investigativas estariam atemorizados pela possibilidade de serem publicamente alvejados por membros do governo, pelo próprio presidente ou por suas matilhas digitais. O problema é que o governo Bolsonaro não só rivaliza ideologicamente com a esquerda, mas sim com um pressuposto caro à democracia liberal de que as decisões de interesse público devam ser tomadas por meio de discussões amplas e bem informadas. Como entusiasta da ditadura, o presidente polariza em quaisquer situações nas quais o seu argumento não seja considerado a verdade, pois para o seu governo, impor um argumento é uma forma de demonstrar poder.

Esta polarização avança até mesmo sobre discussões mais técnicas, como é o caso da definição sobre a melhor política de saúde pública a ser adotada para enfrentar o espalhamento da Covid-19. Para o presidente, é uma questão de poder impor políticas de combate à pandemia absolutamente esdrúxulas para organismos multilaterais e autoridades sanitárias, incluindo até seu próprio ministro da Saúde. Então quando os jornalistas são pautados pelas campanhas de desinformação do governo federal sobre o tema e têm que responder com matérias que esclareçam, por exemplo, como o “isolamento vertical” não tem nenhum respaldo científico, há sempre o risco de se tornarem os novos alvos da perseguição bolsonarista. E esse temor é uma fonte de sofrimento constante para os comunicadores que estão realizando a cobertura da pandemia.

Mas quando penso em sofrimento ético, penso em situações nas quais o jornalista está ciente de que comete uma infração à sua ética profissional de, por exemplo, retratar com fidelidade os fatos narrados. O sofrimento de trair a sua própria dignidade é angustiante. À época em que Jair Bolsonaro ainda era candidato à presidência, a ex-chefe de redação da *Rede Record*, veículo ideologicamente alinhado ao ex-deputado, pediu demissão em resposta ao excesso de partidarismo da empresa. O gesto de pedir demissão do trabalho, nestas circunstâncias, é sintoma de um sofrimento ético que se tornou insuportável de conviver. E este sofrimento surge da consciência de que a empresa abrandou a cobertura jornalística em prol da propaganda política. Acredito que a saúde mental de jornalistas sérios, que permaneceram em veículos partidários do presidente por não poderem se dar ao luxo de pedir demissão, esteja hoje profundamente debilitada, porque é torturante fazer uma cobertura que suavize suas declarações estapafúrdias sabendo que isto pode custar vidas, além de desinformar a população.

Você acredita que há diferenças de gênero com relação aos desafios impostos pelo isolamento social durante a cobertura da Covid-19 para jornalistas homens e mulheres? Como isso pode ser observado?

No Brasil, as mulheres dedicam, por semana, quase o dobro do tempo que os homens em tarefas domésticas e atividades de cuidado, segundo a última pesquisa do IBGE sobre o tema, publicada em 2019. Para mulheres inseridas no mercado de trabalho formal, como é o caso de

muitas jornalistas, a diferença para homens ainda continua sendo de pelo menos oito horas. Portanto, em qualquer setor ocupacional, as desigualdades decorrentes da divisão sexual do trabalho exercerão um efeito prejudicial à vida das mulheres. É fato que neste contexto de isolamento social esses efeitos se agravarão, uma vez que muitos serviços que suavizam a sobrecarga de tarefas foram restringidos, a exemplo do trabalho doméstico. É importante lembrar que o Brasil possui a maior população de trabalhadoras domésticas do mundo. Quando há uma redução na oferta deste serviço, ele irá ser executado mais frequentemente pelas mulheres que o contratam.

A situação se agrava para jornalistas que têm filhos. Com as creches e escolas fechadas, os cuidados com as crianças serão outra tarefa que as mulheres irão desempenhar por muito mais tempo que os homens que também têm dependentes. Sendo o jornalismo um setor que exige dedicação quase que exclusiva ao trabalho, a situação para quem precisa dividir seu tempo com afazeres domésticos e atividades de cuidado beira o inviável. Por isto, os custos psicológicos deste período de quarenta serão muito maiores para as mulheres jornalistas.

É interessante notar que esta tendência não é exclusiva do Brasil, apesar de se agravar em países com desigualdades de gênero tão profundas quanto aqui. Há estudos sobre o trabalho das jornalistas em locais menos desiguais neste quesito, como nos países escandinavos, e os resultados frequentemente destacam como as comunicadoras estão mais sujeitas a abandonarem precocemente suas carreiras e a serem discriminadas nas redações quando o peso do trabalho doméstico lhes impede de se entregarem de “corpo e alma” às organizações que as contrataram. Estou certo de que no mundo todo hoje as jornalistas estão carregando um fardo muito maior que os seus colegas homens, com consequências relevantes para sua saúde mental e física.

Uma das transformações mais evidentes na sociedade devido à pandemia são as mudanças no mundo do trabalho. Elas afetam inúmeras profissões – inclusive os próprios jornalistas. Quais os impactos mais relevantes desse deslocamento para a prática jornalística?

Nos últimos anos, diversas pesquisas sobre o mundo do trabalho dos jornalistas vêm destacando os efeitos da convergência digital nas rotinas

de produção da notícia. Em um ecossistema controlado por plataformas como Google e Facebook (que concentram a maior fatia das receitas em publicidade online), uma das saídas encontradas por empresas jornalísticas foi adequar seu produto às lógicas do mercado digital. Os resultados mais visíveis deste processo são a “otimização” dos títulos das notícias aos serviços de busca, a aceleração dos regimes de publicação e a produção de matérias capazes de “viralizar”, seja inflando as métricas de acesso aos portais, seja gerando engajamento nas mídias sociais. Por isso, acredito que o efeito mais visível da pandemia na prática jornalística é o de intensificar tendências que já estavam no horizonte como consequência da própria convergência digital, com reflexos na flexibilização de contratos de trabalho e no enxugamento de cargos e salários.

Mas creio que a crise causada pela pandemia pode ter dois outros impactos negativos para os comunicadores: a diluição definitiva do tempo de descanso e o enfraquecimento da identidade profissional. Explico-me: sabemos que os jornalistas vêm trabalhando, cada vez mais, em jornadas que tipicamente ultrapassam os acordos coletivos da categoria. [Em minha pesquisa sobre o tema](#), identifiquei que mais de um terço dos jornalistas do estado de São Paulo que entrevistei trabalhava em regimes superiores a dez horas diárias. Muito embora os trabalhadores possam ser contatados fora da redação por aplicativos de mensagem ou ligações telefônicas, a saída do local de trabalho representa, ainda que tenuamente, uma separação entre o tempo de trabalho e o tempo livre. A pandemia muda essa lógica, até pela própria urgência da cobertura.

O problema é que este acontecimento não deixará de ser urgente amanhã ou daqui a duas semanas. Também não há mais separação física a delimitar o tempo dedicado prioritariamente ao trabalho e o tempo de descanso, sobretudo para aqueles que estão realizando a cobertura de suas casas, alimentando simultaneamente os portais e todas as outras plataformas em que o veículo está hospedado. Em uma situação já profundamente traumática de calamidade sanitária, a extensão das jornadas, inicialmente justificada pelo imediatismo da pauta, pode se tornar um novo “normal” para os jornalistas.

O segundo ponto que gostaria de destacar é que o trabalho exercido de casa é um trabalho muito mais individualizado. Com isto não quero dizer que nas redações os jornalistas se sentem parte de uma grande comunidade. Mas as redações historicamente funcionam como espaço

de socialização da identidade profissional e de partilha de sofrimentos, frustrações e conquistas. Em casa, é possível manter contato com os colegas via aplicativos de mensagem e videoconferências, mas estas são formas de interação muito mais formais que a relação face-a-face. Por isso, acredito que a experiência de trabalho remoto pode ser interessante para empresas inclinadas a sobrecarregar ainda mais seus trabalhadores sob a justificativa de que a cobertura da pandemia é prioridade sobre qualquer outra esfera da vida. Somado a isto, a falta de momentos para compartilhar experiências com os colegas pode tornar a situação ainda mais desgastante.

Como você avalia a cobertura jornalística sobre a pandemia em se tratando especificamente das condições de trabalho dos profissionais jornalistas?

Não é frequente que a grande imprensa relate, de modo realista, as condições de trabalho as quais os seus profissionais estão expostos, em especial em meio a uma crise sanitária. Notícias sobre os reflexos da pandemia no setor, quando muito, são divulgadas pelos sindicatos de jornalistas de cada estado, por veículos especializados (como os portais Imprensa e Comunique-se) e por um ou outro site alternativo ou independente.

Para a grande imprensa, o retrato do momento será, via de regra, um retrato panfletário, conveniente para promover sua própria cobertura do tema. Não à toa, muitos desses grupos que controlam a mídia no Brasil já correram para publicar editoriais exaltando seu zelo editorial neste período e enfatizando como adotaram prontamente as recomendações das autoridades sanitárias nas redações. Percebe-se nesses editoriais também um esforço de idealização do jornalismo praticado pelos grandes conglomerados como única via de combate às campanhas de desinformação sobre a pandemia, promovidas, principalmente, pelo presidente da República. Com isto não quero dizer que a grande imprensa não tem, em linhas gerais, feito uma cobertura atenta e informativa da crise sanitária desencadeada pelo espalhamento da Covid-19, mas sim que a realidade das condições de trabalho no setor é ofuscada pelo enaltecimento da cobertura que ela está realizando no momento.

Roteiro e entrevista: **Andressa Kikuti** e **Janara Nicoletti**

Publicado originalmente em 21/04/2020 [no objETHOS](#)

Mulheres jornalistas são as que mais sofrem na pandemia

Desde o primeiro surto do novo coronavírus, confirmado na província de Wuhan, na China, o mundo do trabalho sofreu intensas transformações. No jornalismo, as rotinas e práticas também precisaram ser adaptadas, trazendo ainda mais sobrecarga e instabilidade aos profissionais da mídia.

Essa realidade foi explicitada pelo relatório “[Como trabalham os comunicadores em tempos de pandemia da Covid-19?](#)”, do [Centro de Pesquisa em Comunicação & Trabalho](#) (CPCT). Para explorar os resultados do estudo, conversamos com Roseli Figaro, coordenadora da pesquisa e professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (USP).

Realizado em abril de 2020, o questionário do CPCT colheu respostas de 557 comunicadores de 24 estados brasileiros, Distrito Federal e Portugal. Jornalistas relataram acréscimo de horas na jornada – de duas a quatro, em média – e ritmo de trabalho mais pesado, tanto para profissionais da mídia tradicional como alternativa. Redações “virtuais” em aplicativos de mensagens demandam respostas imediatas dos comunicadores, o que dificulta a distinção entre ambiente *home office* e lazer em casa. Ainda, 331 respondentes utilizam seus próprios meios de produção (como computador e celular) para trabalhar, sem contar com apoio dos empregadores.

Em suas considerações finais, o relatório destaca a sobrecarga das mulheres – um dado recorrente em outras pesquisas sobre condições de trabalho no jornalismo. O levantamento da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) com [mães jornalistas](#), por exemplo, constata o esgotamento das trabalhadoras devido à necessidade de equilibrar *home office* e cuidados com casa, filhos e alimentação. Já a Federação Internacional dos Jornalistas (IFJ, na sigla em inglês) conclui, a partir de dados colhidos em 146 países, que mulheres jornalistas apresentavam [níveis de stress e ansiedade](#) superiores aos colegas homens.

Para Roseli Figaro, a desigualdade de gênero entre jornalistas se tornou mais aguda durante a pandemia e merece maior destaque nos estudos acadêmicos. Como exemplo do agravamento dessa situação, cita o relato

de uma participante da pesquisa: “estou há trinta dias num apartamento de 60 metros quadrados, com duas crianças, uma de três e outra de cinco anos, tendo que fazer a gestão de tudo e trabalhar”. A professora questiona: “que suporte tem essa profissional para ter o mínimo de tranquilidade necessária e conseguir apurar, produzir uma informação e passá-la adiante?”.

A seguir, Figaro comenta os principais resultados do estudo realizado pelo CPCT. Discute também as lógicas de precarização do trabalho jornalístico, disparidades de gênero e como a monetização afeta determinados perfis profissionais.

O relatório do CPCT demonstrou a necessidade de reorganização dos trabalhadores na nova rotina imposta pela pandemia. Muitos não possuem contrapartida de seus empregadores e não conseguem organizar satisfatoriamente o ferramental técnico e a infraestrutura física do trabalho. De que forma esses fatores tensionam a qualidade da informação jornalística?

O *home office* traz um problema: o suporte, a infraestrutura para que o comunicador, sobretudo o jornalista, possa continuar a sua atividade – computador, conexão à internet de banda larga, *smartphone*, *softwares* para fazer edições, banco de dados para realizar pesquisa de imagens e sons. Isso demanda recursos, e apenas um número pequeno de empresas consegue supri-los.

Na falta deles, trabalhadores têm investido no próprio ferramental. Muitos também têm horas de salários cortadas, embora isso não signifique que há menos trabalho. Continua-se trabalhando muito porque é preciso pesquisar e criar alternativas à carência de recursos.

Outra implicação é a insegurança em relação à qualidade do trabalho ofertado. De fato, há limites para a produção informativa na cobertura da pandemia, e essas duas questões [o aumento da jornada de trabalho e a preocupação com o produto] trazem um desconforto muito grande ao trabalhador. Estão também relacionadas a aspectos mais gerais que dizem respeito à consciência do jornalista sobre o momento social e político econômico muito difícil para o conjunto da população. São vidas que estão em jogo – inclusive as vidas dos seus familiares e a sua própria. Há aí um componente, uma tensão, que dificulta o acompanhamento online sobre o número de mortes, casos, disponibilidade de leitos e hospitais nas cidades, além de toda a falta

de apoio, política governamental e direção clara e direta sobre como tratar o problema. Tudo isso incide, sem dúvida nenhuma, na ação do jornalista para a produção do seu trabalho.

Além das questões de infraestrutura, há também implicações psicológicas envolvidas, como o medo do profissional ou de seu familiar adoecer, receio pelo futuro e sintomas de estresse. Como esse quadro impacta profissionais que lidam diretamente com a produção de informação sobre a própria pandemia?

A consciência dos jornalistas sobre a situação de saúde e de emprego no país está bastante reportada nas declarações dos nossos respondentes. Eles têm clareza de que a informação é fundamental para que o cidadão possa se posicionar, tomar decisões, refletir, questionar as próprias informações.

Essa consciência mais ampla sobre a sociedade também tem implicações no trabalho, porque é parte do sofrimento deles. Jornalistas também são cidadãos que vivem no afastamento social, têm medo da contaminação, necessitam cuidar de familiares, contam com a possibilidade do desemprego, corte de salários, redução de projetos e clientes no caso de quem trabalha com assessoria de comunicação. Eles precisam fazer a gestão de si diante dessa dramática: a realidade que vivem e a necessidade da atividade de trabalho, porque ela pode trazer um pouco de luz a essa confusão toda.

Uma informação bem apurada e produzida pode fornecer orientações mínimas para a pessoa pensar qual é o melhor caminho a proceder diante de tantas dificuldades. É uma situação ímpar que demanda controle emocional muito grande sobre um desafio que não é do tempo e do espaço cotidiano do jornalista. A gestão do trabalho feita na pandemia exige muito mais equilíbrio da pessoa, o que causa estresse, adoecimento e um sofrimento muito grande, porque nossa ação também tem limites. Esse é o dilema: reportar um acontecimento e trazê-lo à tona, embora tenhamos poucas possibilidades para resolver problemas.

Em relação aos relatos de jornalistas que foram coletados na pesquisa, foi possível perceber diferenças significativas nas respostas daqueles que atuam como *freelancers* e dos que estão em arranjos econômicos alternativos, em comparação com profissionais de empresas 'tradicionais'?

Jornalistas que trabalham como *freelancers* ou em novos arranjos do trabalho, geralmente em situação mais informal, padecem ainda mais com a instabilidade da pandemia, porque são os mais frágeis em termos de garantias de trabalho e de salário. Eles dependem muito do próprio trabalho para arranjar trabalho. Você não tem um emprego, e quando você está em afastamento social, esse “trabalhar para conseguir trabalho” é dificultado: muitos contratos foram quebrados, propostas foram adiadas, projetos não conseguem ser cumpridos devido ao distanciamento. Traz uma instabilidade muito maior.

Por outro lado, o que temos visto, sobretudo nas mídias alternativas e independentes, é uma grande colaboração entre os profissionais, de prestar solidariedade ao colega que precisa de um ferramental, de um software, banco de dados, fonte. Isso é muito salutar.

A pesquisa também aponta o acúmulo do trabalho remoto com a gestão da vida doméstica, especialmente no caso das mulheres. De que forma as questões de gênero atravessaram os relatos coletados na pesquisa, sobrecarregando as trabalhadoras?

No *home office* sobressai a questão de como fazer a gestão do espaço físico e do tempo do lar. Isso se mistura muito com a ideia do que é “tempo de trabalho” e “tempo fora do trabalho”. Na última década, pelo menos, a diferença vem se alterando e se torna cada vez mais tênue. Com a Covid-19 e a necessidade do afastamento social, a linha desapareceu. São inúmeros os relatos em que os jornalistas dizem não ter mais tempo fora do trabalho. Está relacionado com a gestão da casa, dos filhos e demais familiares. É um tempo muito compartilhado com o trabalho comercial.

A questão de gênero atravessa profissionais jornalistas há muito tempo, e nós temos tratado muito pouco disso. Parece que temos vergonha de falar que a jornalista sofre demandas – gestão do lar, filhos, família – de uma sociedade ainda bastante atrasada na compreensão dessas tarefas, que deveriam ser compartilhadas para permitir relações saudáveis e avançadas.

Como as demais profissionais trabalhadoras, a jornalista sofre dessas injunções sociais. Ela é assediada, moral e sexualmente, no âmbito do trabalho – há pesquisas internacionais, não só no Brasil, que comprovam isso. Há preconceito com a mulher que não tem tempo para cuidar dos filhos e não seria uma “boa mãe”.

Nós temos deixado de lado essas questões, não apenas no campo profissional, mas do ponto de vista das reivindicações e da própria formação, para dar mais suporte a essa mulher que atua. Temos a questão salarial, que é menor para elas, e a dificuldade de progredir na carreira. A limitação imposta a determinados assuntos que não é para você, mulher, cobrir. São relatos históricos que temos dentro da profissão.

No *home office*, isso se agudiza. São inúmeras que falam sobre a necessidade de fazer gestão do trabalho com os filhos. Tem uma fala magnífica de uma trabalhadora jornalista que pede socorro. Ela diz: “estou há trinta dias num apartamento de 60 metros quadrados, com duas crianças, uma de três e outra de cinco anos, tendo que fazer a gestão de tudo e trabalhar”. Que suporte tem essa profissional para ter o mínimo de tranquilidade necessária e conseguir apurar, produzir uma informação e passá-la adiante?

Sem dúvida nenhuma, não é só a jornalista, mas são as mulheres trabalhadoras as que mais estão sofrendo nesse período da pandemia. Porque elas são as cuidadoras, porque elas são as vítimas e porque elas são arrimo de família. E aquelas que não o são do ponto de vista econômico, são do ponto de vista emocional – são a gestão da casa, o equilíbrio da própria família. Precisamos muito discutir essas questões: o tipo de suporte e atitude que temos que tomar no enfrentamento e apoio a todas as mulheres.

Por fim, a pesquisa também indica o acúmulo de funções dos jornalistas participantes da pesquisa, por vezes desempenhando papéis profissionais distintos e até opostos ao jornalismo. O relatório sugere alguns motivos possíveis para essa polivalência – desde uma formação universitária ampla até baixos salários e desregulamentação da profissão. Como jornalistas avaliam a relevância do seu trabalho no contexto da pandemia da Covid-19? É possível ainda apostar em uma “matriz iluminista” do jornalismo como defensor da cidadania, em meio à cultura de métricas nas redações, como o relatório aponta ao final?

As condições de precarização do trabalho do jornalista são históricas e, mais recentemente, a questão da desregulamentação da profissão têm sido um fator preocupante no que diz respeito ao futuro do jornalismo. A lógica comercial do negócio jornalístico mudou muito

na última década. A monetização por meio da publicidade programática – vinda da extração e mineração dos dados dos usuários da internet – é uma dramática para o jornalismo porque estabelece o clique. É uma audiência que não se dá exatamente pela escolha do produto, mas encenada por um processo de persuasão, de produção de títulos, temas, assuntos. Então como vou produzir uma pauta que me dê cliques? Você deixa de fazer a cobertura do que é, de fato, informação, para buscar temas, assuntos e as formas de apresentá-los com base muito mais na lógica da circulação do dinheiro.

Estão aí as consequências dessa lógica de monetização mostradas pelas *fake news*: ao contrário do que se pensa, não são processos amadores, de pessoas comuns, do cidadão mal informado que quer fazer uma brincadeira. São lógicas profissionalizadas e com investimento muito alto. Esse mecanismo de circulação das informações falsas monetiza empresas, agências, marcas – são muitas as denúncias sobre isso.

Quero dizer com isso que a lógica de desregulamentação profissional é mais ampla e tem a ver com o que está acontecendo com as empresas de comunicação e de plataforma – hoje, as grandes colonizadoras dos recursos que estão aí no mundo. Mas o que isso implica, então, no trabalho do jornalista? Posso dizer que o enfrentamento a essa situação revela dois perfis profissionais, com todas as problemáticas que já apontamos em nossas pesquisas e que retornam agora no relatório da Covid-19 – desemprego, baixo salário, desregulamentação, exigências multiplataformas, ritmo acelerado, densificação do trabalho etc.

Um perfil enfrenta essa discussão. Busca resistir à lógica de transformar o jornalismo em entretenimento, em um negócio qualquer. Há aí uma ação de resistência pela boa qualidade do seu trabalho, pelo afinco na cobertura, pelo questionamento. É no sentido do que você me pergunta sobre essa matriz iluminista – aqueles valores pelos quais a modernidade se institui, como razão, igualdade, fraternidade, liberdade, e que até hoje não consegue cumprir, como bem diz [o filósofo alemão Jürgen] Habermas. E o jornalismo tem tudo a ver com isso, ou pelo menos nasceu na defesa desse discurso, sempre no contraditório. Ao ser um negócio, ele pode desrespeitar esses princípios. Mas, sendo ao mesmo tempo fundado por eles, busca regar e regulamentar os interesses do negócio.

Existe outro perfil – e nós não podemos achar que todo mundo está no mesmo barco –, que é aquele orientado por um veio pragmático do sucesso

no emprego, na carreira. E sucesso não quer dizer sempre que faça um bom trabalho. Nós temos aí, no mundo todo, em todas as áreas, “n” exemplos de profissionais ditos bem sucedidos do ponto de vista monetário. Do ponto de vista do trabalho que realiza, a gente pode fazer muitas questões. Esse segundo perfil não está preocupado com a matriz de valores que fundam o jornalismo, mas com seu progresso econômico. É uma visão do jornalismo como um produto comercial. Já ouvi muitos jornalistas, em minhas pesquisas, com essa frase: “é um produto como outro qualquer. Eu presto um serviço e ponto”. Não tem esse lugar que a gente busca destacar para o jornalista como um profissional ético, preocupado com a sociedade e o bem estar comum. Acho que a precarização, a desregulamentação da profissão e essa lógica da monetização fortalecem esse segundo perfil, que entende o jornalismo como um negócio como outro qualquer.

Roteiro, produção e edição: **Dairan Paul** e **Janara Nicoletti**
Publicado originalmente em 01/09/2020 [no objETHOS](#)

Ataques online são tentativas de censurar jornalistas

À medida em que a crise sanitária avança no país e o debate político se acirra em torno de pautas antidemocráticas, ataques contra jornalistas se proliferam com agressões físicas, verbais e agravam a violência digital contra os profissionais da mídia. No documento [Jornalismo, Liberdade de Imprensa e Covid-19](#), a Unesco destaca que a pandemia intensificou riscos físicos, psicológicos, legais e digitais aos jornalistas em todo mundo. Entre essas ameaças, está o aumento do risco de ataques virtuais contra as mulheres jornalistas, que “já sofriam maiores níveis de assédio online”. Segundo o texto, “o aumento da vigilância e dos hackers prejudicou a capacidade dos jornalistas de garantir a confidencialidade de suas fontes”.

O assédio online contra jornalistas é potencializado por discursos de ódio contra a imprensa e ataques motivados por pautas de direita ou extrema-direita, explica Silvio Waisbord, em entrevista ao **objETHOS**. O professor leciona na universidade norte-americana George Washington e atua como pesquisador visitante do Center for Media at Risk da Annenberg School for Communication, da Universidade da Pensilvânia, também nos Estados Unidos. Atualmente, estuda o tema *mob censorship* (censura da multidão), que caracteriza um tipo de censura digital contra os profissionais da mídia.

Após entrevistar 30 jornalistas norte-americanos, Waisbord observou que os ataques online contra são uma nova forma de censura, cujo objetivo é silenciar profissionais e as empresas de mídia. Como consequência, ela pode gerar “intimidação, autocensura, não falar ou mencionar certas fontes”, comenta.

Em [palestra](#) sobre o tema no início de abril, o professora explica que esses ataques configuram um tipo de censura diferente daquela praticada pelo Estado, mercado ou grupos paramilitares. É motivada pela ação de pessoas comuns, que se mobilizam no ambiente online para ameaçar, intimidar e promover o discurso de ódio contra jornalistas, pregando a demonização da imprensa e a colocando como inimiga do público.

Alguns perfis de profissionais acabam sendo mais expostos a este tipo de assédio, como mulheres, negros e aqueles que cobrem temas críticos às agendas de grupos conservadores e políticos populistas.

De acordo com Waisbord, a violência digital pode afetar a tomada de decisões editoriais. Jornalistas podem evitar a cobertura de certas pautas para reduzir riscos de represálias, por exemplo. Da mesma forma, fontes podem relutar em atender profissionais ou empresas que são alvos constantes de ataques digitais.

Na palestra online para o Center for Media at Risk, o professor ressaltou ainda que apenas uma fração do que acontece com os profissionais é reportado pela mídia. Por isso, ele classifica este como sendo um fenômeno global, um “novo normal” no jornalismo.

Em entrevista ao **objETHOS**, Waisbord afirma que as estratégias de intimidação durante a cobertura da Covid-19 parecem similares ao verificado em seu estudo. Para ele, é “muito difícil” que jornalistas obtenham proteção contra ações desse tipo. “Reportar os ataques é importante, mas duvido que seja eficaz para diminuí-los. Proteção é importante, mas insuficiente para resolver o problema de fundo”, avalia.

Você poderia explicar melhor o que seria *mob censorship*, como estes grupos se organizam e como isto afeta os jornalistas no seu dia a dia?

A ideia de censura da multidão refere-se a tentativas populares de silenciar repórteres. É diferente do tipo de censura convencional por estados, forças de mercado ou atores não legais, como cartéis de drogas e esquadrões da morte. É online e, em grande parte, auto-organizado por indivíduos e grupos que praticam uma espécie de vigilância para disciplinar os repórteres. Eles se encontram geralmente em sites de direita e extrema direita, onde o ódio contra a grande mídia é comum. O impacto sobre a mídia é palpável – de medos sobre possíveis repercussões ao monitoramento rigoroso de ações online que potencialmente podem afetar as redações.

Como o discurso populista captou a temática do coronavírus? Por que esse discurso enxerga o jornalismo como um inimigo?

Essa é uma grande questão. Merece tratamento separado e longo. Estamos apenas começando a entender como o populismo de direita enfrentou (ou falhou) a pandemia. Claramente, a desconfiança de especialistas e ciência, freios e contrapesos, autonomia de organizações de prestação de contas e personalismo é uma mistura tóxica.

Em diferentes países, como Brasil e Estados Unidos, há uma grande polarização sobre o coronavírus. Como isso afeta o trabalho jornalístico e a credibilidade da informação veiculada pela imprensa?

O impacto no jornalismo é evidente. Organizações de notícias que apoiam Trump e Bolsonaro ficaram muito fechadas à linha oficial da pandemia. Outras organizações, geralmente contrárias a essas administrações, confiaram em uma mistura de informações científicas acopladas a políticos da oposição, que geralmente são mais simpáticos aos especialistas em saúde pública. A polarização é novamente refletida na cobertura noticiosa. A cobertura amplia as identidades de polarização e partidarismo/ideologia.

Do ponto de vista da segurança digital, como isso afeta os jornalistas?

Os jornalistas estão vulneráveis a ataques digitais há algum tempo, então o que está acontecendo agora é novamente a continuação de tendências preexistentes. Assédio, tortura de jornalistas que trazem informações que desafiam o discurso oficial foram alvos de ataques.

O Repórteres Sem Fronteiras publicou a versão mais recente do Índice de Liberdade de Imprensa, que avalia uma década decisiva para o jornalismo e a liberdade de imprensa. Qual a sua avaliação no contexto do jornalismo para os próximos anos?

É difícil ser otimista em relação ao jornalismo nos próximos anos, dada a combinação de fatores econômicos, políticos e sociais. A crise do modelo comercial, a precariedade das condições de trabalho, a competição de sites não noticiosos por atenção e financiamento do público, as dificuldades de modelos de financiamento alternativos e a censura e perseguição oficiais são alguns problemas enormes.

Roteiro e entrevista: **Janara Nicoletti**

Publicado originalmente em 07/05/2020 [no objETHOS](#)

PARTE V

Subjetividades

no front



“Toda prática jornalística é posicionada e ideológica”

Em um conhecido discurso, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie alerta para os perigos de se conhecer apenas a “história única” sobre diferentes povos. Narrativas dominantes são aquelas que associam continentes inteiros à pobreza, como é o caso da África, por exemplo. Em última instância, o efeito de estereótipos como esse desumaniza grupos inteiros. A história única pode até não ser sempre falsa, diz Adichie – mas certamente é incompleta.

Atentar para a riqueza de outras narrativas é também questionar valores tidos como supostamente universais. Esse é um problema urgente para a ética jornalística, defende a jornalista, professora e pesquisadora Fabiana Moraes, que leciona na Universidade Federal de Pernambuco.

Se a história única do continente africano remete à pobreza, é preciso ultrapassar, na cobertura jornalística sobre esse tema, a “ideia de eterna tutela”, diz Moraes. Significa tratar grupos vulneráveis como sujeitos “sem as velhas roupas de vítimas” – são diversificados, inteligentes, criativos, humanos. O jornalismo de subjetividade é um dos caminhos possíveis para essa reflexão, defende nossa entrevistada. Trata-se de “uma ferramenta, uma prática, um movimento de autorreflexão”.

Investir nesse método-teoria é apostar no potencial subjetivo dos jornalistas como agentes de sua própria fala. É refletir sobre os marcadores de raça e gênero que ainda assombram o conceito de objetividade, como desenvolve Moraes no artigo assinado com a pesquisadora Márcia Veiga. E é também assumir o caráter ativista da prática jornalística – ativismo, aqui, é entendido sem qualquer carga pejorativa, ao contrário dos olhares desconfiados que empresas jornalísticas e até mesmo o campo acadêmico lançam ao termo.

Como repórter, Fabiana Moraes já foi indicada e venceu diversos prêmios. É autora de cinco livros – o mais recente, de 2015, se chama *O nascimento de Joicy* e conta a história de vida da personagem homônima, uma transexual ex-agricultora.

Na entrevista a seguir, a professora discute o jornalismo de subjetividade em meio à pandemia, sua relação com a ética e como ela interpela valores morais de jornalistas.

Você criticou o “doisladismos” do jornalismo na matéria “Guerra entre ‘cloroquiners’ e ‘quarenteners’ reinventa polarização na pandemia”, publicada por *Folha de S.Paulo*. Quais problemas enxerga nessa abordagem? Ao se valer de títulos como esse, para qual leitor podemos supor que o jornal está falando?

Primeiro, essa polarização que o título traz não nasceu naturalmente, espontaneamente, mas antes fomentada e propagada pelos veículos de imprensa. Basta ver como estes construíram historicamente toda uma ideia sobre o que é ser “radical”, “militante” etc. Essa “reinvenção” do título se refere, no limite, à esquerda e direita. E onde está boa parte da imprensa – e especificamente aqui, a *Folha* – nesse lugar? Está no meio, no “equilíbrio”, esse lugar mítico que a imprensa tomou como seu. Radicais são sempre os outros. Essa perspectiva da “polarização” leva em seu bojo a ideia de pessoas que estão apaixonadas demais por suas ideias políticas e não conseguem tecer argumentos racionais, percebe? E quem vai definir quem é racional ou não aí? Justamente nossos colegas jornalistas “equilibrados”. É para leitores e leitoras que também são vistos a partir desse índice que o veículo se dirige.

Outra questão problemática, aliás, um tiro no próprio pé, é justapor uma recomendação básica para evitar a propagação do vírus (aquilo o que fazem os “quarenteners”) com aquilo o que foi disseminado, pela própria imprensa, como perigoso para boa parte da população (a cloroquina, defendida pelos “cloroquiners”). “Ah, mas era só o título. A matéria explica tudo isso”, algumas pessoas podem justificar. Bem, aqui eu reclamo como espanto-performance um hit das redes sociais: AMADOS? Se a prática de “passar os olhos” pelos jornais impressos era mais que comum quando estes reinavam absolutos, o que diremos da leitura mais que rápida realizada através de celulares?

Ano passado, a Fundação Getúlio Vargas divulgou que o Brasil tem 230 milhões de aparelhos de celular ativos – já computadores e tablets somam juntos 180 milhões. Títulos informam, títulos se reproduzem e são lidos como verdade.

O mesmo erro foi cometido durante a campanha presidencial de 2018 quando líamos títulos como “Vamos fuzilar a petralhada, diz Bolsonaro em campanha no Acre”. É uma mentira? Não. Mas ele pode levar a um entendimento de que a ação proposta pelo então candidato não é vista como problemática pela imprensa, que “apenas noticiou”.

Se a “intenção” da imprensa é mostrar o absurdo da situação, sabemos que, no final, foi por falar tranquilamente sobre violência (algo entendido como “espontaneidade” ou “brincadeira” por muitos) que o candidato também se elegeu – para mais tarde atacar como nunca a própria imprensa. Se o veículo “só notícia”, então podemos pensar que as notícias, as edições, podem ser feitas por robôs, não por pessoas que podem – e muitas vezes devem – interpretar o mundo no momento em que o publicizam. Jornalistas são filtros, seres pensantes. A negação disso é a negação do próprio jornalismo. Fomos forjados nas últimas décadas a não pensar, a só fazer, e isso nos levou a um cenário catastrófico.

Eu espero de verdade que os últimos acontecimentos nos levem, como pessoas que produzem representações – e não uma verdade absoluta – a entender a importância de nosso papel na sociedade. Essa reflexão atinge não só profissionais que estão nas redações, *freelancers*, assessorias, mas também precisa ser feita pela academia, que não pode se colocar em um pedestal. Fazer e pensar são tarefas de uma mesma prática de transformação.

Você propõe o jornalismo de subjetividade como uma ferramenta que pode refinar o fazer jornalístico. De forma prática, quais possibilidades você vislumbra para o enriquecimento da cobertura sobre o coronavírus a partir deste conceito?

O jornalismo de subjetividade é uma ferramenta, uma prática, um movimento de autorreflexão, um caminho para deixarmos de lado, como jornalistas, uma cultura predatória sobre o mundo. É uma tentativa, com seus ganhos e seus limites. Mas me parece hoje um meio possível de avançarmos sobre um campo em ebulição, um campo que precisa reestabelecer seu velho contrato com o público.

O que o caracteriza? De maneira rápida, ultrapassar valores-notícia essencialmente hierárquicos sobre pessoas e lugares; buscar superar a perspectiva do fato extraordinário como noticiável e compreender que esse processo levou a uma “outremização” (no qual o jornalista é o “normal” que narra a vida “diferente” de comunidades, pessoas e grupos); assumir o posicionamento de quem fala, sem esconder uma fala situada – como tentam fazer justamente nossos colegas “imparciais”.

Estes são, rapidamente, alguns pontos dessa perspectiva subjetiva que não nega que o jornalismo se baseia no cotidiano e que se constrói pressupondo a objetividade. A diferença, aqui, é que não se nega o

caráter subjetivo – algo, importante dizer, que ultrapassa o mero “eu”, visto que todo e qualquer subjetivo é também construído socialmente.

Com isso em mente, a cobertura sobre o coronavírus, de saída já um desafio imenso, visto que a atividade jornalística se dá fortemente no corpo a corpo, pode ser uma chance de repensarmos os lugares-comuns, as lentes, que utilizamos para falar sobre determinadas existências no mundo. Para exemplificar os jornais/sites de grande circulação, uma matéria que achei bastante interessante foi escrita por Mathias Alencastro [na Folha no dia 12 de abril](#), quando ele já inicia o texto dizendo que o continente africano é sistematicamente mostrado como um local que precisa ser tutelado e ajudado (a matéria foi realizada após médicos franceses afirmarem que as primeiras vacinas contra o corona deveriam ser testadas na África). No entanto, que esse mesmo lugar possui especialistas de ponta que já passaram por experiências desafiadoras com vírus e são fundamentais para que alguns países africanos consigam combater com mais sucesso a disseminação.

Parece uma “bobagem”, mas vale a pergunta: quais as primeiras imagens/palavras que nos chegam quando pensamos em África? Tecnologia, especialistas e sucesso certamente não estarão, comumente, entre elas. A “culpa” disso é somente da mídia? É claro que não. Mas, para fazer nosso exercício de reflexão urgente, precisamos assumir que essa África distante, ameaçadora, selvagem, foi também vendida durante décadas pela imprensa para uma plateia ávida em permanecer no seu sofá civilizado enquanto consumia a vida “exótica” do outro. Sobre isso, vale também lembrar do excelente [editorial](#) da *National Geographic* no qual assumem, querendo ultrapassar essa forma de olhar, que a cobertura da publicação havia sido, até então (esperamos), racista.

No Brasil, a África sempre foi o Nordeste, os indígenas, pobres, “os outros”, lugares/grupos também percebidos como eternamente pobre e eternamente precisando de ajuda. Já há muito escrito e analisado a respeito, mas essa abordagem em parte acontece por conta dessa perspectiva jornalística que se vê universal enquanto fala de um outro diferente. Aí inclusive reside uma outra âncora da subjetividade: a prática de um jornalismo que se dá pelas semelhanças, não diferenças (total relação também com o editorial da *National Geographic*).

Nesse sentido, pensando a partir do contexto do coronavírus, uma cobertura mais integral vai se dar, por exemplo, se os grupos mais

vulneráveis forem expostos sem as velhas roupas de vítimas, aquelas que precisam ser ajudadas. Mostrar suas ações, sua criatividade, suas inteligências, são maneiras de quebrar essa ideia de eterna tutela. Isso não quer dizer que a falta de saneamento, de água, de um lugar seguro para que esses grupos consigam viver com menos riscos, não vá ser visibilizado.

Agência Mural, Agência Pública, Marco Zero Jornalismo, The Intercept Brasil, El País Brasil, o site da piauí, são algumas das empresas/organizações que estão procurando realizar uma cobertura que ilumina esses aspectos. Também não se bastam em falas de especialistas e uma ou duas entrevistas com alguém “da comunidade”, mas trazendo os relatos diretos de entregadores de comida via aplicativo, médicas e enfermeiras que estão na linha de frente, ações cidadãs realizadas por pessoas de grupos vulneráveis. Perceba, no entanto, como ainda nos falta perna para cobrir o interior do Brasil e assim dar conta de um aspecto social mais plural. Mês passado, diversas enchentes tomaram conta do sertão pernambucano, já no contexto da pandemia, mas pouquíssimo a respeito foi noticiado.

Você também relaciona o jornalismo de subjetividade a uma questão ética e, inclusive, a uma postura ativista do jornalista – um termo que ainda é visto com desconfiança no meio acadêmico. De que forma o conceito nos ajuda a repensar valores que estariam canonizados na prática jornalística?

É uma questão profundamente ética, sim, a partir do momento no qual estou, a todo momento, em uma interação intensa com outras pessoas e realidades que me apresentam questões não só distintas, mas que muitas vezes se afastam bastante daquilo o que me tangencia como pessoa.

Eu lembro bastante do momento no qual acompanhei um grupo de adolescentes que eram exploradas sexualmente na zona norte de Recife para o especial *Casa Grande e Senzala*. Conviver com uma garota grávida que usava crack, que fazia sexo oral por 5 reais, que era espancada por homens vários, inclusive policiais que a buscavam para sexo, me causou muitos abalos. O que dizer a uma mulher grávida, adoecida pela vida sem vida, quando ela te pede um cigarro? “Olha, as pesquisas mostram que isso vai fazer mal ao seu bebê”? Veja: os policiais que deviam protegê-la a espancavam. A casa na qual ela morava não tinha banheiro, quarto, nada. Ela fazia cocô e xixi pela rua. Há alguma chance de essa garota me

ouvir, com meus pressupostos possíveis graças a uma série de acessos que acumulei ao longo da vida? É claro que não.

Essas questões te interpelam o tempo todo em campo e te seguem na escrita. Elas colocam teus valores morais para brigar. É nesse contexto que a subjetividade, que preconiza esse movimento de autorreflexão contínuo, tensiona a questão da ética e faz com que jornalistas se percebam como seres dinâmicos. O ativismo, e é ótimo que você toque nesse ponto, é a grande Geni da imprensa, que se comporta como se não tivesse ideologia, orientação, perspectiva. Isso é coisa dos outros, de jornalistas e empresas menores. Novamente, temos a perspectiva universalista da “grande imprensa”. Esta, porém, lança mão de ações, conceitos, orientações, que podem ser pensadas em uma dimensão ativista.

Para ficar em exemplos recentes e correlatos: se o *Intercept* é “ativista” ao divulgar as mensagens presentes na Vaza Jato, como chamar o áudio vazado pelo *Jornal Nacional* no qual Dilma Roussef e Lula conversam? Por qual razão entendemos que ativismo está relacionado a um campo progressista, e nunca conservador?

Ações ativistas são pertinentes a todos os espectros ideológicos. Um exemplo: quando *Jornal Nacional* decide fazer uma matéria sobre a distribuição de comida pelo centro de Recife para pessoas em situação de rua, afetadas pela pandemia, por que não citar que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) participa ativamente da ação? O *G1* (mesma empresa de comunicação) do Paraná mostrou a doação de toneladas de alimentos por parte do movimento social. Em contrapartida, no *Jornal Nacional*, há um quadro chamado Solidariedade S/A. É importante citar ações solidárias, mas não sejamos ingênuos: tais ações também rendem bons frutos para a imagem das empresas, assim como também muitas vezes tais doações representam muito pouco frente ao lucro das mesmas, vide os bancos.

Suprimir o MST como doador de alimentos, algo que suaviza a imagem do movimento frente ao grande público, é uma escolha editorial do *Jornal Nacional*, que, ainda assim, se autointitula de imparcial. Toda prática jornalística é posicionada e ideológica. Abrir essa verdade para leitoras e leitores é torná-los mais partícipes do processo de construção jornalística, e não há problemas nisso.

Escrevi muitas reportagens subjetivas + objetivas + ativistas. *Fale com elas* (sobre travestis de Recife); *Os Sertões* (sobre o sertão

contemporâneo), *O Nascimento de Joicy* (sobre uma mulher que aos 51 anos realizou cirurgia para a construção de uma neovagina); *Ternura e delito na carne* (tatuagens de presidiários e suas histórias). Com objetividade/subjetividade, com muita apuração, observação, entrevistas, pesquisa, essas reportagens foram escritas. A dimensão ativista é algo que se dá a partir do próprio desenho da pauta. É a pauta que vai definir inicialmente se a abordagem vai procurar avançar do senso comum ao senso crítico, aqui para pensar no [Antonio] Gramsci estudado por Sylvia Moretzsohn; é a pauta que vai fundamentar uma reportagem que quer se afastar de pressupostos sexistas, racistas, classistas.

Pra pensar: um dos projetos vencedores do Pulitzer este ano, de autoria da jornalista Nikole Hannah-Jones, mostra a história dos EUA contada a partir da chegada do primeiro navio negreiro, e de como o ideal de democracia no país só é plenamente possível graças aos negros e negras que, com o movimento dos direitos civis, deram outra dimensão à palavra liberdade. Aqui, muito facilmente, essa reportagem seria “ativista” demais para nossos veículos de grande circulação.

A situação trágica da pandemia também envolve o contato delicado com o outro, especialmente pessoas enlutadas. Há trabalhos jornalísticos que estão conseguindo promover uma abertura para a alteridade nessa cobertura? Quais iniciativas você destacaria?

O projeto *Inumeráveis*, escrito também por jornalistas, mas não só, é uma ação importante, necessária. A Marco Zero tem realizado reportagens importantes, como a dos *bancários que estão adoecendo nas Caixas*.

Agência Pública tem historicamente feito boas reportagens sobre os presídios (“*A ‘pior prisão do Rio de Janeiro’ em tempos de coronavírus*” e “*Gestantes e mães com bebês enfrentam pandemia dentro das prisões paulistas*”). *Ponte Jornalismo*, com suas parcerias necessárias para pensar justamente nos locais pouco visibilizados nacionalmente, é *outra frente jornalística* importante.

Acredito que a própria tragédia trazida pelo coronavírus vá também provocar, em diferentes graus, reflexões sobre o trabalho como jornalístico e sobre as consequências desse trabalho. Há uma realidade de demissões terrível e isso inclui profissionais da imprensa. Há uma superexposição das desigualdades no mundo inteiro, e de certa maneira,

o sonho dourado neoliberal mostrou sua ineficácia frente a um problema de saúde pública tão severo.

As empresas de jornalismo, em sua maioria, são formadas por pessoas assalariadas que são profundamente tocadas por essas questões. Tudo isso, acredito, faz com que o reconhecimento de si e do outro/da outra seja mais possível. Não sei se nosso apego a cânones desgastados, assim como um campo profissional precarizado, irá fazer com que esse movimento seja, de fato, realizado em profundidade.

Roteiro e entrevista: **Dairan Paul**

Publicado originalmente em 19/05/2020 [no objETHOS](#)

“A gente precisa dar voz às pessoas comuns, a quem está sofrendo nessa crise”

Numa pandemia como a do novo coronavírus, as duas pontas precisam fazer parte da cobertura jornalística: os dados oficiais e as histórias das pessoas. É o que defende o jornalista Yan Boechat, sabendo que os dados oficiais não correspondem ao número real de casos de Covid-19 e que são pouco contadas as histórias que importam e que ajudam a compreender este momento e os impactos para a sociedade.

Boechat é especialista em rua e em falar com gente comum. Um dos melhores repórteres de campo em exercício hoje no país, o jornalista *freelancer*, formado pelo Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), está nas ruas de São Paulo desde o início da pandemia falando com as pessoas, contando histórias, apontando gargalos e indo onde poucos profissionais conseguem ir e vão.

O repórter fez as primeiras imagens da UTI do hospital Sancta Maggiore, que chegou a ter metade das mortes por Covid-19 de São Paulo no começo da crise. Boechat passou uma semana visitando cemitérios da capital paulista e mostrou que havia subido o número de óbitos com suspeita de Covid, de casos que ainda seriam confirmados. Depois da reportagem, a prefeitura de São Paulo passou a divulgar o número de mortes com suspeita da doença, e não só os casos confirmados, para ajudar a dar a dimensão da pandemia e reduzir a subnotificação. Boechat também fez reportagens sobre a expansão da Covid na Cracolândia, entre as travestis do centro de São Paulo, e foi à favela de Paraisópolis para mostrar como a comunidade enfrentou o problema.

Depois desta entrevista, realizada pela internet, o jornalista já produziu outras matérias com novas constatações, como uma [reportagem de capa do jornal O Globo](#) mostrando que dobrou o número de mortes em casa por Covid. Em mais um trabalho persistente de reportagem, o jornalista conseguiu dar nomes e rostos a números e nos mostrar a conta do crescimento da doença. Não histórias isoladas nem números que naturalizam mortes.

Yan Boechat publica reportagens em texto e fotos nos principais jornais e sites do país, cobriu guerras em diversos países do Oriente Médio e da África. Para emissoras de TV, cobriu a Primavera Árabe,

os combates contra o Estado Islâmico na Síria, conflitos na Venezuela e vários temas duros no Brasil, como as milícias no Pará.

Boechat, como você vem trabalhando durante a crise sanitária?

A partir de 13 de março de 2020, a coisa começou a ganhar um contorno mais sério no Brasil e eu passei a ir pra rua. No começo, eu estava pegando a minha câmera e indo pra rua. Primeiro, eu fui ver o que estava acontecendo no centro da cidade, se as pessoas estavam nas ruas ou não. Eu estava acompanhando as informações para ver o que estava rolando. Teve os primeiros pedidos para as pessoas ficarem em casa. Então, comecei a circular. Eu fui pra rua porque é lá que as coisas estão acontecendo. Fiz uma matéria na Cracolândia. No final de semana, fiquei rodando a cidade. Fui cobrir aquela transloucada manifestação a favor do Bolsonaro. E indo para a rua sempre, todo dia. Depois, comecei a fazer plantão nos cemitérios. Ainda não fui pautado para nenhuma matéria. Adoraria ser porque dá menos trabalho.

O que você tem feito lembra seu trabalho de cobertura de guerra. É mais ou menos isso?

É isso que eu faço. Eu vou para a rua ver o que está acontecendo. Por exemplo, fiz uma matéria grande, que saiu na *Folha de S.Paulo*, quando fiquei cinco dias indo toda manhã para os cemitérios para ver o que estava acontecendo ali. A partir da observação, eu consegui perceber que tinha alguma coisa errada porque estava chegando muito caso de suspeita de Covid. E nenhum deles era confirmado. Obviamente estava acontecendo uma subnotificação das mortes.

Você acha que o campo é o que estava dando contraponto à dificuldade de dados oficiais?

Essa tem sido uma cobertura que, no começo, estava sendo feita muito com base em questões oficiais. Até porque os acessos são difíceis. É difícil entrar em hospital. A prefeitura de São Paulo mesmo estava criando um monte de problemas para eu entrar nos cemitérios. Em alguns, eu fui sem autorização, em outros fui com. Mas o que eu acho é que numa crise dessas, você tem que cobrir nas duas pontas. A parte oficial, mas você tem que ter repórter na rua para ver o que está acontecendo. Porque as coisas estão acontecendo na rua. As pessoas estão morrendo na rua.

Acho que a grande imprensa sofre dois problemas. Um é que ela está muito enxuta. Outra é que muitos jornais estão com medo de mandar os seus repórteres para a rua por questões legais. E tem muita gente com medo de ir trabalhar na rua, o que é compreensível.

E como você tem se orientado para a sua cobertura?

A gente precisa dar voz às pessoas comuns, a quem está sofrendo nesta crise. E eu sou um repórter de rua. Tenho feito isso há bastante tempo. Não sou um cara que tem grandes fontes no governo. Não cultivo grandes fontes no poder. Não é algo que me encanta muito. Eu sou muito ligado com fotografia também. Então, ir para a rua faz parte desse jogo também, porque eu quero registrar as imagens.

Eu acho que está acontecendo muito subnotificação. A falta de estrutura dos estados está ficando muito clara. A pessoa morre dentro de um hospital e não tem como saber do que ela morreu. A verdade é essa. Tem um lado muito triste das pessoas enterrando os seus entes queridos de uma forma muito agressiva. Corpo ensacado, cova rasa. Sem velório. Mas acho que o que está aparecendo, e vai aparecer cada vez mais, é que o Estado brasileiro vive à beira do colapso o tempo inteiro. A gente está operando sempre na beira do colapso. Quando algo extraordinário acontece, o colapso se torna real. E é o que vai acontecer a partir de agora. Não tenho dúvida disso.

Tem muita gente que voltou a ver TV para acompanhar o jornalismo. As que você encontrou na rua estão acompanhando a pandemia por onde?

Acho que as pessoas estão preocupadas na rua. Em especial, as famílias das pessoas que estão morrendo querem falar. Elas se sentem de certa forma amparadas ao ver um jornalista por perto. Querem contar as histórias, querendo dizer ‘não é uma gripezinha’. Os profissionais que estão lidando na linha de frente querem falar também por conta das condições que eles estão trabalhando, que são complicadas.

Roteiro e entrevista: **Vanessa Pedro**

Publicado originalmente em 28/04/2020 [no objETHOS](#)

“Da mesma forma que há desigualdade social, econômica e de direitos, há também de informação”

A pandemia global da Covid-19 afeta a todos, mas não da mesma maneira. No Brasil, diversas iniciativas de jornalismo voltadas a cobrir as periferias têm evidenciado esta questão e procurado abastecer o seu público com informações de qualidade para enfrentar a crise atual.

A *Agência Mural de Jornalismo das Periferias* faz parte deste movimento. Sua história, originada há quase dez anos com a criação do [blog Mural](#), hospedado na *Folha de S.Paulo*, não perdeu a identidade com a criação de site próprio em 2015. Neste canal é reforçada a missão jornalística de minimizar lacunas de informação e desconstruir estereótipos sobre os territórios periféricos paulistas, por meio de uma equipe de correspondentes locais que noticiam acontecimentos relacionados às realidades onde moram. Chamados também de muralistas, os jornalistas da *Agência Mural* refutam a utilização de adjetivos como *comunitário*, *contra-hegemônico*, *cidadão*, para definir a sua prática profissional.

Sobre a expressão “jornalismo popular”, a cofundadora da *Agência*, Cíntia Gomes, esclarece: “Nós, da *Agência Mural*, fazemos jornalismo. Ou um jornalismo local e independente, e acredito ser melhor usar assim do que popular. Ao menos não nos classificamos como popular. Somos contra o uso deste termo que nos coloca em um lugar ‘diferente’ (para dizer o mínimo) do jornalismo que não precisa ser adjetivado. Somos jornalistas que têm uma região geográfica específica de cobertura, uma linha editorial sólida e um público-alvo como audiência”.

Atualmente, os muralistas voltam-se a cobrir integralmente a crise do novo coronavírus e seu impacto nestes locais. Além disto, têm combatido a desinformação, com a adoção de novas estratégias de comunicabilidade, como o podcast diário *Em Quarentena*, disseminado principalmente via aplicativo de mensagens de celular. A entrevista a seguir é direcionada a entender como este trabalho vem sendo planejado e realizado no momento atual.

Cíntia Gomes é cofundadora, editora de comunicação institucional e correspondente do bairro Jardim Ângela da *Agência Mural de Jornalismo*

das Periferias. É também uma das fundadoras do coletivo *Nós, mulheres da periferia*. Já trabalhou no setor de comunicação do Instituto Paulo Freire. Foi repórter da Revista Ocas, revisora e diagramadora do livro *Um Batuque Memorável no Samba Paulistano* e produziu o documentário *Três Esquinas: A rua é um palco*. Trabalhou também em assessoria de imprensa nas áreas de cultura, educação e terceiro setor.

No contexto de pandemia do novo coronavírus, quais têm sido as lacunas de informação deixadas pelo jornalismo tradicional que o jornalismo independente voltado a cobrir as periferias tem preenchido?

As periferias têm sido destaque nos noticiários de uma forma nunca vista antes, inclusive em telejornais nacionais em que a pauta principal sempre é política. Tudo isso por diversas questões que já eram presentes na vida de quem mora nessas regiões, mas que, com a pandemia, se tornaram mais visíveis e urgentes, e agora surge como uma medida emergencial de anos de descaso.

Da mesma forma que há desigualdade social, econômica e de direitos, há também de informação. É comum que as manchetes das periferias sejam de violência ou superação, e encontremos lacunas e estereótipos na cobertura sobre estes locais. Mas com a cobertura do coronavírus, além de trazer a tragédia e a gravidade da situação, também temos visto que há boas coberturas sendo realizadas por alguns veículos que mostram que as periferias são muito mais do que isso. Principalmente ao contar histórias de como as pessoas estão enfrentando a situação, ao levar informações úteis, serviços, ações, orientações do que fazer neste período, ampliando as fontes de informação e cobrando soluções para as desigualdades no acesso à infraestrutura e serviços públicos.

A maneira que está sendo feita a cobertura sobre as periferias pela imprensa, no geral, é um passo para que outros assuntos, que não apenas a violência, tenham destaque. Que seja um caminho para mudar a cobertura daqui em diante, que não voltemos atrás após pandemia e estas não sejam pautas apenas abordadas pelas mídias independentes como a *Agência Mural*, *Alma Preta*, *Periferia em Movimento*, *Desenrola e não me Enrola*, *Nós, Mulheres da Periferia*, entre outros.

Como tem sido o planejamento e a realização da apuração jornalística sobre o coronavírus nas comunidades com as recomendações de isolamento social?

A *Agência Mural* surgiu em 2010 fazendo sua cobertura por meio de uma rede de correspondentes que nasceram e/ou residem nos bairros no qual escrevem. Nosso maior meio de comunicação e de troca sempre foi o online, a partir de conversas e reuniões diárias, por e-mail e redes sociais. Realizamos alguns encontros e reuniões presenciais, mas tudo agora se converteu totalmente para o virtual.

Desde o início da quarentena em São Paulo, mudamos nosso planejamento editorial para cobrir em tempo integral a crise de Covid-19 e seu impacto no contexto das periferias da região metropolitana de São Paulo. Nós também temos produzido artes e infográficos sobre o coronavírus nas periferias para ilustrar as nossas reportagens e divulgá-las nas redes sociais. Não estamos nas ruas porque todos e todas estão seguindo as regras do isolamento social, mas cada correspondente sabe e mantém contato com outros moradores para seguir de perto como está a sua região.

Os muralistas, como nos chamamos, conversam com seus vizinhos e conhecidos do bairro por mensagens, telefone e redes sociais. Quando vão ao mercado ou à farmácia para algo necessário, aproveitam para procurar mais informações sobre o [impacto da crise no dia a dia](#) dos moradores e das moradoras. As entrevistas estão sendo feitas por telefone, em sua maioria. Quando há necessidade de sair e fazer algo externamente importante, seguimos as recomendações de prevenção como uso de máscara, álcool gel e distanciamento.

Dentro do nosso planejamento, passamos a divulgar mais nas redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter e LinkedIn), e ainda no WhatsApp também para quem tem interesse em receber o conteúdo da Agência em primeira mão. É só mandar um “oi” para (11) 9 7591 5260.

A Agência Mural lançou o *Em Quarentena*, podcast diário destinado a cobrir a pandemia nas periferias de São Paulo. Por que esta estratégia de comunicação foi adotada, como ela funciona e quais outras vocês têm implementado para a cobertura da pandemia?

Desde a instalação da crise do coronavírus no Brasil, as periferias de São Paulo estão sendo bombardeadas com *fake news* sobre a situação real

e a gravidade da Covid-19. Mensagens que minimizam a necessidade de ficar em casa, sobre a situação real dos serviços públicos de saúde e a confusão de orientação provocada pelos governos estão desorientando as pessoas sobre como melhor agir. E sabemos que os principais canais por onde circula este imenso volume de desinformação são as redes sociais e telefones (WhatsApp) desses moradores.

Criamos o podcast *Em Quarentena* pensando em sua divulgação principalmente pelo alcance desse canal (WhatsApp), mas também porque sabemos que é por ali que a maioria da circulação de notícias falsas acontece.

O podcast é diário (segunda a sexta-feira), com duração de cinco a 10 minutos. Ele traz e não só mostra a cobertura do ponto de vista das nossas comunidades, combatendo toda a desinformação, mas também surge para divulgar soluções e/ou informação de serviço para que as populações das periferias possam se proteger melhor e para melhor lidarem com o impacto da crise socioeconômica e de saúde. Os episódios são distribuídos gratuitamente por meio de uma lista de transmissão via WhatsApp (o principal canal utilizado no Brasil para a distribuição de notícias/propaganda falsas), no nosso site e [Spotify](#). Esperamos combater a desinformação, reduzindo simultaneamente o impacto trágico da Covid-19 nas zonas mais desfavorecidas da metrópole paulista (as “periferias”).

De que forma a Agência Mural tem se posicionado em relação à disputa de narrativas entre a necessidade de isolamento social, para a proteção da vida humana, e a volta à normalidade, para preservação da renda familiar? Há cuidados sendo tomados para cobrir esses assuntos nos contextos sociais mais vulneráveis?

A nossa linha editorial não mudou, apenas a nossa prioridade em termos de pauta. Além de falar das necessidades, questões que envolvem infraestrutura e melhorias nas periferias, nós também contamos histórias que ninguém mais conta, faz a diferença e são iniciativas de moradores.

Nossa missão é contribuir para um jornalismo menos estereotipado, mais diverso e conectado com a realidade das periferias. Deixando de lado discursos engessados que reforçam que é um lugar só de notícia ruim e escassez de infraestrutura. E com a pandemia nada disso mudou, apenas não estamos falando de outros assuntos, pois o período exige, mas continuamos seguindo na produção de um jornalismo que informa

e conta histórias em que os moradores das periferias possam sentir-se representados e reconhecer seus direitos. Algo que tem sido ainda mais urgente em tempos de crise como essa.

Na *Agência Mural*, temos os [10 Princípios da Cobertura Jornalística das Periferias](#), elaborados para orientar profissionais de comunicação que produzem conteúdos relacionados às periferias. Em um [texto](#) que escrevi no Blog Mural sobre a experiência de ser um jornalista e correspondente que cobre as periferias, também trato um pouco disso.

Os movimentos populares têm se articulado para orientar e ajudar os moradores das comunidades a enfrentarem a pandemia e seus efeitos. Em relação a isso, como a Agência Mural tem contribuído?

Fazemos parte da construção da rede de colaboração jornalística [#CoronaNasPeriferias](#), que reúne quase 100 jornalistas e comunicadores das periferias de pelo menos 15 estados brasileiros. O objetivo da rede é trocar informação e conteúdo, tentando contribuir para uma cobertura dessas áreas que reduza o impacto da crise sanitária e econômica.

Em nosso site, conseguimos contribuir divulgando alternativas e iniciativas que buscam minimizar esses impactos. Seguem exemplos: produzimos algumas reportagens como a [“A boa do delivery nas periferias”](#), com uma seleção de restaurantes e lanchonetes com opções de entrega sem sair de casa nessa pandemia. Na área cultural, [“Jovens de Paraisópolis fazem ações voluntárias e usam a internet para passar pela quarentena”](#). Outras com iniciativas como [“Contra o coronavírus, veja 7 iniciativas para doações nas periferias de SP”](#). E na Grande São Paulo como ações: [“Em Santo André, moradores usam WhatsApp e vídeos para informar sobre a Covid-19 nas favelas”](#) e [“Em Guarulhos, ação apoia moradores de rua com informações e produtos de higiene”](#). E para incentivar o isolamento social, todas as sextas-feiras nós enviamos à lista de transmissão as indicações de lives e dicas culturais para aproveitar em casa. A prioridade são os artistas das periferias que organizam atividades ao público, como peças de teatro, cinema e saraus.

Roteiro e entrevista: **Juliana Freire Bezerra**

Publicado originalmente em 12/05/2020 [no objETHOS](#)

“Mídia surfou na onda das manifestações antirracistas”

Um tema vem tendo cobertura impactante nos últimos meses: o racismo estrutural. O assassinato do afro-americano George Floyd por policiais brancos desencadeou uma série de protestos mundo afora.

No Brasil, o caso repercutiu tanto em mídias digitais como no noticiário nacional. Mas foram as populações da periferia — entre familiares e vizinhos enlutados — que saíram de casa vestindo máscaras para clamar pela vida dos seus.

A agência de jornalismo *Alma Preta* foi um dos veículos que cobriu manifestações durante o período, muitas vezes em tempo real e em primeira mão. Especializada em questões raciais, a iniciativa foi fundada em 2015 por um grupo de comunicadores da Universidade Estadual Paulista (Unesp), com a missão de produzir conteúdos pertinentes à comunidade afro-brasileira.

No seu [texto de apresentação](#), *Alma Preta* não tem qualquer receio de desvincular o trabalho jornalístico a uma conotação política. Assumem essa característica como forma de valorizar o “conhecimento e a cultura negra, bem como a exigência de direitos e questionamentos ao Estado”. São profissionais da imprensa conscientes de que, entre as páginas da história do Brasil, há muitas versões a serem contadas, sobretudo pelo prisma das populações negras. Durante a pandemia, matérias do *Alma Preta* destacaram o impacto do vírus na [vida de quilombolas](#) e as desigualdades raciais nos [trabalhadores da área de saúde](#), para citar dois exemplos.

Conversamos com Nataly Simões, jornalista e editora do *Alma Preta*. Ela nos conta sobre o trabalho realizado pelo veículo durante a pandemia, como a mídia brasileira “surfou” na onda da pauta sobre violência policial contra populações negras, e a importância de ações afirmativas no contexto educacional do país.

Gostaria que você comentasse como a temática racial, que é a especialização da agência, orientou a produção de pautas na pandemia. A quais histórias o *Alma Preta* deu visibilidade?

A pandemia da Covid-19 só aprofundou os problemas que tínhamos antes e que já faziam parte da nossa cobertura diária. Antes da pandemia, por exemplo, a gente já abordava em nossas reportagens como o desemprego

e a economia das populações mais vulneráveis — principalmente negra e pobre — eram os mais afetados por medidas propostas pelo governo, como as reformas trabalhista e da previdência. Com a pandemia, a novidade foi o auxílio emergencial e [todas as suas implicações](#).

Outro problema que já existia era a violência policial e que na pandemia só cresceu. Continuamos a dar visibilidade porque afeta sobretudo a populações negras, mas trouxemos um enfoque adicional: o de que mesmo com a pandemia, a polícia não parou de matar; pelo contrário, aumentou. Em nosso site, há [vários conteúdos](#) sobre isso publicados nos últimos meses.

Durante a pandemia, os protestos do caso George Floyd ganharam ampla cobertura jornalística, inclusive em veículos corporativos nacionais. Considerando que racismo e violência policial são cotidianas nas periferias brasileiras, a que você atribui a repercussão singular deste caso na mídia nacional?

Mídia, empresas e pessoas nas redes sociais surfaram na onda das manifestações antirracistas. É dessa forma que eu vejo. Como você bem colocou na pergunta, o racismo e a violência policial fazem parte do cotidiano brasileiro. O que chocou foi o fato de ser nos Estados Unidos, e a repercussão que o *Black Lives Matter* teve. Pegaria mal não falar a respeito, já que todos estavam comentando. Atribuo a isso.

Não posso apenas ser crítica porque seria injusto. Uma [pesquisa](#) mostrou que o movimento antirracista cresceu no Brasil. Com os atos nos EUA, pessoas em São Paulo e no Rio de Janeiro se sentiram encorajadas a irem para as ruas no meio da pandemia clamar pelo fim da violência policial. Tivemos ações realmente importantes e de impacto social. Por exemplo, os programas de trainee voltado a pessoas negras — como os de Magazine Luiza e da Bayer. O desafio agora é conscientizar quem se interessou pela pauta racial. Ser antirracista não é fácil e requer muito mais esforço do que fazer post em rede social.

Em 2012, a lei que regulamenta políticas afirmativas relacionadas à classe social e cor nas universidades públicas foi sancionada no Brasil. Passados oito anos desde então, como você percebeu o processo inclusivo na sua formação em Jornalismo? Há lacunas que podem ser complementadas?

Olha que curioso. Eu me formei no ensino médio em 2011 e fiz o Enem em 2012. No mesmo ano, comecei a trabalhar como auxiliar administrativa e, por isso, deixei de lado a ideia de estudar. Em 2014, consegui pagar a matrícula de uma universidade privada e ingressei no curso de Relações Públicas. Só fiquei durante um semestre porque não tinha condições de pagar, e até me endividei.

Em 2015, consegui uma bolsa integral em Jornalismo pelo ProUni e sistema de cotas. Hoje, te digo, sem dúvida, que as políticas afirmativas foram fundamentais para a minha transformação de vida. A educação me deu essa possibilidade de me formar e descobrir que eu tinha vocação para algo.

No entanto, há lacunas que precisam ser superadas. Usei meu exemplo como bolsista de universidade privada, mas há desafios para pessoas cotistas em universidades públicas também. Porque estudar é caro. O custo não é só a mensalidade.

Publicamos recentemente uma [reportagem](#) que diz que quase 60% das universitárias negras de universidades públicas no Rio de Janeiro já pensaram em desistir do curso por problemas financeiros. E os problemas não se limitam a isso, já que universidades são espaços historicamente excludentes para pessoas negras. Além das políticas afirmativas, é importante que haja políticas de permanência dos alunos negros, para que eles se sintam acolhidos nesses espaços muitas vezes racistas.

Historicamente, a imprensa negra esteve intimamente ligada aos movimentos sociais e às lutas por cidadania. De que forma essa relação é estabelecida pelo *Alma Preta*?

Nos inspiramos muitos nas lutas dos que vieram antes, como os criadores do Movimento Negro Unificado (MNU), e intelectuais negros como Abdias Nascimento, Muniz Sodré, Sueli Carneiro, entre outros. A percepção de que era necessário criar uma mídia negra veio também dos esforços dos movimentos sociais — movimentos negros, em especial — para que as narrativas da população negra fossem contadas. Nosso trabalho é importante do ponto de vista jornalístico, e também é político pela relação que temos com as lutas dos movimentos.

De que forma o olhar mais atento e sensível de jornalistas a questões raciais contribui para um jornalismo mais ético?

Um olhar mais atento e sensível faz com que os jornalistas percebam a existência de inúmeras formas para contar uma história, inclusive com fontes que deem mais legitimidade ao assunto abordado. Por exemplo: se você é um jornalista branco e vai escrever uma matéria sobre racismo no mundo corporativo, você tem a opção de ouvir uma fonte que já tem e provavelmente é branca — como um recrutador. Mas, ao ter um olhar mais crítico, você pode cogitar a ideia de entrevistar um especialista em diversidade racial no mercado de trabalho. Acho que não é nem uma questão de ética, mas de legitimidade. Ouvir as pessoas que têm mais a ver com a sua pauta é um ponto importante e que faz diferença no resultado final.

Roteiro e entrevista: **Dairan Paul** e **Juliana Freire Bezerra**
Publicado originalmente em 24/09/2020 [no objETHOS](#)

“Imprensa se deixou seduzir pela polarização da cloroquina”

Coube à Flavia Lima a tarefa de mergulhar no caos informacional da pandemia e escrever críticas públicas semanais no jornal *Folha de S.Paulo*. Ombudsman do veículo desde 2019, a jornalista viu sua rotina ser soterrada por uma pauta única, até mesmo nas conversas com os amigos. A pressa e o empenho para compreender o assunto se explicam pelo cargo que ocupa. “Sem entender, eu não poderia criticar”, sintetiza.

De forma geral, Flavia avalia que a cobertura da imprensa teve mais acertos do que erros. Destaca cuidados na veiculação de informações seguras e no didatismo dos textos, o que auxiliou para uma melhor leitura do acontecimento. Isto a despeito das idas e vindas das autoridades políticas, ressalva. Os recuos constantes do governo sobre o uso de máscaras, por exemplo, confundiram leitores, que identificaram as informações como um erro de cobertura, conforme os e-mails que a ombudsman recebe diariamente. Flavia também critica o debate em torno da cloroquina, “feito numa chave muito politizada de ser contra ou a favor do remédio”, o que se traduziu em textos polarizadores sobre o tema.

Além da cobertura, a entrevistada comenta como percebe as transformações do jornalismo em meio à pandemia, incluindo redução de equipes e demissões de profissionais da imprensa. “O mais desafiador é que o leitor não tem nada a ver com isso. Ele quer um produto, o que precisa continuar a ser entregue. Temos um baita desafio pela frente”.

Flavia Lima tem passagem por veículos como *Valor Econômico*, *TV Bloomberg* e revista *Dinheiro*. É repórter especializada em economia há 20 anos e chegou à *Folha* em 2017, onde atuava no caderno Mercado antes de se tornar ombudsman. Tem formação em Direito (Mackenzie) e Ciências Sociais (USP).

Na entrevista a seguir, ela comenta sua avaliação da cobertura da pandemia, o dia a dia no trabalho de *ombudsman* e como a crítica é assimilada na redação de *Folha*. Toca, ainda, em assuntos delicados, como a conflituosa relação do jornal com o tema da ditadura militar brasileira. E menciona sua participação no congresso da Abraji, onde discutiu racismo nas redações ao lado de Yasmin Santos (ex-repórter da *piauí*) e Nikole Hannah-Jones (*New York Times*). Para Flavia, a homogeneidade

das redações foi outra discussão levantada durante a pandemia – “nossa profissão tem falhas e é pouco diversa”, define. Confira:

Como você avalia os erros e acertos da imprensa na cobertura da pandemia?

Acompanhei detalhadamente alguns dos grandes jornais durante a pandemia. Diariamente, tento ler *Folha*, *Estadão*, *Globo* e *Valor Econômico*, além de me informar em sites e veículos de outras regiões do Brasil, e ficar de olho no *New York Times*. Tento absorver um pouquinho de cada um desses veículos, fora a televisão – *Globo News* e *Jornal Nacional*, por exemplo.

Posso dizer que a imprensa mais acertou do que errou na cobertura da pandemia. Acho que a informação foi repassada para o leitor da maneira mais precisa, ou segura, o quanto foi possível, em cada fase da pandemia. Vi um cuidado com o didatismo nas explicações dos textos.

De qualquer forma foi um novo universo de conteúdo, inclusive para aqueles que produzem informação. O começo foi exaustivo. Como leitora, eu me sentia soterrada de informações, mas, ao mesmo tempo, sabia que aquilo estava sendo feito com cuidado. As fontes ouvidas, por exemplo, eram da área sanitária e/ou científica, e as informações foram repassadas da maneira mais didática possível. Lembro que a *Folha*, bem no início, em março, fez um grande [perguntas e respostas](#) para os leitores, o que não deve ter sido fácil naquele momento de tantas dúvidas. Então é nesse sentido que eu falo mais acertos do que erros: os mecanismos de transmissão foram explicados, as condições de trabalho dos profissionais de saúde foram acompanhadas, assim como a situação dos hospitais, com dados, números, a causa das mortes, o drama das pessoas – o que também é super relevante. Como leitores, dá para dizer que nos foi entregue uma boa cobertura.

Por se tratar de um fenômeno novo aos jornalistas, quais foram as dificuldades iniciais na adaptação da cobertura? E quais desafios ainda persistem para os profissionais da imprensa?

Com relação às dificuldades iniciais, em primeiro, toda a redação foi para o *home office* num período curtíssimo de tempo. Até hoje, 95% estão trabalhando de casa. Operacionalmente falando, não deve ter sido muito simples – a gente até achava que não seria possível –,

mas aconteceu. Outra dificuldade foi o temor de algum repórter se contaminar em pautas externas, sobretudo nas regiões mais afetadas. E teve ainda o aprendizado de equilibrar rotina doméstica junto com o trabalho. Como o jornalismo é, sobretudo, formado pela classe média, boa parte dos jornalistas não estava acostumada a lidar com a rotina diária da casa porque contava com trabalhadores domésticos.

Quanto aos desafios persistentes, a falta de comunicação presencial entre os jornalistas foi uma grande questão. Acho que ficou claro para todo mundo que a convivência diária nas redações é super importante para a troca de ideias. Ela ajuda a aprimorar o conteúdo do jornal, a discutir pautas, ajustá-las... Vejo que a comunicação em menor escala de quem produz a informação foi um desafio importante.

Mas me parece também que as idas e vindas das autoridades de saúde afetaram, de alguma forma, a cobertura – e aí não necessariamente sendo culpa das redações, portanto. Você dizer que hoje não precisa usar máscara, mas amanhã informa que ela é essencial, ou então a abertura das escolas, um tema que até hoje não tem consenso, por exemplo. Percebo, pelos e-mails que recebo dos leitores, que tudo isso acaba sendo visto como problemas de cobertura da imprensa – ainda que não sejam.

Como crítica, o que talvez tenha se sobressaído na cobertura da pandemia foi o debate sobre a cloroquina. Ele foi feito numa chave muito politizada de ser contra ou a favor do remédio, esquecendo que, na verdade, quem decide seu uso é o médico.

Parte dos jornais acabou se deixando pautar por um misto de teoria da conspiração com ignorância e até mesmo má-fé, o que se expressou na armadilha de [opor textos contra ou a favor da cloroquina](#). Em meados de abril, por exemplo, as matérias mais lidas na *Folha de S.Paulo* tinham cloroquina no título. A imprensa acabou se deixando seduzir pela polarização em torno do remédio, o que achei lamentável.

Como ombudsman, você também é uma ponte do jornal com os leitores. Como eles vêm percebendo a cobertura da *Folha* sobre o tema? Há uma saturação em relação à pandemia?

Parte deles está, sim, saturada do assunto. Recebi e-mails de leitores questionando se o jornal não teria mais nada falar, se [jornalistas] não estavam cansados de tanta desgraça, e que “não era possível que nada

tivesse melhorado”. Cheguei a receber mensagens de leitores da região Sul que não entendiam a ênfase dada pela *Folha* à doença, numa fase na qual ela era mais expressiva no Norte, Nordeste e Sudeste do país. Outros também afirmavam que o vírus não é “tudo aquilo que vocês estão dizendo”. E aí eu sento e tento explicar a eles por quê continuamos falando sobre a pandemia.

O desejo do leitor por boas notícias é legítimo e, para atendê-lo, a **Folha** tem uma seção específica chamada Dias Melhores. Mas chamou a minha atenção que o governo tentou pegar carona nesse desejo ao pedir à imprensa uma agenda positiva. Precisamos reprisar algumas lições básicas que todo jornalista sabe. A função primeira da imprensa não é “ajudar” o poder constituído, nem trazer “boas notícias” ou trocar afagos com ele. Tem que fiscalizá-lo da melhor maneira possível. A pandemia acabou enfatizando a importância de cobrar o que tem sido feito nas formas de lidar com a doença.

Você acredita que há, por parte dos leitores, uma maior valorização do jornalismo e da informação de qualidade neste momento?

Acho que nunca ficou tão claro para uma parcela importante dos leitores a importância da informação bem apurada, já que, no limite, ela pode colocar suas vidas em risco. Houve, sim, uma corrida atrás da boa informação, e a *Folha*, assim como a maior parte dos veículos de comunicação, bateu recordes seguidos de visitantes durante os meses mais profundos da doença. O mais curioso é que essa valorização acontece num momento muito complicado para a imprensa, no qual a credibilidade tem sido atacada continuamente e sua utilidade vem sendo colocada em xeque.

Agora, não há garantias de que a valorização da informação confiável não vá desembocar em perdas importantes para o jornalismo. Não tem a ver com a pandemia e a cobertura feita até então, mas com o quão ferido está o negócio dos jornais. Não se sabe se redações não vão sair ainda mais reduzidas dessa história. E o mais desafiador é que o leitor não tem nada a ver com isso. Ele quer um bom produto, o que precisa continuar a ser entregue. Temos um baita desafio pela frente.

Como a sua rotina de ombudsman foi afetada pela pandemia?

Produzo dois relatórios diários com críticas internas à redação, um no fim da manhã e outro no fim da tarde. Isso não mudou. Eu também trabalhava bastante em casa já antes da pandemia, então essa experiência não me era estranha. O que senti, e aí acho que não foi só comigo, é que parte ainda maior da minha vida foi absorvida pelo trabalho. Porque a partir do momento que você precisa lidar com uma quantidade de notícias gigante, você vai acabar trabalhando mais. Como eu lia muita coisa, me senti soterrada pelas notícias, e lembro que até no diálogo com outras pessoas o meu único assunto era o coronavírus.

Em relação ao trabalho de *ombudsman*, o que mudou foi a pandemia se tornar grande parte do que eu pensava ou escrevia, como reação ao que a própria *Folha* produzia. Senti a necessidade de entender o que estava acontecendo, e de uma maneira rápida, para poder fazer a crítica daquilo. Sem entender, eu não poderia criticar. Então foi uma corrida grande pela informação, para compreender o momento e poder contribuir, de alguma forma, com o conteúdo que estava sendo feito pelo jornal.

Sobre a função que você ocupa, sabemos que ela é delicada e que o jornalista está mais acostumado a vigiar outros poderes do que necessariamente ser, ele mesmo, o 'alvo' das críticas. Gostaria que você comentasse como a crítica é assimilada na redação da *Folha* e se há disposição dos profissionais para ouvi-las.

Antes de falar como eles recebem, quero explicar como faço a crítica. Eu me imputo algumas regras. A primeira e talvez a mais importante é nunca pensar no autor da reportagem. Evitar ao máximo fulanizar essa crítica. Senão, no limite, o seu trabalho fica inviável, já que você conhece as pessoas da redação. Então é esquecer de quem escreveu a matéria e entender que a crítica não é dirigida à instituição *Folha*, ou ao autor, mas ao conteúdo do texto, com o objetivo de melhorá-lo. Isso é sempre muito ligado no que os próprios leitores estão dizendo.

Com relação ao diálogo, nós temos um blog interno onde posto a crítica. Repórteres, editores, qualquer um da redação pode comentá-la, e isso se transforma geralmente num diálogo, às vezes mais intenso, às vezes menos. Por exemplo, o jornalista escreve que discorda de algum ponto, que escreveu tal coisa por tal motivo, e eu respondo mostrando onde acho que ele errou – mas também tenho consciência de que nem

sempre tenho razão. O que posso dizer, muito sinceramente, é que o diálogo sempre se dá de maneira bem tranquila e respeitosa. Não me lembro de alguma coisa ter acontecido e que eu tenha me sentido mal com aquela troca de mensagens.

Se as críticas se transformam em mudanças, acho que é algo mais complexo. Algumas eu vejo poucos dias depois, outras são mais profundas e não são uma ou duas críticas que vão alterar algo em curto prazo. Há mudanças que demandam um pouco mais de reflexão, digamos.

Alguns erros são recorrentes e te incomodam?

Ah, tem de tudo. Desde coisas mais estruturais até coisas básicas que comento todo dia – parágrafos com sentido truncado, abordagens pouco críticas, matérias que repetem muita fonte oficial ou não oferecem contexto suficiente ao leitor. Há bastante erro gramatical, o que os leitores odeiam e sempre apontam. É normal. E há os erros mais estruturais, como eu disse, que demandam reflexões profundas.

Você retomou a relação espinhosa de *Folha* com o tema da ditadura militar em coluna de julho de 2020. Para alguns assuntos como este, o veículo demorou anos, até décadas, para rever conceitos e fazer uma autocrítica. Você acredita que esse exercício de refletir sobre suas próprias práticas acontece agora de forma mais rápida?

Retomei o episódio da “ditabranda” porque achei importante naquele momento para o leitor. O cenário político era de uma imprensa duramente atacada por governantes, e a *Folha* tem feito uma campanha importante pela democracia. Começo lembrando o manual de práticas da *Folha*, que apenas na sua versão de 2018 diz, com todas as letras, que a expressão “ditadura militar” designa o regime que vigorou no Brasil entre 1964 e 1984. Só em 2018. A partir dessa informação, talvez o episódio da ditabranda surpreenda menos o leitor. Como leitora da *Folha* à época, eu não consegui entendê-lo. Mas o jornal acabou se retratando e admitiu que o termo tinha uma conotação leviana, não se prestava à realidade do assunto.

O que quero dizer é que a imprensa, em momentos de implementação de governos autoritários no Brasil, construiu uma imagem dela mesma como defensora da democracia, o que, olhando mais de perto, só se confirma *a posteriori*. O apoio inicial é abalado quando esses governos

vêm pra cima da liberdade de imprensa – por isso a posteriori, quando a imprensa se defende ao ter sua liberdade atacada.

Voltando ao presente, acho também que a *Folha* é um dos poucos jornais que se dispõem a ter alguém criticando seu conteúdo todos os dias. É relevante internamente, e também porque acontece semanalmente em público, na minha coluna de domingo. Acho que não é pra qualquer veículo. Mas estar disposto a ter alguém que é pago para fazer essa crítica não significa necessariamente acatá-la ou absorvê-la. Isso é outro processo, e que pra mim é difícil de avaliar. Sinto que são avanços e recuos. Há coisas que posso visualizar em pouco tempo no jornal, mas outras mudanças demandam um exercício de refletir sobre suas próprias práticas, o que nem sempre acontece tão rapidamente. No entanto, a reflexão é constante.

Você também escreveu uma coluna sobre a mudança das redações para o *home office*, o que poderia acelerar mudanças no setor. Gostaria que comentasse um pouco mais sobre o impacto que as redações, como espaço físico, têm nas discussões dos jornalistas, nas suas tomadas de decisão e até mesmo na resolução de dilemas éticos, por exemplo.

O espaço físico comum é fundamental nas discussões de conteúdo do jornal, nos dilemas que repórteres enfrentam no dia a dia e, no limite, até nas discussões sobre as críticas. Além dos relatórios da *ombudsman*, *Folha* ainda tem uma autocrítica diária produzida pela secretaria de redação. Crítica não falta.

Vejo o *home office* como possibilidade, mas não como algo permanente, porque a convivência é importante para jornalistas. Até cheguei a pensar que a ideia do trabalho remoto tinha vindo para ficar. Talvez seja verdade, mas não de uma maneira generalizada. O que se transformou em realidade é a possibilidade de trabalhar um ou dois dias remotamente, porque percebemos que isso funciona e é válido, mas a ideia de redação é fundamental pela troca. E acho que repórteres também sentem falta de se comunicar, da pauta que sai do cafezinho que você toma com alguém, troca ideia, e dali saem ideias para reportagens mais parrudas.

Para além das mudanças enfrentadas pelos veículos de comunicação na pandemia, é importante dizer que também descobrimos outras coisas.

Aí volto para o que falei no Congresso da Abraji em setembro de 2020. Descobrimos, entre aspas, obviamente, que somos uma sociedade profundamente desigual e racista. E que veículos de comunicação são um grande espelho dessa sociedade. Por isso, gostaria de terminar falando que as discussões de saúde pública ganharam relevância, sem dúvida, mas, para além disso, fomos levados a discutir a homogeneidade das redações, o que transborda e também marca a cobertura jornalística. Estamos começando a entender que daí vem a importância de termos profissionais negros, pretos e pardos, mulheres, da comunidade LGBTQIA+, com experiências profissionais distintas, participando de todas as etapas da produção jornalísticas. Tudo isso aconteceu ao mesmo tempo – a pandemia e essas “descobertas” de que nossa profissão tem falhas e é pouco diversa.

Roteiro e entrevista: **Dairan Paul**

Publicado originalmente em 22/09/2020 [no objETHOS](#)

Para produzir este e-book, nossa equipe trabalhou de forma remota, adotando todos os cuidados indicados pelas autoridades sanitárias. Trabalhamos a partir de nossas casas em três estados diferentes – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul -, com sucessivas e incansáveis trocas de mensagens.

No momento em que concluíamos esta publicação, três laboratórios internacionais anunciavam altas taxas de sucesso nos testes com suas vacinas. Que essas sejam as primeiras de muitas outras boas notícias.

Conheça também nosso Guia de Cobertura Ética da Covid-19:



Guia de Cobertura Ética da Covid-19